ISSN 1413-9243

TEXTOS NEPO

54

CAMPINAS, JANEIRO DE 2008.

O CAMINHO PARA CASA: O RETORNO DOS DEKASSEGUIS

AUTOR

FÁBIO YOITI HIRANO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
Prof. Dr. José Tadeu Jorge
Vice-Reitor
Prof. Dr. Fernando Ferreira Costa

Pró-Reitor a de Pós-Graduação
Prof.a Dra. Teresa Dib Zambon Atvars
Pró-Reitor de Pesquisa
Prof. Dr. Daniel Pereira
Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca
Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário
Prof. Dr. Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários
Prof. Dr. Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib

Coordenador de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa
Prof. Dr. Jorge Ruben Biton Tapia

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO

Coordenadora
Profa. Dra. Rosana Baeninger
Vice-Coordenadora
Profa. Dra. Regina Maria Barbosa

FICHA CATALOGRÁFICA: Adriana Cristina Fernandes - Centro de Documentação-NEPO/UNICAMP

Hirano, Fábio Yoiti

O caminho para casa: o retorno dos Dekasseguis / Fábio Yoiti Hirano - Campinas: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2008.

162p.

(O caminho para casa: o retorno dos Dekasseguis, TEXTOS NEPO 54).

1.Migração. 2.Nipo-Brasileiros - Japão. 3.Trabalhadores estrangeiros. 4. Demografia. 5.Japão - Migração. I.Título. II.Série.

Índice para catálogo sistemático

1. Migração - 301.326
2. Demografia – 301.32
3. Migração Japonesa – 301.328

Produção Editorial: NEPO-PUBLICAÇÕES
Editora dos TEXTOS NEPO
Profa. Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo

Ediçao de texto/preparação/revisão:
Myrcia Rose Skaetta - e-mail: myrcia@nepo.unicamp.br
Revisão Bibliográfica: Adriana Fernandes: cendoc@nepo.unicamp.br

SÉRIE **TEXTOS NEPO**

TEXTOS NEPO *- publicação seriada do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP - foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas realizadas no âmbito deste Núcleo de Estudos. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, nesses seus vinte e seis anos de vida foram publicados* ***cinqüenta e quatro números****, contando com este, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.*

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas à áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

Rosana Baeninger
Núcleo de Estudos de População
Coordenadora

Regina Maria Barbosa
Núcleo de Estudos de População
Coordenadora Associada

RESUMO

O movimento em direção ao Japão conhecido como Dekassegui[1] constitui uma migração recente, que teve seu auge no início da década de 90 e que vem mantendo uma certa continuidade. A dinamicidade do fluxo migratório deu impulso para a criação das redes sociais, interferindo para alguns migrantes, na sua natureza temporal de permanência. Por outro lado, o fluxo migratório vivenciou transformações importantes no mercado de trabalho, como a redução de horas extras e a diminuição salarial. Enquanto alguns dekasseguis batalham para viver e residir no Japão, existem migrantes retornando, tentando se reintegrar sócio, econômico e culturalmente à sociedade brasileira. Os migrantes retornados de Maringá constituem o foco deste trabalho. A caracterização sociodemográfica deste grupo específico, permite observar a manutenção dos laços familiares e de suas responsabilidades em relação àqueles que permanecem no país de destino durante a migração, além de contribuir na reflexão sobre a natureza da migração de retorno.

[1] O movimento migratório dos descendentes de japoneses no Brasil ficou conhecido pela mídia e pela literatura como Dekassegui, termo japonês que significa trabalhar fora de casa (Oliveira 1997); Kawamura (1994, 1995, 1999); Sasaki (2000); Yamanaka (1996, 2000).

ABSTRACT

The migration towards Japan known as Dekassegui[2] is a recent phenomenon, which had it's peak in the beginning of the 90's and that has gone on up to date. The migration flux dynamic helped to establish the social networks, interfering in the time some migration members initially had set to remain in the country of destiny. On the other hand, the migration flux has lived through important transformations in the labor market, such as extra hour reduction as well as salary cuts. While some Dekasseguis fight for survival in Japan, others return, trying to reestablish themselves in Brazil socially, economically, as well as culturally. These are the ones this study concentrated it's research. The social-demographic characterization of this specific group permits one to observe the maintenance of the family connections and the responsibilities one who returns must have upon those who remained in the country of origin during the migration. This characterization also helps one to reflect upon the nature of the migration return.

[2] The migratory movement of descendents of Japanese in Brazil was known by the media and the literature as Dekassegui, Japanese term, which means work outside home (Oliveira: 1997); Kawamura (1994, 1995, 1999); Sasaki (2000); Yamanake (1996, 2000).

SUMÁRIO

O CAMINHO PARA CASA: O RETORNO DOS DEKASSEGUIS

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO 1
COLONIZAÇÃO, OCUPAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ
E NA CIDADE DE MARINGÁ 11

1.1. Breve histórico do Norte do Paraná 11
1.2. Formação de Maringá 16
1.3. Colonização e Urbanização de Maringá 20
1.4. População de Maringá: algumas características 33
1.5. Presença Japonesa em Maringá 38

CAPÍTULO 2
O FENÔMENO DEKASSEGUI 47

2.1. A Comunidade Nikkey Brasileira no Contexto das
Migrações Internacionais 47
2.2. lei de Migração Japonesa 61

CAPÍTULO 3
O CAMINHO PARA CASA:
O RETORNO DOS NIPO-BRASILEIROS À MARINGÁ

3.1. Perspectivas Teóricas: a natureza da migração de
retorno dos Dekasseguis 77
3.2. Quem são os migrantes retornados de Maringá? 82
3.3. População Migrante Dekassegui de Maringá 84
3.4. Viagem ao Exterior 97
3.5. laços que resistem à Migração 103
3.6. Chefe, Cônjuge e Filho(a) Dekassegui 107

CONSIDERAÇÕES FINAIS 129

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 131

ANEXOS 139-162

O CAMINHO PARA CASA: O RETORNO DOS DEKASSEGUIS*

Fábio Yoiti Hirano

Introdução

O presente estudo tem por finalidade refletir sobre a questão da migração de retorno dos dekasseguis com experiência migratória internacional, realizando uma caracterização sócio-demográfica e levantando a natureza problemática do processo de reintegração social e econômica na sociedade e país de origem.

A noção de retorno, segundo Sayad (2000) "está intrinsecamente circunscrita à denominação e à idéia mesma de emigração e imigração". Antes mesmo de partir o imigrante sonha, planeja o seu retorno, principalmente quando chega ao seu país de destino na condição de imigrante e de estrangeiro.

O retorno ao seu país de origem após um período de ausência de seu espaço físico, de seu grupo social e de seu tempo constitui a outra face do movimento migratório. Constitui-se em um novo processo social, cultural, econômico e político para estes retornados, que trazem em seu bojo as esperanças, as decepções, as lutas, as perdas, os sonhos e as saudades, transformando-o num "novo" indivíduo no seu país de origem. Quem são estes dekasseguis? O que implica esta volta? Em que condições isto vem a ocorrer? Quais são as causalidades que motivam, impulsionam o retorno desses dekasseguis?

O foco central de analise é a cidade de Maringá, situada na região norte do Paraná, cuja presença japonesa é significativa. Os dados analisados foram coletados através da pesquisa "*Redes Sociais nas Migrações Internacionais: os migrantes brasileiros para os EUA e o Japão*", realizada em 2001, no NEPO/IFCH, coordenado pela Profa. Teresa Sales. A metodologia utilizada e os questionários aplicados nas duas fases encontram-se em anexo para consulta.

O trabalho está dividido em quatro partes. A primeira parte trata de uma contextualização histórica e demográfica da cidade de Maringá e dos japoneses dentro do processo de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

A segunda parte consiste na revisão bibliográfica acerca do fluxo migratório em direção ao Japão, analisando as condições sociais, econômicas e políticas dos países envolvidos, que motivaram a emigração de milhares de nipo-brasileiros durante a década de 1990.

Na terceira parte, a caracterização sócio-demográfica da população migrante dekassegui é o foco central de análise. Consiste no primeiro passo para observar o comportamento dos dekasseguis em relação ao seu país de destino e em relação ao país

* Este Texto consiste na Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

** Mestre em Demografia pelo Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

de origem. Tal caracterização permite indicar quais migrantes possuem uma maior probabilidade de retorno e quais as dificuldades encontradas no processo de reintegração.

Nas considerações finais, o autor afirma a necessidade da sociedade brasileira, do Estado e da comunidade nipo-brasileira, de se preocupar com estes dekasseguis retornados, que desejam e muitas vezes não conseguem se reintegrar novamente pela ausência de apoio e de projetos de reintegração econômica, social e cultural. O retorno não é um processo fácil, trata-se de tentar encontrar o caminho para casa, caminho que em algum momento do projeto migratório se perdera pela experiência migratória internacional.

A questão do retorno de imigrantes é de suma importância para complementar os estudos feitos a respeito dos fatores e das causas de partida, contribuindo desta maneira, para a compreensão do movimento migratório internacional em sua totalidade.

COLONIZAÇÃO, OCUPAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ E NA CIDADE DE MARINGÁ

1.1. – Breve Histórico do Norte do Paraná[1]

A região denominada Norte do Paraná possui um relevo regular, suas altitudes variam de 400 a 700 metros. Constitui-se de vales muito férteis, sendo banhada pelos rios Paraná, Paranapanema, Itararé, Ivaí e Piquiri, abrangendo uma superfície de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados.

A região Norte do Paraná é dividida em três áreas de acordo com a época e a origem da colonização (**Mapa 1**). O *Norte Velho* (região de Cambará) foi uma área colonizada por paulistas, mineiros e gaúchos no inicio do século XX, parte do rio Itararé e vai até a margem direita do rio Tibagi, seus principais núcleos são Jacarezinho, Cambará, Santo Antonio da Platina, Ribeirão Claro, Andirá, Bandeirantes e Cornélio Procópio.

A colonização do *Norte Novo* refere-se ao início do período das atividades da Companhia Terras Norte do Paraná (CTNP), com a fundação da cidade de Londrina em 1929. A região compreende uma área delimitada pelos rios Tibagi e Ivaí até as margens do Paranapanema e do ribeirão Caiuá. As suas cidades mais importantes são: Londrina, Maringá, Apucarana, Arapongas, Nova Esperança, Paranavaí, Porecatu e Jaquapitã.

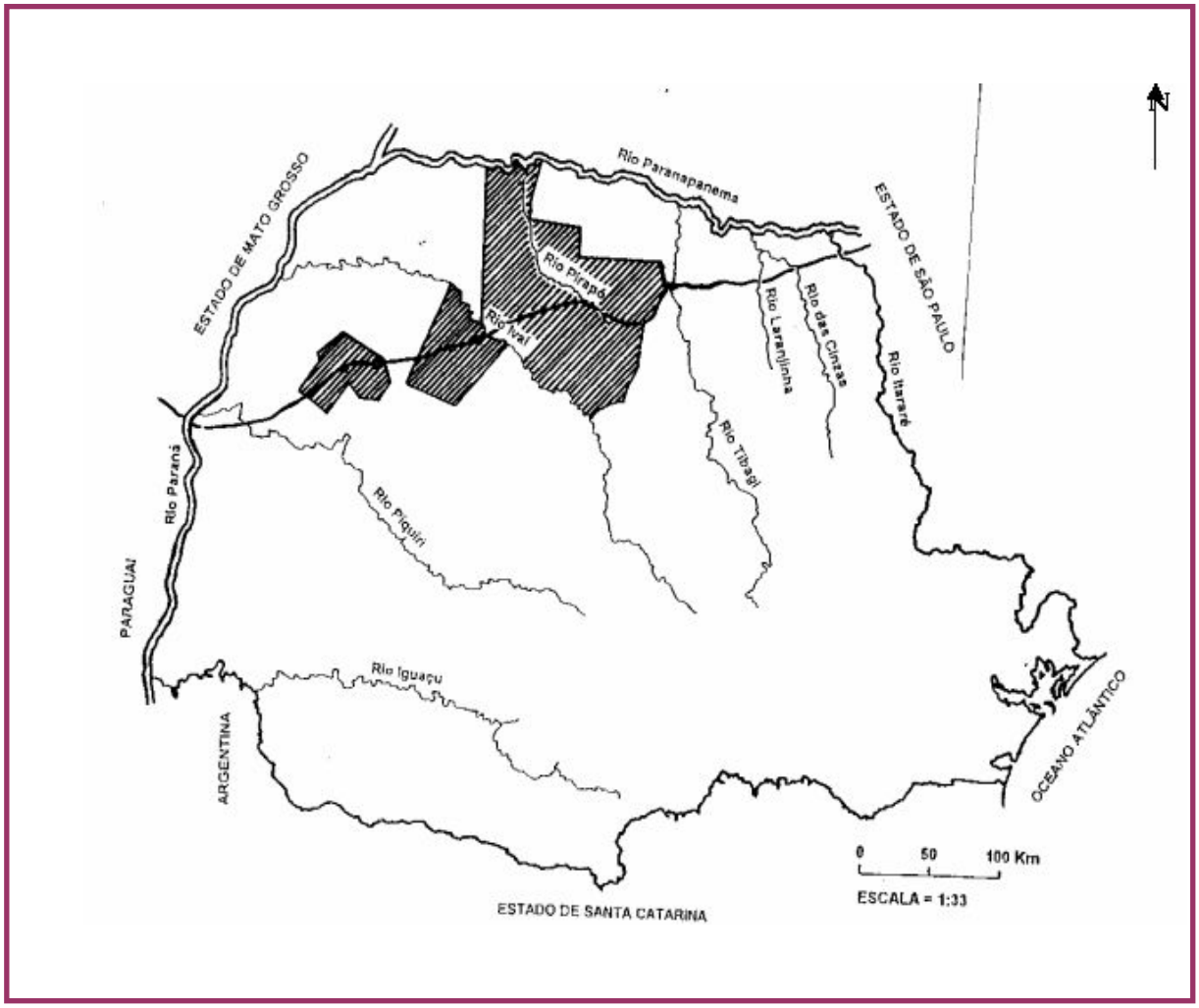
A última área de colonização, o *Norte Novíssimo* foi constituída na segunda metade do século XX; tem sua origem a partir do rio Ivaí e caminha até o curso do rio Paraná, ultrapassando o rio Ivaí e abarcando toda a margem direita do Piquiri. As principais cidades desta fase de colonização são: Cianorte, Umuarama, Cruzeiro D'Oeste, Xambré, Terra Boa entre outras (CMNP, 1975, p.35 e p.130).

Em princípio do século XX, atraídos pelas oportunidades de terras férteis e baratas e envolvidos pela perseverança em dar continuidade à expansão da cafeicultura, fazendeiros mineiros e paulistas emigraram em direção ao Norte do Paraná (região de Norte Velho) dando inicio à colonização desta região. Em meio às expectativas de alta produtividade em virtude da fertilidade das terras roxas, os fazendeiros se depararam com um enorme obstáculo, que consistia no escoamento da produção até São Paulo, passando pelo porto de Santos e rumo ao mercado exterior (CMNP, 1975, p.37).

1 Este item basea-se nos seguintes estudos: CMNP (1975); Raggio (1985); Stadniky e Pinto (2001); Tomazi (1999); Dias e Gonçalves (1999); Luz (2001).

A situação de isolamento reuniu grandes fazendeiros que decidiram fundar uma companhia que prolongaria os trilhos da Sorocabana para além de Ourinhos – Cambará, com uma extensão de 29 quilômetros, que mais tarde ficou conhecida como Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. Iniciado as atividades da construção, um outro obstáculo surge freando os trabalhos do trecho ferroviário, as disponibilidades financeiras já não eram mais liderados pelo Major Barbosa Ferraz e por Antonio Ribeiro.

Mapa 1
Região Norte do Paraná – Área de Colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)



Fonte: Rubiuno e Moro (2001)

dos Santos, deram início à procura de investidores estrangeiros que estivessem interessados em aplicar capitais em seu projeto de continuação das obras da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, cuja principal finalidade se destinava ao escoamento da produção de café de suas enormes fazendas até o porto de Santos e de Paranaguá (CMNP, 1975, p.37).

Em meados da década 20, veio ao Brasil um grupo inglês liderado pelo Lord Montagu, com o objetivo de adquirir terras férteis para o cultivo de algodão a fim de suprir a falta de matéria-prima para as indústrias têxteis inglesas[2]. (CMNP, 1975; TOMAZI, 1999).

2 A missão ficou conhecida como Missão Montagu, que contava com vários assessores, entre eles o Lord Lovat, diretor da Sudan Cotton Plantations Syndicate, responsável pelos assuntos de agricultura e florestamento. Nesta viagem, o Lord Lovat tinha a tarefa incumbida pelos acionistas da Sudan Plantations de estudar a possibilidade da companhia de aplicar seus capitais no Brasil visando seus interesses econômicos. Esta caravana chegou em 15 de janeiro de 1924, viajou por

Desse modo, em 1924 foi criada a Brazilian Plantation Syndicate Ltd. posteriormente denominada Paraná Plantations Company. Esta empresa colonizadora britânica por meio de sua subsidiária, criada em 24 de setembro de 1925, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), adquiriu terras do Governo do Estado do Paraná, assim como de diversos posseiros, ficando esta área conhecida como Norte Novo[3]. Segundo Tomazi (1999), no ano de 1925 a companhia comprou as fazendas Guatambu (Birigui), Santa Emília e Caiuá (Salto Grande), além de uma usina de beneficiamento de algodão em Bernardino de Campo no Estado de São Paulo, porém, os resultados esperados foram insatisfatórios e negativos, devido à queda dos preços no mercado internacional, à qualidade das sementes e em virtude do movimento paulista de julho de 1924[4].

Diante deste quadro, a Brazilian Plantation Syndicat combinou esforços através de suas duas empresas para implantar um projeto imobiliário e ferroviário no norte do Paraná onde as expectativas de lucros eram imensas. Se a compra de terras seguisse o prolongamento da estrada de ferro, as áreas iriam se valorizar, tornando muito lucrativo o empreendimento. Segundo a CMNP (1975, p.32):

> O Prefeito cidade havia loteado algumas glebas urbanas, e vendia por 50 mil réis o lote de meio quarteirão. Quando as notícias da aproximação da estrada de ferro começaram a circular os preços desses lotes em um ano atingiram 50 contos de réis.

Em 1929 a CTNP estava constituída, tinha em suas mãos a Ferrovia São Paulo-Paraná e as terras com as sua áreas encontravam-se demarcadas. A ocupação do norte do Paraná a partir da década de 1930 deu-se em duas direções: de um lado foi a colonização rural[5] e, de outro lado, a fundação de núcleos urbanos como, por exemplo, Londrina em 3 de dezembro de 1934 (TOMAZI, 1999). Para se ter uma idéia da importância da Companhia para a formação da região em seu conjunto:

> No total, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná colonizou uma área correspondente a 546.0478 alqueires de terras, ou 1.321.499 hectares, ou ainda cerca de 13.166 quilômetros quadrados. Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área

---

diversas regiões paulistas, mas foi no Norte do Paraná que se deslumbrou com a fertilidade das terras roxas e com os resultados obtidos no cultivo do algodão (CMNP, 1975).

3 É importante registrar que no Norte Novo, o primeiro lote de terra foi vendido ao pioneiro japonês Mitsugi Ohara em 27 de março de 1930 pela companhia (CMNP, 1975).

4 O movimento ficou conhecido como Tenentismo (1921-1937), uma rebelião de jovens oficiais do Exército Brasileiro. Para maiores detalhes ver Drumond (1986).

5 Segundo Müller (2001), o exame detalhado constata variações de forma e de intensidade na posse da terra efetuada pelo café. Para esta autora, se o café foi na maioria dos casos uma figura de primeira plana, em outros chegou a desempenhar papel menos relevante, e até mesmo secundário.

> variável entre 5 e 30 alqueires, e cerca de 70.000 datas urbanas com média de 500 metros quadrados (CMNP, 1975, p.133).

Durante a década de 1940, em pleno período da Segunda Guerra Mundial (1939-45), a Inglaterra passa a necessitar de recursos vultosos para suprir as imensas despesas com a guerra. Em virtude do quadro econômico alarmante, o governo britânico adota uma política de retorno compulsório dos capitais ingleses aplicados no exterior (CMNP, 1975, p.97). Neste contexto, a Companhia Terras Norte do Paraná (CTNP) é colocada à venda ao lado de tantas outras empresas inglesas. Um grupo de empresários brasileiro se reúne e não hesita em investir na aquisição da companhia. Em 1944, o grupo assume a direção da empresa inglesa passando a ser reconhecida a partir de 1951, como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). O início das atividades de colonização e ocupação[6] da Companhia deu origem à região que passou a ser conhecida como Norte Novíssimo.

A partir da década de 1950, a Companhia vivencia um período de intensificação da industrialização, da agricultura e da pecuária. Diante deste novo cenário incipiente, mas tenaz e fortemente dinâmico, a companhia altera as suas diretrizes iniciais, e passa a diversificar as suas atividades investindo na criação de gado a partir de 1953 e em atividades industriais, não estando mais concentrada exclusivamente na venda de terras[7].

Os investimentos só foram possíveis em virtude dos resultados financeiros positivos e reservas constituídas, obtidos com o loteamento das terras paranaenses pela Companhia, o que lhes garantiu sua continuidade após a década de 50, diversificando as suas atividades.

---

6 Segundo a CMNP (1975), a Companhia deu continuidade à forma de colonização, a extensa área continuou sendo dividida em lotes preferencialmente pequenos, de cinco, dez, quinze alqueires cada um, todos eles servidos por estradas de rodagem, com acesso a um curso d´água corrente e parte alta propícia ao plantio de café. Essas glebas foram vendidas a prazo, mediante o pagamento de 30% do seu valor como entrada e o restante em quatro anos, contando juros de 8% ao ano. Sobre a situação democrática de acesso a terra, Raggio (1985), afirma que a terra era suficiente apenas para manter a subsistência da família e a reprodução da força de trabalho de parceiros, colonos e pequenos arrendatários. Segundo o autor, "a CMNP ao colocar em movimento o processo de ocupação das terras adquiridas visava uma expansão e colonização baseada em produtores que não deveriam ser confundidos com camponeses. Aqueles, não buscavam somente a ocupação das terras para reprodução "simples" das condições de vida e trabalho; pelo contrário, o entrosamento com o mercado de terras era a condição necessária para iniciarem a produção, especialmente a do café, que respondia como principal produto de exportação brasileira. Os trabalhadores tinham em seu projeto de vida a subsistência familiar, mas principalmente o enriquecimento ou a própria expansão das condições de produção" (p.5).

7 No decorrer das atividades da CMNP, a disponibilidades de terras tenderia a se exaurir, sendo necessário adquirir novas glebas para dar continuidade ao processo de colonização. Entretanto, a compra se tornava cada dia mais difícil, como conseqüência da valorização das terras e da crescente inflação. Tal cenário levou os dirigentes da companhia a aplicar as reservas financeiras na diversificação das atividades econômicas CMNP (1975).

> Assim é que se fundaram, posteriormente, por iniciativa do mesmo grupo financeiro que desenvolveu o bem sucedido plano de colonização, os seguintes empreendimentos industriais: Empresa Elétrica de Londrina; Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, produtora de açúcar; Companhia de Cimento Portland Maringá, produtora de cimento; Cobrasma, produtora de vagões e outros equipamentos ferroviários; Forjas Nacionais, Fornasa, produtoras de tubos galvanizados; a Braseixos, produtoras de autopeças e produtos forjados; e a Marítima, Companhia de Seguros Gerais (CMNP, 1975, p.186).

As atividades da Companhia moldaram a região Norte do Paraná, construindo diversos núcleos urbanos e implantando importantes transformações culturais e sócio-demográficas.

Desse modo, a maneira como a extensa área do Norte do Paraná foi ocupada e colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CTNP/CMNP) revestiu a região de certas particularidades – planejamento imobiliário, núcleos urbanos posicionados estrategicamente, atividades rurais e agropecuária – que foram importantes no processo de colonização e urbanização (CMNP, 1975); aspectos essenciais também para gerar e instaurar as transformações econômicas, sociais, culturais e demográficas nas próximas décadas.

1.2 - A Formação de Maringá

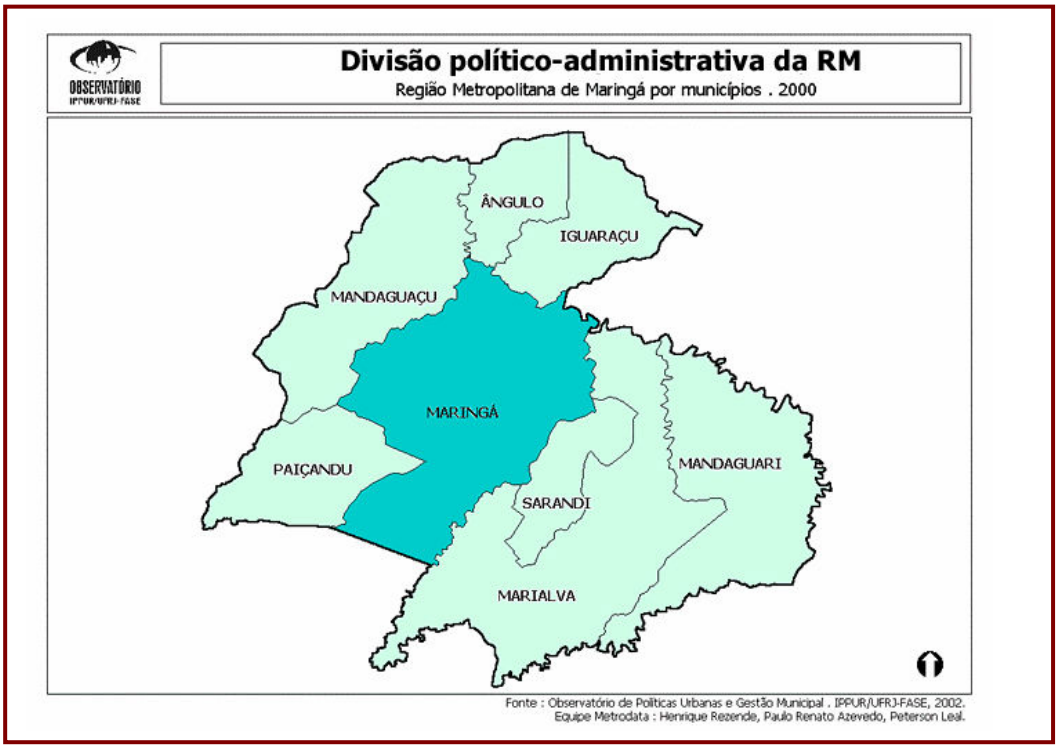
Neste contexto histórico estadual é que se inicia a segunda fase de ocupação do Norte Novo, cujo processo resultou na fundação do município de Maringá em 15 de maio de 1947, pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP), ainda na condição de Distrito de Mandaguari. Passou à categoria de Vila em 1948 e foi elevada a Município em 14 de novembro de 1951 através da Lei no. 790 (14/11/1951), englobando os Distritos de Iguatemi, Floriano e Ivatuba. Em 1954, o município foi elevado à condição de Comarca. Em 1998, Maringá tornou-se sede de sua Região Metropolitana (**Mapa 2**), ao lado dos Municípios de Sarandi, Paiçandu, Mandaguaçu Marialva, Mandaguari, Iguaraçu e Ângulo. (CMNP, 1975; LUZ, 2001).

A formação do município contou com a participação de colonos nacionais[8] oriundos de São Paulo, do Nordeste, do Sul e imigrantes internacionais como japoneses, árabes, portugueses, alemães e italianos, entre outros. No caso dos japoneses, a presença nipônica no Norte do Paraná é registrada a partir de 1914 em Cambará e na região de Cornélio Procópio, Assai e Uraí no final da década de 1920. A fase mais dinâmica da imigração deu-se a partir de 1925 com o processo de ocupação do Norte Novo, que tem Londrina e Maringá com o maior número de japoneses e seus descendentes (STADNIKY& PINTO, 2001).

8 Segundo a CMNP (1975), "os colonos prosperavam por três motivos: primeiro, eles compravam terra muito barato e pagavam a prazo; segundo, instalavam-se em região onde já era possível comercializar produtos secundários da propriedade, como arroz, milho, leite, etc; terceiro, esses colonos não tinham despesas forçadas, não pagavam empregados porque a família toda trabalhava, não gastavam com a manutenção porque produziam quase tudo na terra própria" (p.143).

Mapa 2

Região Metropolitana de Maringá



Fonte: IPUR/UFRJ-FASE, 2002. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

A cidade de Maringá foi idealizada segundo planejamento urbano de 1947, realizado pelo arquiteto e urbanista Jorge Macedo Vieira. Seguindo orientações da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), buscou-se elaborar um plano valorizando praças, ruas e avenidas, levando em consideração as características topográficas da área, a proteção e a preservação do verde nativo, e ao mesmo tempo conjugado com a organização do uso do solo[9].

De acordo com o plano inicial de planejamento urbano, a cidade de Maringá teria dez zonas centrais pré-determinadas pela CMNP, sendo cortada de ponta a ponta por uma avenida conhecida como Avenida Brasil principal eixo de circulação, visando espacializar as atividades socioeconômicas. Cada zona apresentaria funções distintas e especializadas, alocando os bairros conforme as suas especificidades; sua construção obedeceu às seguintes características[10]:

9 Para maiores detalhes, ver Gama (1987); Rubiuno e Moro (2001).

10 Para uma melhor compreensão da organização espacial do espaço, ver Rubiuno e Moro "O Território do Capital Especializado na cidade de Maringá" in Revista Geonotas, v.5, n.2, 2001.

"Zona 1: área destinada desde o inicio para servir como centro da cidade e ao comércio. Apresentaria um crescimento vertical, centralizado em edifícios de escritórios, residências, estabelecimentos bancários e outros que atendem a população local e regional.

Zona 2: ocupada por uma população de elevado nível de renda, situada ao sul da cidade.

Zona 3: também conhecida como Vila Operária, área destinada à população de menor poder aquisitivo.

Zona 4: no início do seu loteamento seu objetivo era atender uma população de padrão médio, mas devido à sua localização próximo ao centro e à área verde, terminou por atrair famílias de maior poder aquisitivo.

Zona 5: por estar numa área mais elevada da cidade atraiu famílias de renda mais elevada, hoje é considerado um dos bairros de elite, tendo superado a zona 2, inclusive em edificações.

Zona 6: área ligada à zona reservada aos armazéns gerais.

Zona 7: área ocupada por famílias de médio e baixo rendimento, empregados do comércio.

Zona 8: devido a sua localização próxima a pista do aeroporto atraiu famílias de alto poder aquisitivo.

Zona Industrial (ZI-1 e ZI-2): hoje a área está saturada e o poder público municipal criou o Distrito Industrial ao longo da rodovia que liga Maringá a Campo Mourão (PR-137) e Maringá a Umuarama (PR-323), fundamentado em dados que envolvem parâmetros de avaliação da qualidade do meio ambiente. Essas áreas são responsáveis pelo crescimento periférico, pois as indústrias ficam mais próximas aos eixos de circulação e às residências mais afastadas.

Zona de Armazéns: no passado foi ocupada por máquinas de beneficiamento, principalmente de café (RUBIUNO; MORO, 2001, p.8-9)."

Atualmente, a cidade de Maringá apresenta-se como um dos principais centros varejistas e de pólo econômico da região Norte do Paraná, onde o setor primário[11] é responsável por 6,3% da PEA, enquanto os setores secundário e terciário absorvem 8,7% e 85,0% respectivamente (RUBIUNO; MORO, 2001, p.8). Atualmente, os setores industriais de maior destaque são: alimentação, confecção, agroindústria e metal-mecânico[12].

O desenvolvimento ininterrupto da economia desde a sua fundação e o processo de urbanização e concentração urbana em virtude da migração rural-urbana, estabeleceram as condições sociais e econômicas ao longo das décadas. Em 17 de

11 Segundo Costa (1991), o setor primário na década de 60, compreendia aproximadamente 57,0% do PEA, passando a 8,4% na década de 80. Em contrapartida, os setores secundário e terciário passariam a empregar a maior parte da população nesta mesma década, cerca de 22,0% e 70,0% respectivamente

12 Para maiores detalhes sobre o processo de industrialização no Paraná até a década de 70, ver Rubiuno e Moro (2001).

julho de 1988, através da lei complementar no. 83, concordantemente com a Constituição Federal de 1988, Art. 25, parágrafo 3º, foi fundada a Região Metropolitana de Maringá.

A cidade de "Maringá se insere na condição de cidade de porte médio, onde a organização espacial se encontra subordinada às leis do Estado, e o conjunto de infra-estrutura faz com que ela exerça grande influência no Norte do Paraná (VERCEZI, 2001, p.xvii)". Segundo a autora, os prenúncios da Região Metropolitana de Maringá devem ser buscados principalmente na incorporação de áreas agrícolas, vinculados ao processo de produção capitalista que ocasionou a reestruturação do território[13].

Desse modo, as transformações econômicas e espaciais imprimiram a dinamicidade socioeconômica e demográfica em Maringá que possibilitaram a construção de uma cidade planejada e funcional tornando-a um dos principais centros urbanos e pólos comerciais do norte paranaense. Atualmente, existem cinqüenta zonas urbanas na cidade em virtude de seu desenvolvimento socioeconômico. Sua posição geográfica privilegiada, no entroncamento rodoviário, tornou-a passagem obrigatória entre o interior do Estado do Paraná, o interior do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul resultando na configuração de importante pólo comercial de produtos agropecuários (RUBIUNO; MORO, 2001, p.9).

13 O tema sobre a metropolização de Maringá é repleto de questões e análises que estão além do alcance deste estudo. O autor tem a intenção de demonstrar a evolução da cidade e como atualmente ela se comporta socioeconômica e demograficamente em relação aos demais municípios circunvizinhos. Para maiores detalhes sobre a gênese e evolução da Região Metropolitana de Maringá ver trabalho de Vercezi (2001). Ver também Machado e Mendes (2003) sobre o processo de metropolização de Maringá e o advento da verticalização urbana na cidade.

1.3. – Colonização e Urbanização de Maringá[14]

A formação e a consolidação da cidade de Maringá foi pautada inicialmente na exploração agrícola, principalmente na atividade monocultura cafeeira, tendo com figura central os "pioneiros". Esses "pioneiros", geralmente imigrantes brancos europeus presentes nas áreas cafeeiras paulistas e mineiras, foram atraídos à Região Norte do Paraná pela possibilidade de enriquecimento rápido num curto espaço de tempo, além do fato do solo da região ser a terra roxa, área de ótima qualidade para o plantio de café e devido aos seus baixos preços.

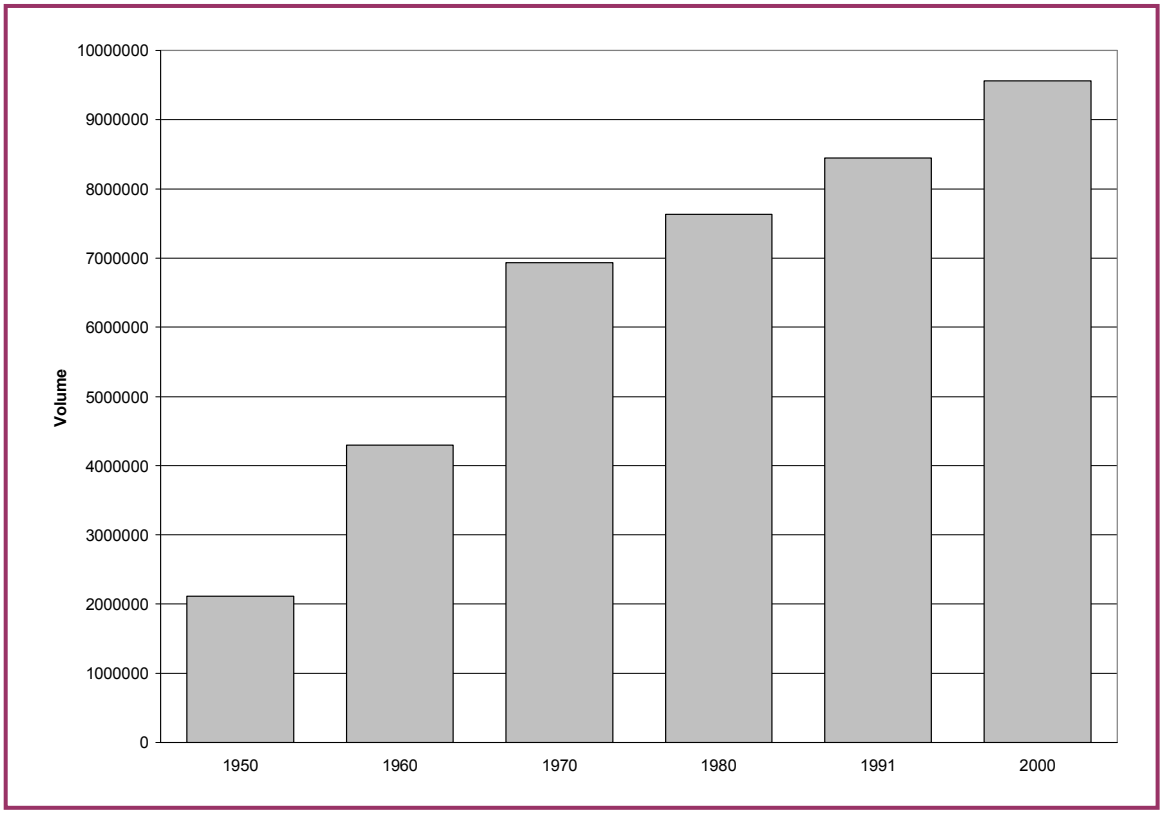
Após a crise do café cujo auge deu-se com a quebra da bolsa de Nova York em 1929, a mão-de-obra dirigiu-se em parte às cidades e em parte para as áreas de fronteira agrícola e interiorização. A expansão da fronteira teve três momentos distintos. A primeira ocorreu entre meados da década de 1930 a 1960, em direção a região Norte e Noroeste do Paraná; a fase seguinte iniciou-se em 1940 e terminou na década de 1960 e ocorreu na faixa central do país desde o Mato Grosso do Sul até o Maranhão, passando por Goiás; e a última fase ocorre a partir da década de 1970, em direção à Amazônia (MARTINE, 1987, p.30).

Na primeira fase (1930-60), de expansão fronteiriça é que se encontra o processo de colonização do Norte do Paraná. Na ocupação de novas fronteiras agrícolas e da interiorização, mecanismos de proteção adotados pelo governo brasileiro em relação ao setor cafeeiro continuavam a estimular a expansão da produção nesse setor (MARTINE, 1990, p.20).

A lavoura cafeeira adquire importância à medida que pequenas e médias propriedades expandem-se e dedicam-se a este cultivo. O processo de ocupação das terras através do café, sob a direção da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná trouxe consigo um adensamento populacional ao Estado do Paraná que foi verificado num período de cinco décadas (1950-2000), como demonstra o Gráfico 1. De fato, a população do Estado do Paraná passou de 2.115.547 habitantes em 1950, para 9.558.454, no ano 2000.

14 Este item baseia-se no Relatório FAPESP (2001) elaborado no âmbito do Projeto "Redes Sociais nas Migrações Internacionais: os migrantes brasileiros para os EUA e o Japão" coordenado pela Profa. Teresa Sales, no Nepo/Unicamp.

Gráfico 1
Evolução da População Total do Estado do Paraná
1950-2000



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Havia duas circunstâncias que permitiram aos trabalhadores serem absorvidos nas atividades agrícolas, o que contribuiu para um rápido crescimento populacional. Primeiro, a agricultura, de modo geral, e a cafeicultura, particularmente, não dispunham de recursos tecnológicos que reduzissem ou racionalizassem a absorção de mão-de-obra nos trabalhos agrícolas (RAGGIO, 1985, p.50). O Censo Agrícola do Estado do Paraná de 1950 revela que 95,0% dos estabelecimentos da região não usavam nenhum tipo de força animal ou mecânica nos trabalhos agrícolas.

A absorção da mão-de-obra em direção à região deu-se em dois momentos distintos: em 1950, participaram na construção de estradas, aberturas de matas, plantio de café, entre outras atividades; a partir de 1960, corresponde ao período em

que ocorre um aumento significativo de parceiros[1] na condição de responsável pelos estabelecimentos.

A outra circunstância, diz respeito à ausência de um mercado de trabalho local, isto é, não havia uma oferta abundante de trabalhadores que os produtores pudessem dispor segundo as necessidades do processo produtivo. Tal situação de escassez num primeiro momento de colonização levou os proprietários a criar mecanismos, como contratos formalizados, a fim de segurá-los às suas terras (RAGGIO, 1985, p.53).

A dinamicidade das atividades de colonização e de ocupação conduzidas pela CNTP/CMNP resultou numa entrada massiva de trabalhadores e proprietários oriundos de diversos estados refletindo no incremento da população do Estado do Paraná que apresentou as maiores taxas de crescimento entre 1940-1970, como indica a **Tabela 1**.

Tabela 1
Taxa de Crescimento da População Total (% a. a.)
Paraná e Brasil - 1940-2000

Áreas	Taxas de Crescimento					
	1940/50	1950/60	1970/80	1980/91	1991/40	1991/00
Paraná	5,5	7,3	4,9	0,9	0,9	1,4
Brasil	2,3	3,2	2,8i	2,4	1,9	1,6

Fonte: Fundação IBGE, Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Os dados da **Tabela 1** confirmam que o Estado do Paraná apresentou taxas de crescimento positivas acima da média do Brasil até a década de 60, sendo 5,5% a.a no período 1940/1950, 7,3% a.a., entre 1950/60, e 4,9% a.a., na década de 60. Em contrapartida, o Brasil apresentou taxas de crescimento muito inferiores, cerca de 2,3% a.a. na década de 1940/50, 3,2% a.a. entre 1950/1960 e 2,4% a.a. no período

1 "No regime de parceria, o chamado "parceiro" executa todos os serviços do cafezal (desde a limpeza até os trabalhos do terreiro), entregando ao proprietário a porcentagem de café seco relativa ao contrato (...).
Na "parceria", o empresário transforma-se no simples rendeiro (de um tipo especial), e procura repartir o trabalho de direção e planejamento e os riscos com o trabalhador rural, que assume, de fato, a categoria de empresário. Nessa condição ele recebe mais se a colheita corre bem ou se os preços são bons, ou recebe menos, em caso contrario, mas não há obrigação contratual de garantia de remuneração para nenhuma das partes (NETO; DELFIN, 1973 *apud* RAGGIO, 1985, p.20).

1960/1970. Entretanto, observa-se que no período 1970/1980 a taxa do Estado[2] reduziu-se drasticamente atingindo cerca de 1% a.a. de crescimento ao ano, indicando o início do processo de esgotamento das fronteiras e do êxodo rural (MARTINE, 1987; MAGALHÃES, 1992; 2003; GUZMÁN; MAGALHÃES, 1984).

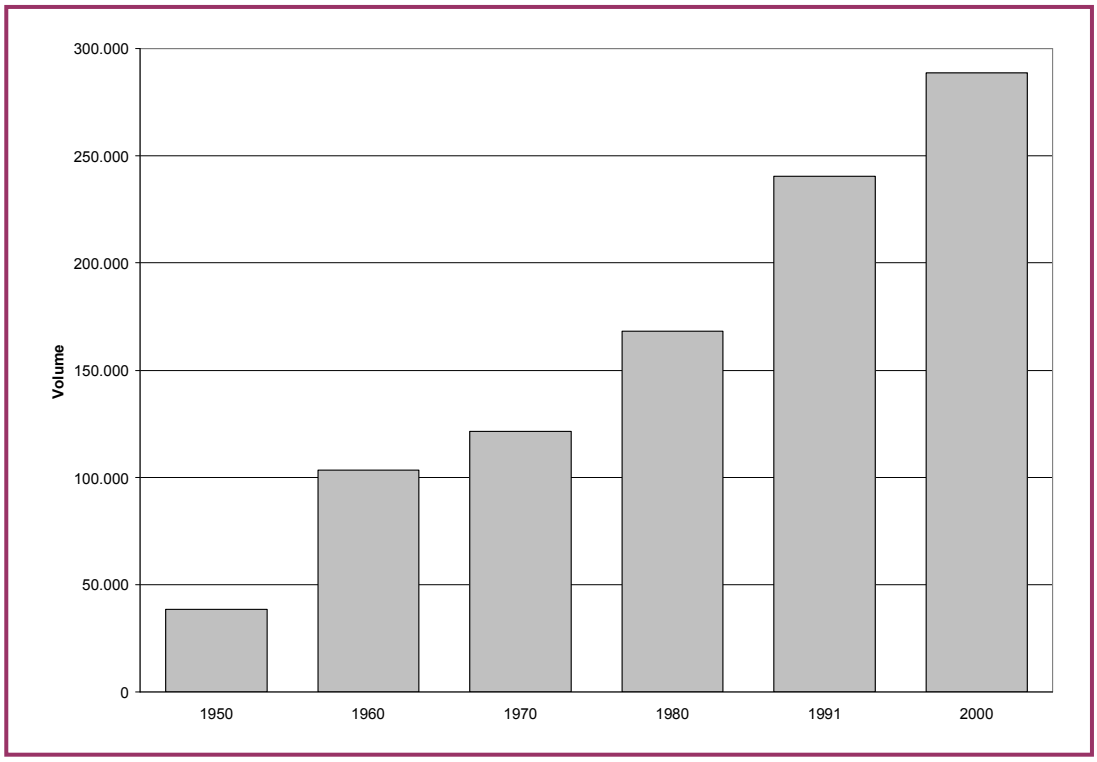
O município de Maringá também apresentou um acelerado crescimento populacional, desde a década de 50, devido ao processo de urbanização e aos deslocamentos de consideráveis contingentes populacionais do meio rural, de várias cidades do estado do Paraná e de outros estados do Brasil [3].

No Censo Demográfico de 1950, Maringá, ainda na condição de distrito de Mandaguari, tinha uma população de 38.588 habitantes. O censo seguinte registra uma população total de 104.131 habitantes; em 1970, passou para 121.374 habitantes. Em 1980, eram 168.239 habitantes; em 1991 a população chegou a 240.135 habitantes e, no censo de 2000, a população atinge 288.653 habitantes. No **Gráfico 2** pode-se observar a evolução da população total. Este contingente populacional fez de Maringá a terceira maior cidade do Estado do Paraná, depois de Curitiba e Londrina, atualmente com 1.587.315 e 447.065 habitantes, respectivamente, de acordo com o censo demográfico de 2000.

2 Em seu recente estudo, Magalhães (2003), analisa uma tênue recuperação do ritmo de crescimento da população do Estado do Paraná, devido a refreamento do ímpeto migratório e ao ligeiro incremento dos movimentos de retorno. Mais detalhes sobre o assunto ver Magalhães (2003).

3 Segundo a Pesquisa Sócio Econômica da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) de Maringá, em 1980 65% da população maringaense era formada por imigrantes de outras cidades paranaenses e 35% de outros estados como São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Em Moro (1988), o autor analisa o poder de atração da microrregião de Maringá sobre outras microrregiões homogêneas, restante do Paraná e outras federações.

GRÁFICO 2
Evolução da População Total de Maringá
1960-2000



Fonte: Fundacão IBGE. Censos Demográficos de 1950. 1960. 1970. 1980. 1991 e 2000.

Tabela 2
Taxa Geométrica de Crescimento da População do Paraná (% a.a) Segundo Situação de Domicílio - 1940/2000

	Total	Urbana	Rural
1940/1950	5,61	5,84	5,54
1950/1960	7,16	9,31	6,33
1960/1970	4,97	6,73	4,1
1970/1980	0,97	5,97	-3,32
1980/1991	0,93	3,00	-3,03
1991/2000	1,4	2,59	-2,61

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

A contribuição da migração no adensamento populacional no Estado foi fator preponderante, visto que, nas décadas de 40 e 50, foi o que apresentou as maiores taxas de crescimento[4], (5,6% a.a. e 7,2% a.a.) em comparação aos demais estados brasileiros. Na década de 70, ocorrem três processos responsáveis pelas taxas negativas: um maciço movimento de evasão populacional do campo; a intensificação das migrações internas com destino urbano; e a saída de um elevado contingente populacional para além das fronteiras estaduais (GUZMÁN; MAGALHÃES, 1984, p.2003).

O crescimento populacional de Maringá[5], ocorreu principalmente na década de 1950, período que estimulou a vinda de diversas pessoas, das mais variadas ocupações e atividades, resultando numa taxa de crescimento total 9,9% a.a. como indica a Tabela 3. Porém, o crescimento urbano foi praticamente o triplo do meio rural, cerca de 18,8% a.a. e 5,9% a.a., respectivamente.

Nas décadas seguintes, as taxas de crescimento totais foram bem menores, 1,5% a.a na década de 60, entre 1970 e 1980 elevou-se para aproximadamente 3,2% a.a., para então decair novamente na década de 1990, a 2,0% a.a. Contudo, quando analisados os dados de Maringá segundo a situação de domicílio rural e urbano, observa-se um comportamento diferenciado para ambos.

4 Ainda na década de 60, Paraná apresentou uma taxa de crescimento de 5,0% a.a, porém outros estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal apresentaram taxas de crescimento superiores. Tais fatos correspondem à segunda fase de expansão da fronteira Martine (1987). Segundo Magalhães (1984), na década de 70 o Estado do Paraná passa a vivenciar uma reversão populacional, apresentando um forte comportamento emigratório em direção às cidades e outros estados. Maiores detalhes ver Magalhães (1992; 2003) e Guzmán e Magalhães (1984).

5 Raggio (1985), realiza algumas comparações entre as principais cidades do Norte Novo, analisando o crescimento populacional e o êxodo rural. Para maiores detalhes ver Raggio (1985).

A taxa de crescimento populacional urbano manteve-se positiva durante todo o período de 1950/2000, embora de maneira decrescente, saltando de 7,4% a.a. em 1970, para 2,2% a.a. na década de 90. No meio rural, o crescimento populacional foi positivo somente na década de 1950, 5,9% a.a.; nas duas décadas seguintes o município de Maringá apresentou taxas negativas de crescimento de aproximadamente de -10,0% a.a., um forte indicativo do processo de êxodo rural na região (MAGALHÃES, 2003, p.22). Nas décadas de 1980 e 1990, as taxas de crescimentos rurais se mantêm negativas, mas em níveis bem menores do que as décadas precedentes, cerca de -1,8% a.a e -3,1% a.a.

Tabela 3
Taxa Crescimento Geométrico da População de Maringá Segundo Situação de Domicílio 1950/2000

Ano	Total	Urbana	Rural
1950/1960	9,9	18,8	5,9
1960/1970	1,5	7,4	-9,8
1970/1980	3,3	4,7	-10,4
1980/1991	3,2	3,4	-1,8
1991/2000	2,0	2,2	-3,1

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

A colonização do Norte Novo (1930-1950) foi acontecendo, concomitantemente, ao lado da construção de um eixo rodo-ferroviário da CMNP e de suas políticas empreendedoras, cujo objetivo era facilitar o acesso a novas áreas, permitindo o escoamento da produção até o porto de Santos. Ao mesmo tempo, visando um projeto de desenvolvimento urbano, cidades como Maringá, Londrina, Cianorte e Umuarama, foram sendo constituídas a cada 100 quilômetros ao longo do eixo com a função de exercerem o papel de centros prestadores de serviços. Além disso, a cada 10 ou 15 quilômetros seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários (CMNP, 1975, p.125).

À medida que a Companhia loteava e colocava à venda as glebas, iam estendendo as vias de acesso e implantando os núcleos urbanos ao longo da estrada principal, com o objetivo de evitar isolamento das famílias que tinham adquirido as terras e atender as necessidades básicas do contingente populacional que estava se dirigindo para a zona rural (LUZ, 2001).

Moro (1995), afirma que o ciclo do café[6] predominou até meados da década de 70, embora já por volta dos anos 50 e 60, as crises no mercado e as superproduções desestimularam sensivelmente os produtores, cujo quadro foi agravado com a geada de 1975.

Após o ciclo do café, o município de Maringá, bem como as demais regiões do Norte Novo empenharam-se em diversificar a sua atividade agrícola local e regional. Fajardo e Moro (2000) afirmam que isto objetivava introduzir novas lavouras chamadas modernas, como soja, algodão, cana-de-açúcar, bicho-da-seda, trigo e outras culturas, além de investirem em iniciativas agroindustriais. A cultura da soja[7] foi o fator responsável pelo processo de modernização da agricultura paranaense, especialmente no Norte do Estado. Para Magalhães (2003), a partir dos anos 60, foram lançadas novas bases[8] de um modelo de produção agrícola no País, que revolucionou as práticas de produção, mecanizou processos, substituiu produtos, alterou relações de trabalho e estimulou a concentração fundiária. Estas transformações ao entrarem no campo, alteraram de modo abrupto a configuração rural e urbana do Estado como um todo.

O período entre 1960-70, compreende o momento de subordinação da agricultura à dinâmica industrial, marcado pelo processo de modernização do campo. O surgimento das cooperativas de cafeicultores em fins da década de 60, implantadas em sua grande maioria pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) (FAJARDO; MORO, 2000), foi elemento fundamental como difusor de novas tecnologias no campo. Amparadas por incentivos governamentais,[9] a agroindustrialização das mesmas consistiu numa medida de fortalecimento levando à formação do Complexo Agroindustrial[10]. Entretanto, esta política de incentivos teve uma natureza seletiva, pois selecionou apenas uma parcela pequena de produtores agrícolas que apresentassem condições mínimas – tamanho da propriedade, qualidade da terra, tipo de produto – para serem contemplados com o crédito

6 Sobre o processo de substituição do café por lavouras temporárias e pastagens a partir da década de 1960 ver Magalhães (2003), Raggio (1985) e Fajardo (2000)

7 "O sucesso da soja, em substituição ao café no Norte do Paraná, se deve à condição de essa cultura possuir: inovações pré-adquiridas como sementes selecionadas; um processo de produção totalmente mecanizado desde o plantio até a colheita; a capacidade de aliar interesses que impulsionaram o seu cultivo: o das indústrias processadoras e exportadoras do produto e do Estado que teve incluído um produto de grande aceitação na pauta de suas exportações. E foi a ação estatal, um dos mais importantes meios que promoveram a modernização, via mecanismos de créditos, incentivos fiscais e políticas direcionadas para produtos como a soja" (FAJARDO; MORO, 2000, p.92).

8 A raiz deste modelo deve ser buscado no processo de industrialização brasileira iniciada nos anos 50, através do Plano de Meta do governo de Juscelino Kubitschek.

9 Segundo Raggio (1985), a política de crédito agrícola contribui para expandir este setor de maneira acelerada, e garantir o crescimento das cooperativas e dos setores industriais voltados à agricultura.

10 Para maiores detalhes sobre a formação do complexo agroindustrial e a atuação das cooperativas no norte do Paraná, ver (FAJARDO; MORO, 2000). Sobre as novas relações comerciais dos produtores agrícolas, ver Raggio (1985).

agrícola, possibilitando-os a adquirir e incorporar o progresso tecnológico ao campo (RAGGIO, 1985, p.60).

> Em um curto espaço de tempo, milhares de estabelecimentos agrícolas do Estado particularmente de médios e grandes produtores, passaram a empregar força mecânica nas tarefas e a produzir segundo os novos parâmetros tecnológicos, ancorados pela generosa política rural de créditos subsidiados, sem dúvida alguma, o principal instrumento viabilizador da capitalização e da mercantilizaçao das atividades agrícolas no País (MAGALHÃES, 2003, p.20).

A modernização agropecuária iniciou-se na década de 50, mas só adquiriu impulso na década de 60 com o advento de tecnologias (novos insumos, máquinas, técnicas de plantio e sementes selecionadas) do chamado "pacote tecnológico norte-americano" da "Revolução Verde" (MARTINE, 1990, p.22). Contudo esta nova forma de produção implicou em duas conseqüências:

> Tendo como base principalmente a mecanização, o uso de novos elementos e insumos químicos e biológicos, bem como a aplicação de novas formas de trabalho, as transformações na produção agropecuária foram enormes. De um lado, houve um ganho de produção e produtividade com um conseqüente aumento da renda agrícola; de outro estão os resultados trágicos com a expulsão da mão-de-obra rural para os centros urbanos ou outras áreas de fronteira agrícola, e ainda com a exclusão de produtores que não conseguiram incorporar-se à modernização (FAJARDO; MORO, 2000, p.91).

O progresso técnico ao se "generalizar" na década de 1970, expulsou uma massa de trabalhadores – aqueles que se colocavam na produção como assalariados, pois estes usavam a terra onde moravam, e partilhavam o fruto do seu trabalho com os proprietários – do campo de forma violenta, deixando-os totalmente despossuídos dos meios de produção[11] e sujeitos a novos mecanismos de exploração (RAGGIO, 1985, p.82). Transformou-os em trabalhadores assalariados, consolidando um mercado de trabalho que extrapolou as fronteiras do Estado.

> Como a fronteira agrícola não constitui mais uma alternativa válida para a expulsão dos excedentes e como este excedentes estão sendo criados a ritmo sem precedentes, não resta outra alternativa para essa massa

11 Segundo Raggio (1985, p.61), as microrregiões do Norte Novo responderam por 37% dos estabelecimentos que deixaram de existir na década de 70. Dos 100 mil estabelecimentos que desapareceram no Estado, 37 mil estavam nessa região. O mais interessante é que desses 37 mil estabelecimentos que deixaram de existir, 33 mil estavam sob a responsabilidade de parceiros.

> de pessoas senão dirigir-se para as cidades e para cidade cada vez maiores (MARTINE, 1987, p.31).

Os saldos migratórios e as taxas durante quatro décadas (1940-80) para o Estado do Paraná, aponta a magnitude do fenômeno migratório resultante do processo de expulsão da população do campo. Segundo este estudo de Raggio (1985, p.99), o saldo migratório do Estado chegou a 500 mil pessoas nos anos 40, passando para 1,3 milhões nos anos 50; mantendo-se em torno de 1 milhão nos anos 60, este saldo despenca e torna-se negativo nos anos 70 com uma perda populacional de 1,1 milhões de pessoas.

A partir da década de 70, ocorre uma inversão nos padrões de crescimento populacional da Fronteira Consolidada, da qual o Estado do Paraná fazia parte, devido a dois fatores: estagnação progressiva inerente à forma de ocupação da fronteira agrícola e o processo de modernização da agricultura a partir de 1966 (MARTINE, 1984, p.123).

A região do Norte Novo foi o primeiro a se manifestar o fenômeno da redução do pessoal ocupado – principalmente empregados permanentes e parceiros - nas atividades agrícolas. O fluxo migratório não se tornou mais evidente e problemático porque havia outras fronteiras agrícolas no Estado, principalmente nas regiões Noroeste e Oeste Paranaenses, que se encontravam em expansão (RAGGIO, 1985, p.55).

O êxodo rural, ocorrido a partir da década de 60, foi gerado em parte pelo esgotamento da fronteira agrícola, pelo processo de substituição da mão-de-obra rural por maquinários de alta tecnologia (modernização agrícola na década a partir de 1970) e pelas sucessivas geadas que atingiram a região na década de 70, trazendo grandes perdas aos agricultores. Segundo Martine, "a primeira fase do ciclo atração/estagnação/expulsão da região durou em torno de 30-35 anos. No final desse período, o Paraná transformou-se da região de maior atração de migrantes para a região de maior expulsão" (1987, p.31).

Na **Tabela 2**, verifica-se que a partir da década de 70[12], o Estado do Paraná passa a apresentar taxas negativas de crescimento populacional, indicando um processo de evasão populacional do campo.

Estes fatores forçaram os proprietários de terras a uma mudança no aproveitamento das áreas agrícolas, e estimularam a substituição contínua da cultura

12 Segundo Raggio, "quando o censo demográfico de 1980 confirma a migração, cerca de 1, 2 milhão de indivíduos já tinha deixado o Estado. Aqueles que dispunham um pequeno pedaço de terra, venderam-na e armaram-se de coragem para recomeçar tudo de novo em Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Minas Gerais e até no Paraguai, onde a terra não era tão cara; aqueles que não tinham nada (53% dos migrantes) simplesmente perderam o teto e lavoura, onde trabalhavam como parceiros, ou colonos, ou arrendatários, dirigindo-se para São Paulo à procura de um novo tipo de trabalho. Um contingente de igual tamanho saiu das áreas rurais e ficou acantonado no próprio Estado, inchando as cidades como desempregados ou subempregados" (1985, p.2). A partir de 1980, parcelas da população expulsa do campo passaram a se organizar, reivindicando o acesso à terra pressionando o governo.

do café por outras, como a rotação trigo-soja que necessitavam de uma quantidade menor de mão-de-obra. A substituição do sistema agrícola da monocultura comercial do café pelo sistema de rotação soja-trigo e por pastagens trouxe como conseqüências a venda e a aglutinação de pequenas propriedades, acarretando o deslocamento desta população para as cidades (MORO, 1995, p.79).

As relações de trabalho se transformaram como relata Raggio (1985, p.61) a seguir:

> se até fins da década de 1960, parcelas de terras eram concedidos a uma massa de colonos, parceiros e pequenos arrendatários para explorá-las, num segundo momento, grandes proprietários e empresas, passam a requerer as terras cedidas àqueles e alugam novas áreas para realizar a suas produções. Esta nova relação entre campo e capital alterou a estrutura fundiária significativamente, onde os pequenos estabelecimentos se reduziram e perderam área ocupada, ao passo que, os grandes e médios aumentaram sua participação relativa e ainda se ampliaram em termos de área média.

A rápida mudança no campo provocou um processo acelerado de crescimento urbano no Estado em seu conjunto como pode ser verificado na Tabela 4. Em 1950, Maringá tinha 81,2% da sua população vivendo no meio rural; na década seguinte, ocorre uma inversão na qual o meio urbano passa a ser predominante, respondendo por 54,3% da população total. Em 1970, apenas 17,7% da população residia na zona rural, em contrapartida, 82,3% da população maringaense vivia na cidade, chegando a 98,4% segundo o censo populacional de 2000. O Estado do Paraná só passa a ter a maior parte de sua população no meio urbano em 1980 (58,6%), chegando a 81,4% em 2000.

Tabela 4
População Residente Segundo Situação de Domicílio
Maringá – 1950-2000

Ano	Rural	Distrib. Relativa(%)	Urbana	Distrib. Relativa(%)	Total
1950	31.318	81,2	7.270	18,8	**38.588**
1960	56.539	54,3	47.592	45,7	**104.131**
1970	21.476	17,7	99.898	82,3	**121.374**
1980	7.580	4,5	160.652	95,5	**168.232**
1990	6.213	2,6	234.079	97,4	**240.292**
1996	6.897	2,6	260.955	97,4	**267.942**
2000	4.675	1,6	283.978	98,4	**288.653**

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Contagem da População de 1996.

Se no período de 1960-70 ocorreram transformações significativas no campo pela introdução de novas tecnologias, maquinários – subsidiadas por incentivos governamentais - ditando novas relações de produção e de trabalho, na década seguinte, a crise econômica que se instaura no país trouxe como conseqüência o abandono do financiamento do crédito agrícola. Isto significou mudanças nas estruturas e nas relações sociais e econômicas, como por exemplo: diminuiu a atratividade do setor agrícola, seja como atividade produtiva, seja como empreendimento financeiro-especulativo (MARTINE, 1990, p.24).

O processo de êxodo rural desde a década de 70 constituiu-se num fator preponderante na concentração da população do Estado do Paraná, na Região Metropolitana de Curitiba, embora Maringá se constitua em pólo regional. O fenômeno não foi um caso isolado, mas perceptível em todo o país, variando de intensidade de região para região.

> É importante salientar que o processo de esvaziamento rural e o intenso crescimento e proliferação de áreas foram fenômenos observáveis no País como um todo na mesma época, variando de região para região, magnitudes e taxas. Assim, entre 1970 e 1980 o Brasil assistiu ao decréscimo absoluto de 2,5 milhões de habitantes no meio rural. Da mesma forma, o grau de urbanização em 1980 já atingia 68%, ao passo que em 1970 o País tinha recém-ultrapassado a marca dos 50% de pessoas residentes em ambientes. Entretanto, o que imprime relevância ao caso do Paraná é a velocidade e a magnitude das mudanças demográficas que atingiram o Estado, além da característica de reversão das tendências populacionais em diversas regiões do território estadual. Vale notar que processos semelhantes levaram, em geral, décadas para se concretizar em outros Estados brasileiros, por exemplo, Rio Grande do Sul e São Paulo (MAGALHÃES, 1996, p.44-45).

Na década de 90, o Estado do Paraná apresenta um quadro distinto das duas décadas precedentes, marcadas pelas perdas populacionais, para projetar uma relativa recuperação de crescimento, passando de 0,9% na década de 80, a 1,4% nos anos 90. A principal mudança no comportamento migratório do Estado do Paraná nos dias de hoje, consiste no declínio significativo da emigração estadual[13] (MAGALHÃES, 2003, p.13).

Pode-se sintetizar que o processo de ocupação e colonização no Norte do Paraná, principalmente a região do Norte Novo, teve como figuras centrais desbravadores paulistas e mineiros à frente no processo de derrubadas de matas; e de outro lado, a ação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CTNP/CMNP), através do seu projeto imobiliário e colonizador que definiu em dois momentos distintos de atuação.

13 Para maiores detalhes do processo da perda populacional no Estado do Paraná ver Magalhães (2003).

Entre meados da década de 1930 até 1960, as condições de colonização, de ocupação e de produção da cultura do café no Norte do Paraná, atraiu uma massa de trabalhadores rurais que os fixou ao campo até o momento em que as condições de acesso a terra e de produção permitiram.

O quadro alterou-se gradativamente em meados da década de 1960, e principalmente com maior dinamicidade a partir de 1970, com a introdução de novas culturas "modernas", pela difusão de tecnologias, e uso de insumos e maquinários no campo, configurando uma nova relação de produção e estreitando os laços entre a agricultura e a indústria, dentro do processo de modernização do campo (MORO, 1995, p.82).

As conseqüências imediatas deste processo resultaram no esvaziamento populacional do campo – principalmente parceiros, arrendatários e colonos - na redução dos pequenos estabelecimentos, na concentração de áreas, polarizando o campo entre produtores e trabalhadores assalariados. Parte destes trabalhadores deslocou-se dentro do mesmo estado, em direção ao Noroeste e Oeste Paranaenses, que se encontravam em expansão, e a outra parte, em direção a outros estados como São Paulo, Goiás, entre outros. Vale lembrar que o processo de evasão populacional só não atingiu maiores proporções, devido ao fato que o crescimento urbano das regiões apresentou taxas positivas de crescimento populacional (MAGALHÃES, 2003).

No momento em que as fronteiras agrícolas deixaram de ser uma alternativa, as cidades, principalmente as maiores tornaram-se o destino final para muitos trabalhadores, ocasionando um outro fenômeno que consiste na concentração urbana (MARTINE, 1987, p.31).

1.4. População de Maringá: algumas características

Algumas transformações na dinâmica demográfica estavam em curso no país como um todo, alterando a estrutura populacional a partir da década de 1930. Uma delas foi a redução da mortalidade devido a melhorias no sistema de saneamento básico, progressos na medicina, desenvolvimento de inseticidas e alterações na política social, que implicou na aceleração do crescimento vegetativo (MARTINE, 1984, p.113).

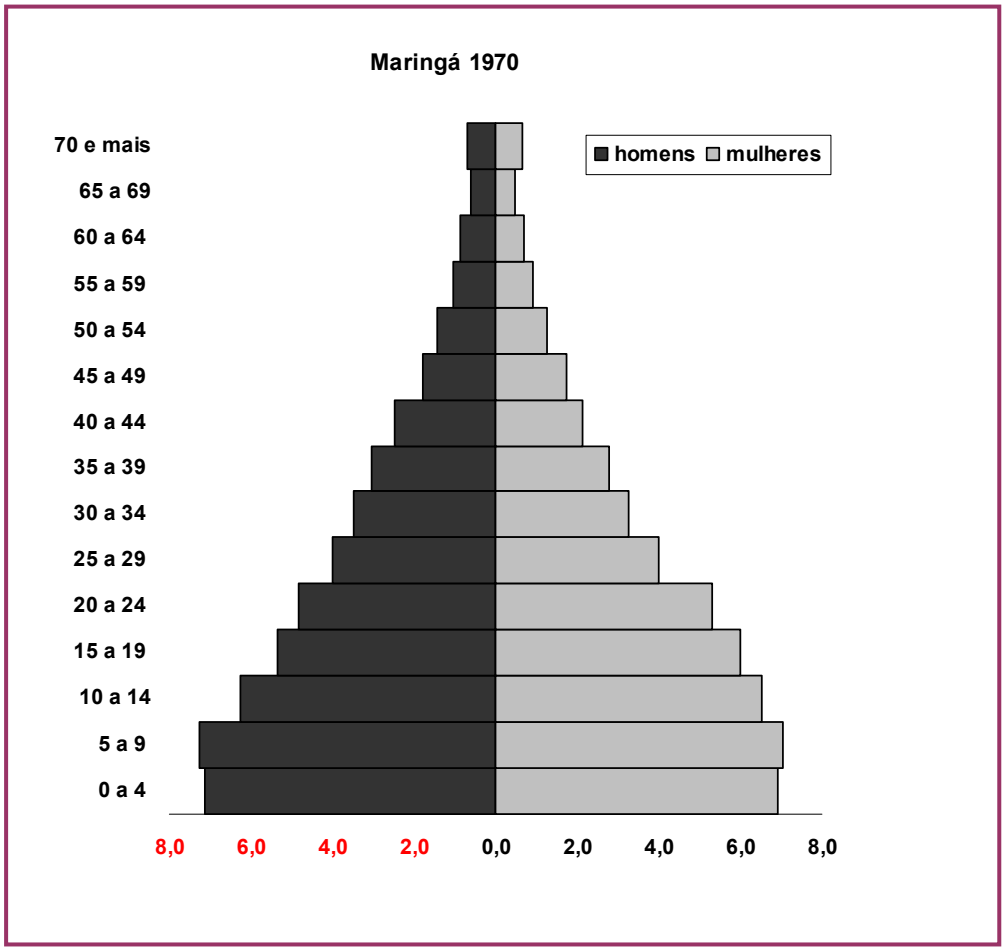
A outra mudança demográfica significativa foi a queda da fecundidade[14] a partir de 1980, fenômeno que afetou o volume e o ritmo do crescimento da população a médio e longo prazo. As taxas de fecundidade estimadas para o Paraná e para a média brasileira, decrescem de um número médio de 6 filhos na década de 30, para menos de 3 filhos por mulher na década de 80[15]. A queda da fecundidade paranaense a partir da década de 1960, somada aos fluxos emigratórios na década de 70, teve como efeito imediato a redução dos volumes de potenciais emigrantes nas áreas de origem. A inter-relação destes três fenômenos demográficos – queda da mortalidade e da fecundidade e migração – alteraram a estrutura populacional do país como um todo (MARTINE, 1984, p.103).

A população maringaense ao longo dos anos também se modificou em sua estrutura etária. Em 1970 o desenho da pirâmide etária apresentava uma base larga, indicando uma população bem jovem como demonstra o **Gráfico 3**.

14 Inúmeros condicionantes atuaram na deflagração desse processo: o processo de urbanização, o assalariamento da economia, uma maior participação da mulher no mercado de trabalho, a elevação dos custos de reprodução familiar e social, a difusão de novos valores e comportamentos, a rápida generalização do uso de meios anticoncepcionais modernos e eficazes.

15 Para maiores detalhes sobre a queda da fecundidade no Paraná nos anos 70 e 80, ver G uzmán e Magalhães (1986).

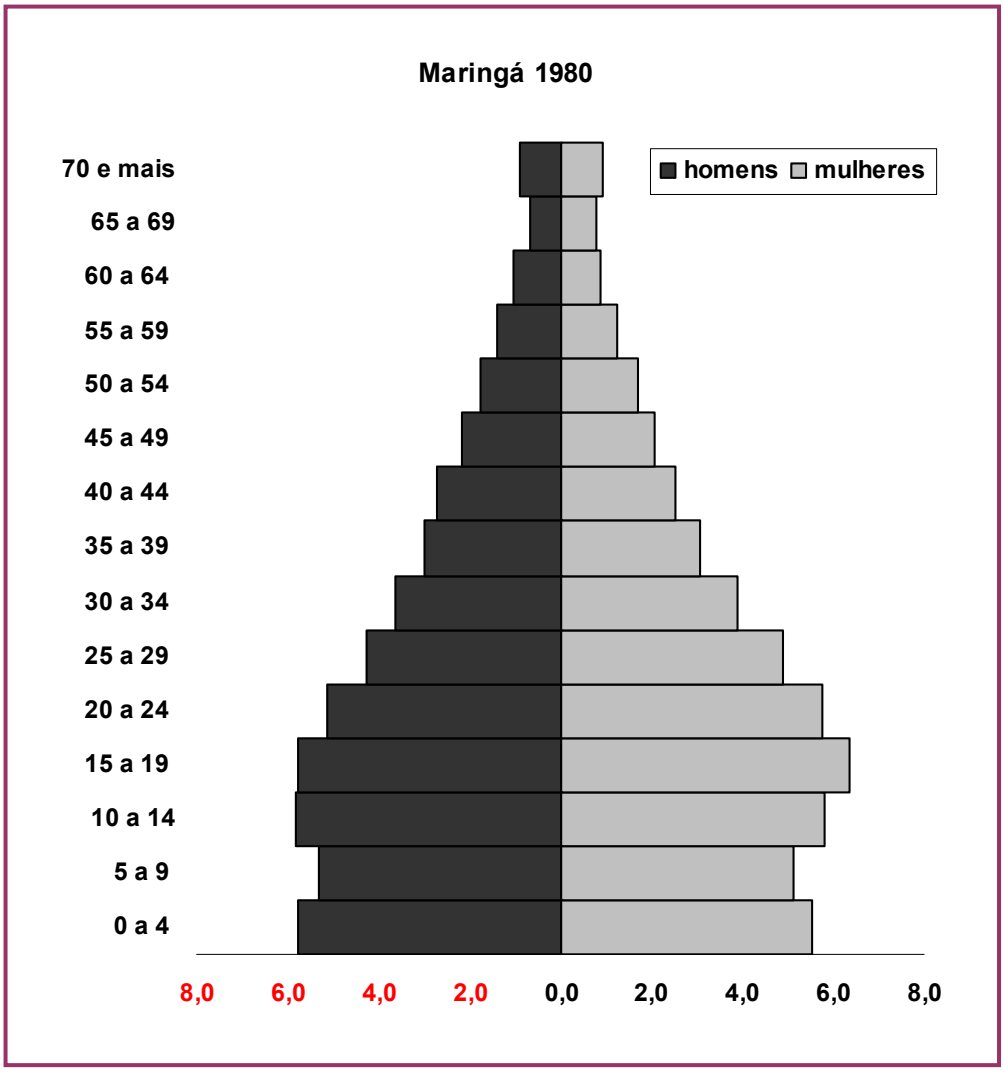
Gráfico 3
Estrutura da População por Idade e Sexo
Maringá – 1970



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1970

Na pirâmide etária para 1980 (**Gráfico 4**) já mostra que algumas transformações demográficas importantes estavam ocorrendo. Observa-se um ligeiro estreitamento da base da pirâmide etária e um pequeno incremento no grupo de 70 anos e mais, indicando uma redução da fecundidade de um lado e um aumento na expectativa de vida da população de outro.

Gráfico 4
Estrutura da População por Idade e Sexo - Maringá - 1980



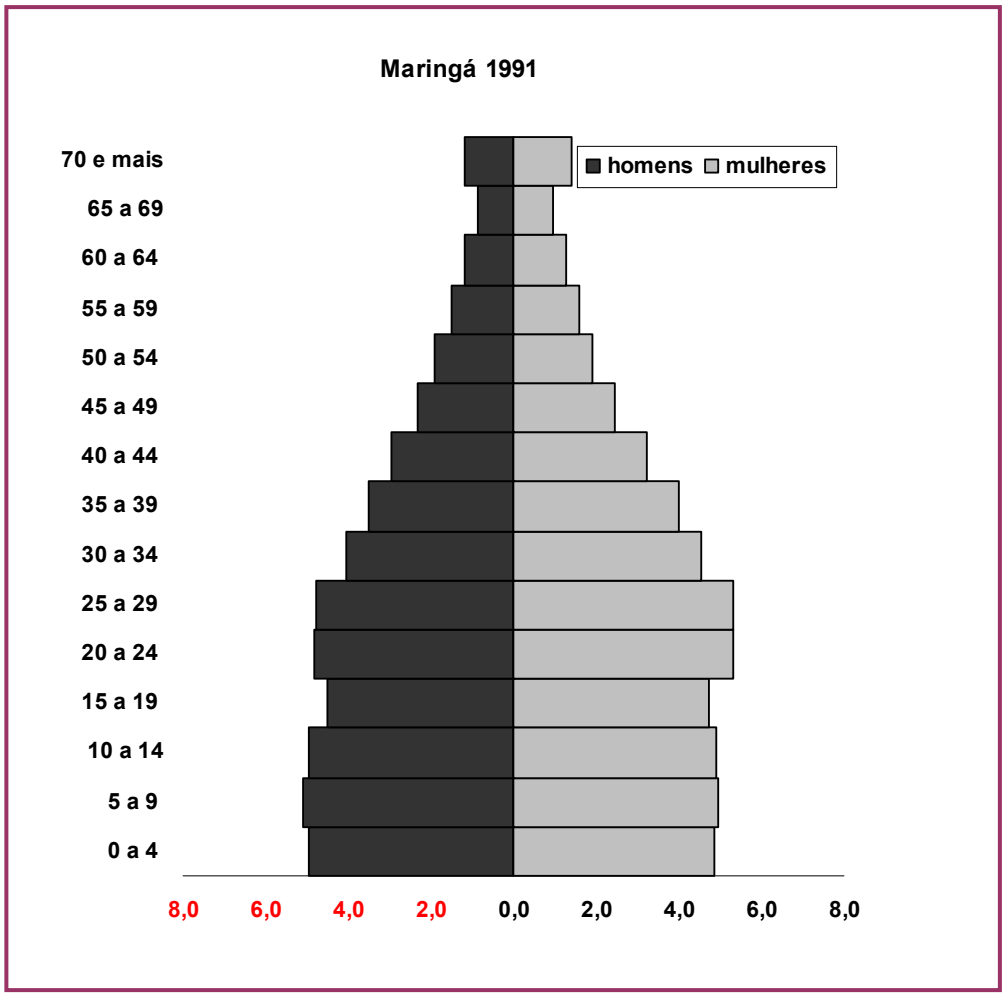
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1980

No **Gráfico 5** observa-se que perdura a queda da fecundidade em Maringá, bem como a continuidade de uma maior presença no grupo de idade de 70 anos e mais. No Censo Demográfico de 2000 **(Gráfico 6),** observa-se nitidamente as transformações na estrutura etária em Maringá, um envelhecimento da população da

cidade e a diminuição da base da pirâmide da estrutura etária. Segundo estimativas do IBGE, a população de Maringá em 2003 é de aproximadamente 303.551 habitantes.

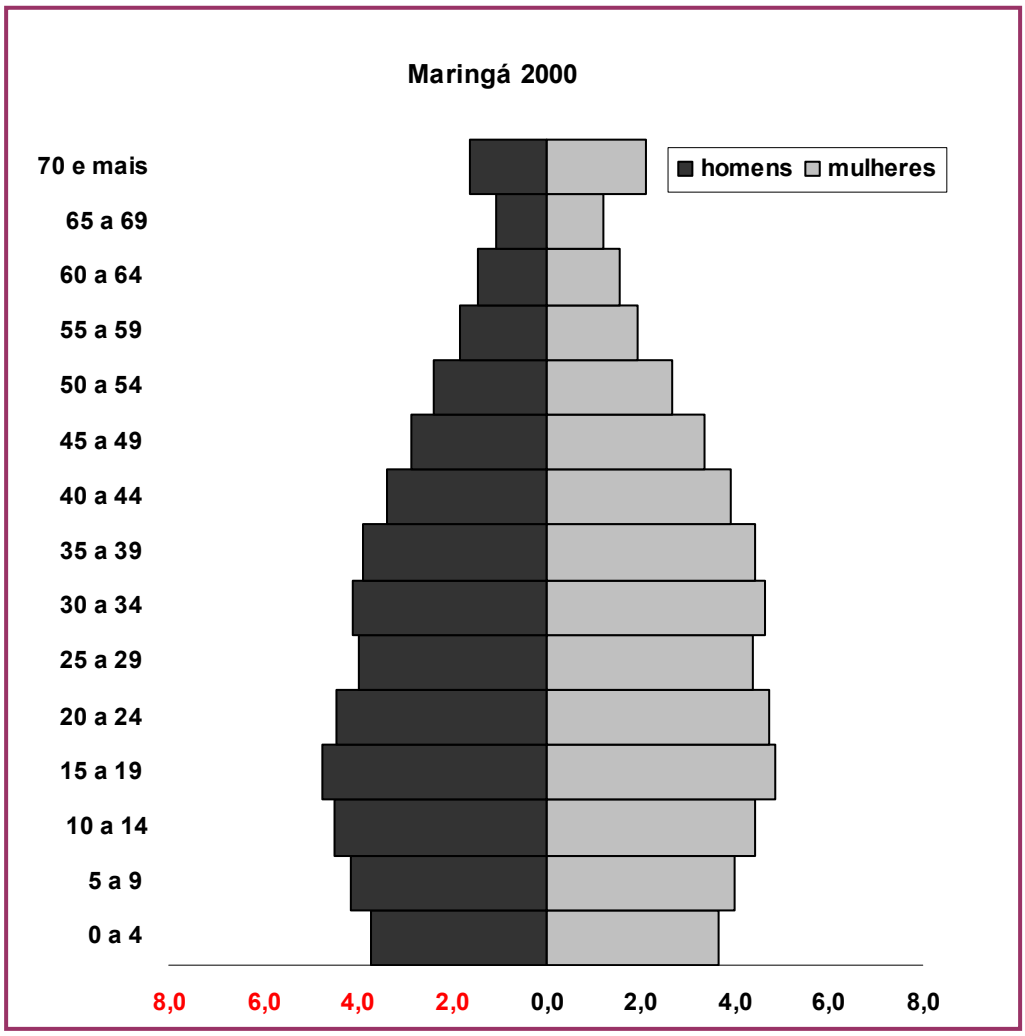
GRÁFICO 5
ESTRUTURA DA POPULAÇÃO POR IDADE E SEXO
MARINGÁ - 1991

-



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991.

Gráfico 6
Estrutura da População por Idade e Sexo
Maringá –2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Se por um lado a forma piramidal etária alterou-se significativamente, a proporção de homens e mulheres também sofreu modificações. A estrutura da população da cidade de Maringá em 2000, segundo sexo está representada da seguinte forma: 52,0% dos maringaenses são do sexo feminino e 48,0% masculino, sendo que esta mesma proporção foi verificada no censo de 1960, mas de maneira inversa como podemos observar na **Tabela 5**.

Tabela 5
População de Maringá Segundo Sexo

Ano	Homens	%	Mulheres	%	Total
1950	20.669	53,56	17.919	46,44	**38.588**
1960	53.691	51,85	49.855	48,15	**103.546**
1970	61.039	50,29	60.335	49,71	**121.374**
1980	82.783	49,21	85.449	50,79	**168.232**
1991	116.647	48,54	123.645	51,46	**240.292**
1996	129.394	48,29	138.548	51,71	**267.942**
2000	138.514	47,99	150.139	52,01	**288.653**

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000.
Contagem da População de 1996.

Podemos concluir que Maringá também acompanhou de certo modo as principais transformações demográficas ocorridas no Estado do Paraná, inicialmente pela migração e posteriormente pela queda da fecundidade e da mortalidade. A população hoje não é tão jovem como em 1970, o envelhecimento da população implica em transformações e demandas sociais, econômicas e políticas. Na composição da população de Maringá destacam-se os japoneses, o que será analisado a seguir.

1.5. A Presença Japonesa em Maringá[16]

Na formação do país, a presença japonesa e de outros estrangeiros foi fundamental na consolidação e constituição da sociedade brasileira, bem como no seu desenvolvimento socioeconômico e cultural. A entrada de cada grupo estrangeiro – japoneses, portugueses, espanhóis, italianos, alemães, entre outros - aconteceu em diferentes momentos, de acordo com a situação econômica e política que o país vivenciava. No caso da migração japonesa, esta ingressou com atraso em relação às correntes européias, além de ser de curta duração e de menor volume (BASSANEZI, 1995, p.26-30). No período de 1872 a 1972 entraram no Brasil 248.007

16 Baseia-se no relatório FAPESP (2001), elaborado no âmbito do Projeto "Redes Sociais nas Migrações Internacionais: os migrantes brasileiros para os EUA e o Japão", coordenado pela Profa. Teresa Sales, no Nepo/Unicamp e no estudos de Stadniky e Pinto (2001).

imigrantes encerrando oficialmente o fluxo migratório (LEVY,1974 *apud* BASSANEZI, 1995)[17].

Houve quatro momentos da imigração japonesa de acordo com os estudos de Stadniky e Pinto (2001). O relacionamento entre Brasil e Japão iniciou-se através do Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação Japão-Brasil, em 5 de novembro de 1895, em Paris. A primeira leva de imigrantes japoneses ocorreu somente a partir de 1908, para trabalhar nas lavouras cafeeiras do Estado de São Paulo.[18] A segunda fase corresponde ao período entre 1925 e 1934, momento em que o governo japonês passou a estimular oficialmente o envio de pessoas, em virtude da recessão mundial e do terremoto de Kanto.

Em 1936, promulgada a Lei de Cotas da Imigração pelo Governo Getúlio Vargas, que estabelecia a entrada de 2% do total de imigrantes segundo a nacionalidade, atingiu diretamente os japoneses, cuja entrada no país ocorreu tardiamente em relação aos demais grupos. Um terceiro momento inicia-se a partir dos anos 40, marcado por uma política de estreito controle[19] sobre os japoneses estabelecidos em território nacional, encerrando-se com a derrota do Japão na Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945)[20].

No período pós-guerra, entre 1952 e 1961, configurou-se uma nova conjuntura da imigração japonesa no país - com a entrada de cerca de 55 mil japoneses - e a retomada das relações diplomáticas e econômicas entre os dois países. Posteriormente, a vinda de japoneses ao Brasil diminuiu gradativamente à medida que a economia japonesa foi apresentando sinais de crescimento positivos, melhorando sensivelmente o padrão de vida de sua população[21].

Todavia, em fins da década de 1980 e princípios de 1990, pode-se falar sobre um "quinto momento" da migração japonesa, mas não no sentido Japão-Brasil, e sim na direção inversa. Agora filhos e netos de japoneses, emigram em direção à terra de

17 Para maiores detalhes sobre o período histórico de outros migrantes, ver Bassanezi (1995).

18 Em 28 de abril de 1908 o navio Kasato-Maru, partiu de Kobe levando 165 famílias num total de 781 pessoas, chegando ao porto de Santos em 18 de junho. Segundo Stadniky e Pinto (2001), estes imigrantes eram colonos que tinham de dois a três anos de contrato para trabalharem nas fazendas de café. Entretanto, muitos deles, desiludidos com as condições econômicas e de trabalho, dirigiram-se para a cidade de São Paulo e outras regiões como o Norte do Paraná.

19 Algumas medidas foram instauradas como: congelamento de bens, paralisação das aulas nas escolas da colônia e proibição de publicações em língua japonesa.

20 Durante o período de pré-guerra, mais de 90% dos japoneses viviam nas zonas rurais engajados em atividades agrícolas, nas fazendas de café, tanto como colonos, parceiros, arrendatários ou como pequenos proprietários de terras (sitiantes). Ao longo da década de 40, a maior parte deste povo subiu para as classes médias em virtude da prosperidade econômica ocorrida no Brasil, em especial no setor agrícola. No final dos anos 50, cerca de 45% do total de japoneses no Brasil já viviam em áreas urbanas. Em 1970, mais da metade dos 600.000 japoneses viviam nas cidades e deste total cerca de 150.000 estavam radicados em São Paulo. (SAITO; MAEYAMA, 1973 *apud* STADNIKY; PINTO, 2001).

21 No período de 1872 a 1972 entraram no País 248.007 imigrantes encerrando oficialmente o fluxo migratório. Levy (1974) *apud* Bassanezi (1996).

seus ancestrais e compõem o terceiro[22] maior fluxo da emigração brasileira em direção ao exterior, em busca de trabalho, de "melhores remunerações" e em busca de suas raízes culturais. O fluxo migratório ficou conhecido pelos meios de comunicação e na academia como "Dekassegui"[23], termo japonês que significa trabalhar fora de casa, e se tornou fato corriqueiro entre todas as colônias japonesas do país.

A presença japonesa no Norte do Paraná é registrada a partir de 1914, na região de Cambará no Norte Velho. Posteriormente, no final dos anos 20, foi verificado a presença de algumas famílias japonesas na região de Cornélio Procópio, Assai e Uraí (STADNIKY; PINTO 2001). A partir de 1925, principalmente após o início da ocupação do Norte Novo pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP/CMNP), ocorre a fase mais dinâmica da migração. De acordo com a Stadniky e Pinto (2001), o dinamismo da região, pautado na cafeicultura, na rápida ocupação, na perspectiva de acesso à propriedade da terra e na demanda por força de trabalho, atraiu milhares de trabalhadores paulistas e mineiros, e também estrangeiros, como japoneses e seus descendentes oriundos principalmente do Estado de São Paulo.

> Os imigrantes entraram no país para trabalhar, principalmente, nas lavouras de café do Estado de São Paulo e, mais tarde, algumas levas deslocaram-se para o Norte do Paraná. Entre os fatores que contribuíram para essa migração interna estão provavelmente, a proximidade com o Estado de São Paulo e a fertilidade das terras[24] norte-paranaenses (STADNIKY; PINTO, 2001, p.240).

O município de Maringá, juntamente com as cidades de Londrina, Assai, Uraí e Curitiba[25], agregam cerca de 140 mil japoneses e seus descendentes, constituindo a segunda maior colônia japonesa no país[26].

Em 1958, ano de comemoração do Qüinquagésimo aniversário da imigração, foi realizado um *Censo da Colônia Japonesa* no Brasil através da parceria IBGE e a Universidade de Tóquio, cujos resultados foram disponibilizados em texto bilíngüe em 1964.

22 Os dois outros maiores fluxos migratórios direcionam-se ao Estados Unidos e ao Paraguai (PATARRA; BAENINGER, 1996). Segundo dados do Departamento de Imigração do Ministério da Justiça 2003, existem atualmente cerca de 275.000 brasileiros residindo no Japão.

23 Kawamura (1999); Sasaki (2000); Rossini (1996).

24 Além destes fatores é importante salientar que o preço das terras no Norte do Paraná eram muito baratas (CMNP, 1975).

25 Rezende (1991).

26 O Estado de São Paulo concentra a maior colônia de japoneses e seus descendentes no país Stadniky e Pinto (2001). O número de japoneses e seus descendentes no Brasil são estimados em 1,3 milhão de pessoas, sendo considerado o maior contingente nikkei fora do Japão (JICA, 2003).

Neste censo, o Estado do Paraná[27] foi dividido em treze grandes regiões[28], cuja nomenclatura foi emprestada dos nomes das cidades consideradas pólos. A população total japonesa registrada no Estado foi de 23.421 imigrantes e seus descendentes totalizaram 54.676, o que significa uma população total de 78.097.

A região de Londrina registrou a maior presença japonesa e seus descendentes, cerca de 8.092 e 18.755 respectivamente, totalizando cerca de 26.847. Deste contingente, 10.921 residiam no meio urbano e 15.926 na zona rural. A região de Maringá ocupa o segundo lugar de maior presença, um total de 15.533, sendo que 4.533 eram imigrantes japoneses e 10.980 correspondiam a seus descendentes. Em relação à situação de domicílio, esta região apresentou uma proporção bem diferente à de Londrina; ou seja, naquela região cerca de 56% deste grupo residiu na zona urbana contra 40% na rural. Juntas estas duas regiões registraram mais da metade da população imigrante e seus descendentes.

Desagregando os dados da região de Maringá, segundo os municípios que a compunham verifica-se a seguinte configuração no **Quadro 1**.

27 O censo de 1940 registra 8.064 japoneses e brasileiros naturalizados naturais no Paraná. Para 1950 são computados 15.393 estrangeiros e brasileiros naturalizados naturais do Japão (STADNIKY; PINTO, 2001).

28 As trezes regiões são: Londrina, Maringá, Cornélio Procópio, Apucarana, Paranavaí, Jacarezinho, Tomazina, Curitiba, C. do Oeste, Litoral, C. Gerais e Sudoeste. Japão, Universidade de Tóquio, 1964. Andrade (1975) *apud* Stadniky e Pinto (2001).

Quadro 1
Paraná – Censo da Colônia Japonesa – 1958
6ª. Região – Maringá

		Geração		Residência		Sexo	
Região	**Total**	**Imigrantes**	**Descendentes**	**Urbano**	**Rural**	**Masculino**	**Feminino**
Alto Paraná	644	185	459	260	384	331	313
Araruna	32	10	22	13	19	13	19
C. Mourão	616	193	423	130	486	324	292
Cianorte	472	118	354	323	149	236	236
Cruzeiro do Sul	374	118	256	9	365	186	188
Eng. Beltrão	19	14	5	0	19	12	7
Floraí	836	243	593	40	796	440	396
Jussara	278	78	200	128	150	145	133
Mandaguaçu	200	58	142	96	104	101	99
Mandaguari	746	198	548	456	290	395	351
Marialva	1474	492	982	554	920	738	736
Maringá	5522	1575	3947	3318	2204	2833	2689
Nova Esperança	2742	749	1993	982	1760	1400	1342
Paranacity	247	77	170	1	246	132	115
Peabiru	168	58	110	60	108	88	80
S. Jorge do Caiuá	197	85	112	54	143	104	93
São Jorge	513	161	352	114	398	263	250
Terra Boa	453	141	312	173	280	236	217
Total	15533	4553	10980	6712	8821	7977	7556

Fonte: Censo da Colônia Japonesa, 1958 - Universidade de Tóquio.

O município de Maringá tinha a maior concentração de imigrantes japoneses e seus descendentes, isto é, cerca de 1/3 da população total da região encontrava-se nesta cidade. Ao analisarmos separadamente o contingente de imigrantes japoneses e seus descendentes, esta mesma proporção se mantém, cerca de 34% dos imigrantes e 35% dos descendentes pertenciam ao município. Analisando este grupo no interior da cidade, verifica-se que dos 5.522, aproximadamente 28% ou 1.575 eram imigrantes, e os demais eram constituídos de descendentes, cerca de 82%[29].

Os primeiros japoneses, em torno de 65 famílias, chegaram à Maringá à época da fundação da cidade em 1947 e fundaram no mesmo ano o *NIPPONJINKAI*[30], que mais tarde seria denominada de Associação Cultural e Esportiva de Maringá (ACEMA). De acordo com a ACEMA, a comunidade nipônica maringaense na década de 1990 ultrapassava três mil famílias[31].

29 Se tomarmos o censo de Maringá de 1960 com uma população total de 104.131 habitantes, a população japonesa corresponde a aproximadamente 5,3%.

30 A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CTNP/CMNP), doou o terreno para a edificação da sede, sendo inaugurada em 1949 (STADNIKY; PINTO, 2001).

31 É importante destacar que no trabalho de Tortato (1989) sobre 50 anos de presença japonesa em Maringá: de 1939 a 1989, o autor registra em 1989 uma população de aproximadamente 12.500 descendentes de japoneses e imigrantes Stadniky & Pinto (2001).

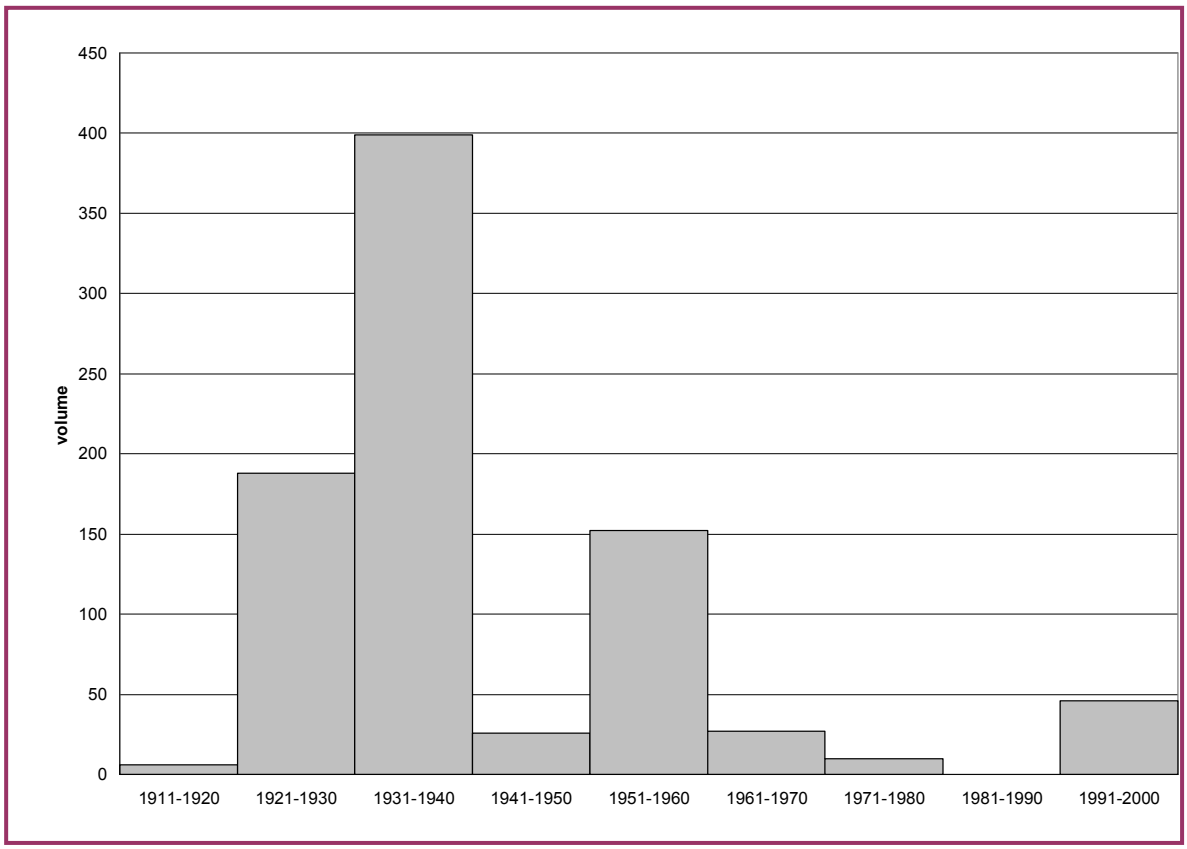
No Censo Demográfico de 2000, foram registrados 854[32] japoneses natos segundo ano que fixou residência no Brasil. Este volume é bem menor se comparado aos dados de 1958, que apresentava 1.575 imigrantes japoneses, ou seja, uma queda de 45,8%[33]. Os dados do **Gráfico 7** registram a presença japonesa na década de 1910, sendo que nas duas décadas seguintes há um aumento significativo de japoneses. Na década de 40, a presença japonesa se reduz drasticamente, para só então, elevar-se novamente a partir de 1950. Isto nos leva a pensar que a presença japonesa em Maringá reflita o comportamento migratório em 4 momentos distintos descritas acima por Stadniky e Pinto (2001)[34]. Este grupo segundo sexo está dividido da seguinte forma: 432 são do sexo masculino e 423 feminino.

32 Fonte: Censo Demográfico de 2000; Tabulações Especiais, Nepo/Unicamp, organizado pelo pesquisador.

33 Tomando como suposição que a imensa maioria dos japoneses emigrou na década de 20 e 30, em 2000 uma ampla parcela já estaria em idades bem avançadas e propensas ao falecimento, contribuindo para a diminuição deste grupo imigrante.

34 Ver Bassanezi (1995), onde há mais detalhes sobre o volume da migração no Brasil dos principais grupos de imigrantes.

Gráfico 7
Japoneses em Maringá Segundo Período em que fixaram Residência no Brasil - 1911-2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000, Tabulações Especiais, Nepo/Unicamp

Se por um lado os imigrantes japoneses estão se reduzindo ao longo das décadas, por outro lado, os seus descendentes apresentaram um comportamento inverso. A maneira de se poder estimar este grupo específico através dos dados do Censo Demográfico, foi recorrer à utilização da variável raça ou cor. A cor amarela é a que corresponde aos japoneses, embora ele esteja dentro do grupo definido como orientais, que está subdividido também entre, chineses, coreanos e taiwaneses.

No caso de Maringá, de acordo com os dados do Censo de 2000, os três últimos grupos não possuem um volume expressivo de imigração. Os imigrantes chineses fixaram residência no Brasil em dois momentos: em 1953 e em 1968, num total de 16 pessoas. Os imigrantes coreanos residem no país desde 1992 e compõem um grupo de 32 pessoas. Os imigrantes taiwaneses correspondem à imigração

amarela mais recente, entraram 54 pessoas em 1998. Como pode se constatar, o volume destes três grupos é pouco expressivo se comparado ao dos japoneses, cuja entrada no país se deu maciçamente na década de 20, 30 e 60 do século XX. Levando isto em conta, podemos supor e estimar que das 9.641 pessoas que declaram a sua cor como amarela no Censo Demográfico de 2000, uma imensa maioria deve pertencer à descendência japonesa, visto que, a sua imigração é a mais antiga de todas e a de maior volume. Os chineses, provavelmente, já convivam com gerações de descendente, mas devido ao seu pouco volume de imigrantes, é provável que este grupo não tenha crescido tanto e na mesma proporção que os japoneses.

Em 1991, segundo dados do Censo Demográfico, a cidade de Maringá tinha a sua população distribuída segundo cor ou raça da seguinte maneira: 73,8% eram brancos, 2,2% pretos, 4,0% de origem amarela, 19,7% pardos, 0,05% indígenas e 0,02% sem declaração. De acordo com estes dados e contrastando com os dados do Censo de 2000, podemos estimar que quase a totalidade das pessoas que disseram que a sua cor era amarela, é de origem japonesa, levando como pressuposto que a imigração coreana e taiwanesa só ocorreu depois de 1992 e 1998 respectivamente, e que os chineses correspondem a um pequeno grupo. No Censo Demográfico de 2000, a população maringaense estava distribuída segundo raça ou cor da seguinte maneira: 76,5% eram brancos, 2,7% pretos, 3,3% de origem amarela, 16,9% pardos, 0,2% indígenas e 0,4% sem declaração.

A presença japonesa e a sua integração à sociedade brasileira, bem como o desenvolvimento e a evolução da sua comunidade dentro do município, podem ser vistas através de suas associações culturais e esportivas[35], de suas escolas de língua japonesa[36], de seus templos e igrejas[37], de suas festas, o que, de certo modo, resgata e mantém vivo as tradições culturais e valores de seus ancestrais.

Desde o primórdio da fundação da cidade de Maringá até os dias atuais, a história da comunidade nipo-brasileira maringaense confunde-se com a história da evolução da própria cidade, isto é, eles estão presentes em todos os setores e atividades da agricultura, indústria e comércio, além de exercer diversas ocupações38 e cargos, contribuindo deste modo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural

35 Em 1954 foi criada a Associação das Senhoras Nipo-Brasileiras de Maringá (Funjikai), com o objetivo de orientar as associadas nas artes da culinária, arranjos florais e danças orientais. Várias outras associações foram criadas como: Associação Jitsuguyo club de Maringá (1960), Associação às Pessoas Idosas "Wajun-kai" (1975), Loosoo-Kai (1967), Min-yo-kai (1969), Associação do Cerimonial do Chá (1975), Associação de Artes Florais de Maringá (1963), Movimento Seicho-no-Iê (1952), Soonen-Kai (1953), Associação Shirohato- Kai (1955), Associação Wakahato-kai (1956), Associação Seinen-kai (1955) e em 1977 foi fundada a Associação de Divulgação em Português Stadniky e Pinto (2001).

36 Em 1963, foram inauguradas na sede da ACEMA a Escola de Ensino Primário e a primeira Escola de Língua Japonesa. Em 1965 foi fundada a Escola Profissionalizante de Segundo Grau – Colégio São José e em 1982, em parceria com a UEM, foi criada o Instituto de Estudos Japoneses (STADINIKY; PINTO, 2001).

37 Existem dois templos na cidade, um deles é o Nippakuji da seita Jodoshu criado em 1983 e o templo Higashi-honganji ligado ao budismo.

38 No anexo 1, esta a relação das ocupações exercidas pelos dekasseguis maringaenses segundo a sua condição no domicílio antes da migração, demonstrando a diversidade de atividades que exerciam em Maringá.

do município e de sua região. De acordo com Omero Oguido da Associação Cultural e Esportiva de Maringá:

> Nessas quatro décadas, a comunidade nipo-brasileira, através da ACEMA, vem promovendo a preservação e o desenvolvimento dos valores permanentes, tais como: culturais, sociais e esportivos (...) Não há dúvida nenhuma que a comemoração dos 40 anos de fundação constitui um marco importante na colonização japonesa no Norte do Paraná (STADNIKY & PINTO, 2001, p.253).

Esta comunidade, contudo, vivencia desde a metade da década de 1980, o fenômeno Dekassegui, problemática que será apresentada no capítulo a seguir.

O FENÔMENO DEKASSEGUI

2.1. A comunidade Nikkey[1] brasileira no contexto das migrações internacionais

A década de 80 do século XX constitui-se num marco na maior colônia de descendentes de japoneses no mundo. Milhares de descendentes de segunda e terceira geração deixaram o Brasil e emigraram em direção ao Japão constituindo-se no terceiro maior grupo de estrangeiros neste país, atrás de coreanos (625.422) e chineses (424.282). Segundo dados do Departamento da Imigração do Ministério da Justiça do Japão existem aproximadamente 275.000 imigrantes brasileiros registrados até dezembro de 2003 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO JAPÃO, 2005).

Este movimento migratório, ao lado de tantos outros em direção ao exterior, como o caso dos mineiros de Governador Valadares para os EUA (SALES, 1999; FUSCO, 2002; ASSIS, 1995; 2002), estão inseridos num contexto social, econômico, cultural e político em que ambos os países envolvidos no processo migratório estão vivenciando naquele exato momento. Há ainda outros dois tipos de migração no Brasil, a fronteiriça, que diz respeito aos brasiguaios, e o fluxo de coreanos e de mão-de-obra semi-clandestina de determinados grupo étnicos para a Região Metropolitana de São Paulo (PATARRA; BAENINGER, 1996).

Pensar em migrações internacionais implica em refletir sobre as mudanças ocorridas a partir da década de 80 do século XX, que reconfigurou o mundo numa nova ordem econômica, política, social e cultural. A nova divisão internacional do trabalho; as novas formas de produção e organização do sistema capitalista (novos espaços, novos mercados, capitais e investimentos apátridas); o fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim; a desintegração do Bloco Soviético; a unificação da Alemanha; as crises econômicas na Rússia e na Ásia; as desigualdades regionais acentuadas e crescentes (IANNI, 1996), entre outros, foram acontecimentos que influenciaram e que continuam influenciando na construção deste novo quadro e cenário do mundo moderno, tecendo deste modo "o pano de fundo desses enormes deslocamentos populacionais" (PATARRA; BAENINGER, 1996).

O movimento migratório dos descendentes de japoneses no Brasil ficou conhecido como ***Dekassegui,*** termo japonês que significa trabalhar fora de casa. Este conceito era utilizado no Japão às pessoas que migravam temporariamente no período de entressafras deslocando-se da zona rural para a zona urbana em busca de trabalho e retornando em seguida para seu local de origem (KAWAMURA, 1994; 1999;

[1] Segundo Kawamura (1995), a palavra nikkey refere-se aos descendentes de japoneses nascidos fora do Japão e compreende os nissêis (segunda geração), sansêis (terceira geração), yonsêis (quarta geração) e os mestiços.

OLIVEIRA, 1997; SASAKI, 1995; 2000). Em virtude deste fato corrente naquele país, o termo passa ser utilizado também aos descendentes de japoneses (nikkeis) que migram ao Japão para trabalhar temporariamente, exercendo trabalhos desqualificados, nomeados e descritos pelos trabalhadores imigrantes como os 5Ks: pesado (kitsui), perigoso (kiken), sujo (kitanai), exigente (kibishii) e indesejável (kirai). (KAWAMURA, 1999).

Este movimento tem início num momento em que ambos os países estão passando por profundas transformações, na área política, econômica e social. No Brasil a década de 80 ficou conhecida como a "década perdida" marcada pela "instabilidade política, pela queda no desempenho econômico, elevação do custo de vida, a crescente queda do poder aquisitivo, alta taxa inflacionária, aumento do desemprego, concentração de renda e, em conseqüência a deterioração das condições de vida de grande parte da população, em particular o estratos médios" (OLIVEIRA, 1997; KAWAMURA, 1999) do qual fazem parte a maioria dos imigrantes japoneses. Segundo Oliveira (1997, p.56).

> Esta crise, que, sem duvida, já se originara nos governos anteriores, toma proporções insustentáveis nos governos Sarney e Collor. O descontrole da inflação chega a níveis insuportáveis em alguns períodos, fazendo com que a população perca gradativamente o seu padrão de vida. Esta crise atinge, sobretudo, a classe média – amplo setor de boa parte do contingente emigratório brasileiro – que foi uma das mais prejudicadas pela crise.

Do outro lado do mundo, o Japão estava passando por um desenvolvimento econômico acelerado, que implicava numa rápida demanda de mão-de-obra para manter e atingir a produtividade desejada naquele exato momento de expansão. Segundo Kawamura (1999), esta escassez de mão-de-obra está relacionada a alguns fatores sociais e culturais daquele país. Há um certo preconceito dos jovens em relação a trabalhos desqualificados; uma pequena participação de mulheres em idade produtiva no mercado de trabalho; ao envelhecimento da população; à baixa taxa de natalidade e casamento tardios.

A escassez de mão-de-obra nas pequenas e médias empresas confrontou o governo japonês com um dilema: como manter a homogeneidade étnica e cultural do país em meio à demanda crescente de mão-de-obra nos postos de trabalho desqualificados? Segundo Yamanaka (1996, p.68).

> The solution attempted was cleverly simple (as it turned out, too clever by half) namely: to Grant privileged Access to employment and residence in Japan to descendants abroad of earlier Japanese emigrants – in short, to tap the Japanese diaspora for labor in order to maintain the zealously guarded ethnic and racial homogeneity of the nation. To this end new ethnic category of "Nikkeijin" was constructed and employment in framing the 1990 revised immigration policy.

Diante deste cenário os nikkeis emigraram para preencher os postos de trabalhos desqualificados implicando no país de destino uma nova forma de vida e experiência. Os primeiros a fazerem esta jornada foram os próprios Isseis (japoneses natos) que emigraram daquele país para o Brasil, mas apenas uma pequena parcela deles retornou, já que uma outra parcela já se encontrava em idade bem avançada e conseqüentemente no final de sua idade produtiva. A imensa maioria dos Isseis que emigraram primeiramente tinha domínio da língua japonesa, possuía a cidadania japonesa, o que aos olhos do governo e empresários japoneses facilitaria o retorno sem maiores problemas (YAMANAKA, 1996).

Entretanto aqui no Brasil a idéia de "retornar" ao Japão como dekasseguis era malvisto pela colônia, como descreve Sasaki (2000, p.8):

> "Muitas vezes, no início do movimento, os indivíduos iam escondidos dos amigos e familiares, pois isto era motivo de vergonha e tal iniciativa era considerada reprovável".

Mas tal visão aos poucos foi se dissipando, dando lugar a uma boa oportunidade de conhecer a cultura e a terra dos seus ancestrais, à busca das raízes, além de poder realizar uma poupança durante a estadia (KAWAMURA,1999).

Um fator decisivo e de extrema importância que dinamizou o processo migratório foi a **Reforma da Lei de Imigração Japonesa** promulgada em junho de 1990 que passou a conceder um status de permanência levando em consideração o relacionamento sangüíneo com pessoas de nacionalidade japonesa (SASAKI, 1999; OLIVEIRA, 1997; KAWAMURA, 1999, YAMANAKA, 1996; 2001). Então, em fins da década de 1980, o fluxo ganha notoriedade na comunidade japonesa e nos diversos jornais do país através de informações sobre emprego e "altos salários" divulgados pelas agências de recrutamento[2] e redes pessoais como descreve Yamanaka (1996, p.73):

[2] Para maiores detalhes sobre o desenvolvimento e o surgimento das agências de recrutamento ver Higuchi (2001). O tema será retomado no terceiro capítulo no âmbito da questão do processo migratório.

> By the late 1980s, extensive social networks built in Japan by returnees and recruiters had become vehicles for bringing the latest information to Brazil regarding jobs, wages and housing in Japan. Japanese recruiters were already active in Brazil, promising many applicants profitable jobs. This meant that even those not fluent in Japanese could expect little difficulty in securing a job.

Esta política migratória adotada possui uma natureza seletiva, "pois parte do pressuposto de adotar o critério da ascendência japonesa para a entrada de trabalhadores no país, além, da valorização da consangüinidade como critério seletivo de parentesco" (KAWAMURA, 1999, p.65), ou seja, a política de imigração adota a natureza étnica do imigrante como requisito imprescindível para a migração seletiva. Deve ficar claro entretanto que tal reforma em momento algum privilegia a entrada de descendentes de japoneses, pois na ótica do governo ainda são considerados estrangeiros e devem receber o mesmo tratamento que qualquer outra pessoa de outra nacionalidade (MISYOHI, 1993; SASAKI, 2000).

Os primeiros grupos de imigrantes, segundo Kawamura (1999, p.74) são compostos principalmente por homens na condição individual, masculina, de chefe de família, que emigram com a idéia de retorno, como sendo uma estadia de pequena e à vezes de média duração, isto é, não viam esta migração com características de longa e definitiva permanência. O próprio contrato de trabalho deste tipo de mão-de-obra tinha uma natureza de curta duração, pois atendia aos modelos de gestão em que a produção e a utilização dos recursos materiais e humanos devem acompanhar as mudanças no processo produtivo e no mercado consumidor.

Com o passar dos anos, a natureza do movimento passa por transformações significativas, principalmente após a reformulação da Lei de Controle de Imigração do Japão que passou a permitir aos descendentes de segunda e terceira geração e seus respectivos conjugues de entrarem no país com visto de duração de **3 a 1 anos** respectivamente. Devido a este fato, de individual o movimento passou a ter um **caráter de média e longa duração e coletivo,** onde famílias inteiras emigravam levando consigo seus filhos (SASAKI, 2000).

Segundo Yamanaka (1996, p.65):

> "The new policy ...grants to second generation (Nisei) and third generation (Sansei) people of Japanese ancestry (Nikkeijin) a stay of up to three years and unlimited Access to the labor market".

Tal realidade coincidirá com os interesses empresariais em busca de uma mão-de-obra jovem, forte, saudável, no auge de sua idade produtiva e etnicamente semelhante aos nativos (RIBAS, 1998; KAWAMURA, 1999; SASAKI, 2000). Esta última característica é de extrema importância para manter a homogeneidade étnica e cultural na sociedade e deste modo manter a harmonia que é altamente valorizada

neste país. “Os nikkeis...quebram menos a harmonia do ambiente de trabalho se comparados aos paquistaneses ou iranianos” (ISHI, 1994, p.37). Estes dois grupos de imigrante foram recrutados ilegalmente como uma alternativa antes dos nikkeis para os postos de trabalhos desqualificados. Entretanto, significou posteriormente num problema para sociedade japonesa, devido aos atritos e conflitos que foram surgindo em virtude das diferenças culturais.

Estudos recentes[3] sobre migração brasileira em direção ao exterior têm enfatizado que nem sempre as razões de partida são econômicas, ao contrário, muitas vezes são conduzidas também por razões demográficas, sociais, políticas e culturais. No caso da migração para o Japão, o elemento cultural merece uma atenção à parte. Isto deve-se principalmente aos discursos correntes dos migrantes nikkeis de que além dos motivos econômicos, eles emigraram para conhecer a terra que seus pais e avós tanto relatavam em suas conversas, no dia-a-dia, nas escolas japonesas e dentro da comunidade (OLIVEIRA, 1997, p.39 e p.74).

Segundo Oliveira (1997) e Sasaki (2000), a conseqüência destas narrativas foi a criação de um Japão imaginário, uma realidade congelada no tempo, um país permeado com características culturais da Era Meiji. Mas tal visão de um país de primeiro mundo, desenvolvido economicamente e culturalmente, foi posto à prova com a emigração de milhares e milhares de descendentes japoneses na década de 90, que culminou em contrapartida, num momento de reflexão da identidade destes migrantes considerados “japoneses” no Brasil.

A experiência migratória, como um todo, trouxe uma reavaliação da identidade desde descendentes ao chegar na terra de seus pais e avós. Primeiramente, devido às circunstâncias culturais, pois não achavam que os japoneses eram tão diferentes no seu modo de viver, de falar, de se comunicar, de se expressar etc. Descobriu-se então, que realmente não poderiam ser identificados como sendo um japonês. De certo modo, foi a primeira desilusão de muitos nipo-brasileiros, principalmente daqueles que mantinham uma convivência próxima com as associações culturais e esportivas japonesas (OLIVEIRA, 1997; KAWAMURA, 1999; SASAKI, 2000).

Certos elementos como a rigidez, a discrição, a pontualidade e a hierarquia social são valores compartilhados na sociedade japonesa. No primeiro contato entre brasileiros nikkeis e japoneses, seja no trabalho, na vizinhança e nas horas de lazer, culminou em vários mal entendidos, conflitos e decepções de ambas as partes. Do lado dos japoneses, a falta de noção sobre a existência de pessoas fenotipicamente japonesa em outros países, mas que no fundo não são de forma alguma um japonês (KAWAMURA, 1999, p.151). Do lado brasileiro, a constatação de que a denominação “japonês” habitualmente ouvida no seu país tornou-se inadequada a partir deste

[3] Para maiores detalhes sobre a migração brasileira em direção exterior ver trabalhos de Kawamura (1995; 1999); Oliveira (1997); Sasaki (2000); Rossini (1996); Sales (1999), Assis (2002); Fusco (2002); Margolis (1994); Nimomiya (1992); Ocada (2003); Ferreira (2002).

momento, resultando num conflito e reavaliação de identidade deste grupo (ISHI, 1994).

Se pelo lado econômico e laboral este grupo correspondeu às expectativas das pequenas e médias empresas, por outro lado, quanto ao aspecto cultural, a aproximação entre os nativos e os nikkeis não se deu de forma pacífica e simples como supunham que aconteceria (OLIVEIRA, 1997; KAWAMURA, 1999; SASAKI, 2000).

A formação cultural e etária dos nikkeys é bem heterogênea entre os imigrantes, "a miscigenação ocorreu de forma diferenciada, conforme o grau de influência da cultura japonesa, que variou segundo o grau de descendência, a maior ou menor inserção no processo urbano-industrial e a região vivenciada pelo segmento nikkey" (KAWAMURA, 1999, p.74-75).

Oliveira (1997, p.74) resgata a questão da identidade deste grupo heterogêneo:

> Obviamente, este aspecto também traz implicações no contexto abordado, pois é fato que, de acordo com as diferentes gerações, dá-se uma maior proximidade ou maior distanciamento da cultura e do modo de ser japonês. Em outras palavras, aponta-se para o fato de que, dependendo da geração a que pertencem os indivíduos descendentes de japoneses – 2ª geração, 3ª geração ou 4ª geração – dá se uma maior adaptação aos modos de vida e padrões culturais brasileiros e um maior afastamento da aquisição cultural de seus antepassados.

Ainda observando estas singularidades entre as gerações Kawamura (1994, p.400-401) diz:

> A formação cultural da primeira geração de descendentes de japoneses no Brasil (nisseys) apresenta-se bastante diferenciada das demais gerações posteriores. A maioria teve contato com os costumes do Japão tradicional (era Meiji) levado pelos imigrantes, principalmente na família que se constituía no principal núcleo de vivência, apesar da significativa influência das associações comunitárias criadas pelos japoneses e descendentes (...) os de terceira (sanseys) e quarta (yohseys) gerações, salvo os que permaneceram nas 'comunidades nipo-brasileiras' das cidades interioranas, têm reduzida influência dos costumes e da língua japonesa.

Deste modo, a sua inserção na sociedade japonesa constitui-se numa experiência às vezes triste, às vezes alegre. "*Esta mudança constitui-se num longo, árduo aprendizado para o nikkey por se constituir numa mudança brusca, pois muitos dos costumes, regras e valores não condizem com sua vivência anterior, ele perpassa por um processo de mutilação, de reconstrução de aspectos positivos do background cultural, da aquisição de novos costumes e da visão da vida cotidiana*" (KAWAMURA, 1999, p.151).

Inicia-se a partir do contato uma reavaliação da identidade, um processo de negociação por parte do nikkey que se descobre estrangeiro na terra de seus avós e que, como meio de sobrevivência, utiliza-se de aspectos da cultura brasileira somada à influência da cultura local para viver o dia-a-dia no trabalho e na sociedade. Uma coisa é fato, o movimento migratório de dekasseguis é um marco na questão da identidade destas pessoas (OLIVEIRA, 1997; SASAKI, 1999), sejam elas japonesas ou nikkeis. É sem dúvida um período de transição, pois viver num mundo globalizado, internacionalizado, implica estar em contato com o outro, com o estranho, com culturas totalmente distintas e principalmente estar flexível com a sua visão de mundo. Para aqueles que chegam a algum país em busca de trabalho, moradia e melhor qualidade de vida, são "obrigados" e "forçados" a negociar com as novas culturas, novos comportamentos, novas regras, sem simplesmente serem assimilados por elas e sem perder completamente suas identidades. "Estas pessoas sempre carregarão consigo os traços das suas culturas, das suas tradições, das suas linguagens e de seus modos de viver, ...eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades[*], a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas" (HALL, 2001), a viverem então em dois mundos ao mesmo tempo.

O fenômeno Dekassegui apresenta uma duração de quase duas décadas, possibilitado pela relação entre os países que se estreitaram através das **redes sociais** (KAWAMURA, 1999; SASAKI, 2000; FUSCO, 2002; ASSIS, 2002; SALES, 1999) que foram se constituindo e se consolidando com o aumento e a continuidade do fluxo migratório, e pela **mudança de temporalidade** (KAWAMURA, 1999; SASAKI, 2000; FUSCO, 2002; ASSIS, 2002; SALES, 1999; OLIVEIRA, 1997; CONSTANT; MASSEY, 2002) de natureza de curto prazo para médio e longo prazo. Isto não quer dizer que migração temporária deixou de existir, ela ainda permeia o ideário de vários imigrantes.

Apesar destas novas especificidades da emigração de brasileiros para o Japão que foram se constituindo ao longo do movimento migratório, a questão que se propõe a analisar é a outra face do fenômeno: **o Retorno**. A bibliografia recente (SALES, 1999; KAWAMURA, 1999; ROBERTS, 1995; PATARRA; BAENINGER, 1996) tem enfatizado a importância das redes sociais na continuidade bem como na

[*] No survey aplicado em Maringá (jul./2001), o número de migrantes retornados corresponde a 463 casos ou 30% do total de casos válidos (1527 casos). Ao decompor os imigrantes entre ausentes no exterior e presentes retornados, este último grupo corresponde a 60% dos migrantes com experiência migratória internacional.

permanência dos imigrantes internacionais em seu país de destino. "...as migrações não se dão de forma aleatória, mas se dirigem para aquelas poucas localidades com as quais seu lugar de origem tem fortes laços que constituem as tais redes sociais" (SALES, 1999)... "Indivíduos não migram, redes sim. Pessoas migram juntas de lugares específicos e povoam juntas locais específicos[4]" (ROBERTS, 1995, p.46).

As questões que se colocam são: No caso do Brasil-Japão a presença das redes sociais contribui para a permanência dos dekasseguis? As comunidades que se formam através das redes podem ser consideradas transitórias ou não, neste momento da migração Brasil-Japão? Existe uma nova identidade em formação, ou apenas um "jogo de identidades" (OLIVEIRA, 1997; SASAKI, 2000) que exerce a funcionalidade de sobrevivência? As diferenças culturais são elementos que impulsionam o retorno deste imigrante?

No caso da ida de brasileiros para o primeiro mundo, Brito (1995) aponta que a "mobilidade social truncada" no Brasil responde a esta emigração. Assim, até que ponto a impossibilidade de mobilidade social no Japão é um elemento que também impulsiona o retorno dos dekasseguis para o Brasil? Para Roberts (1995, p.78) "(...) *a mobilidade social depende do reforço das expectativas temporais entre as famílias imigrantes e sua comunidade (...) o isolamento deles dificilmente os livrará da pobreza e do trabalho não especializado*" (ROBERTS, 1995, p.78). No caso Brasil-Japão as mudanças de expectativas temporais, a presença da comunidade e das redes sociais estão sendo fortemente compartilhadas pela imensa maioria dos dekasseguis? Se isto está ocorrendo, estão contribuindo para que haja alguma mobilidade social? Na ausência destes elementos, o retorno é o projeto que permeia o imaginário de todo imigrante?

No cerne de todas estas questões, emerge a hipótese de que o retorno desses dekasseguis maringaenses[5] constitui e representa um processo social e econômico para o migrante em sua reintegração social e econômica em seu país de origem. Mas quem são estes Dekasseguis retornados de Maringá? quais são as características sócio-demográficas, as especificidades deste fluxo migratório? Trata-se de uma migração de Retorno de qual natureza: Definitiva, Temporária ou Circular?

Dentre as reações comuns no ato de migrar do emigrante e do imigrante surge a noção de **retorno,** concebido por Sayad (2000) como elemento constitutivo da condição de quem emigra a um outro lugar. Isto acontece devido a sua condição no país de destino, pois ele sabe que ele não é dali, que seu lugar não é ali e que a sua terra está em outro lugar.

[4] Tradução livre do autor.
[5] Os migrantes retornados neste caso, são aqueles nikkeys que emigraram ao Japão para trabalhar e retornaram ao seu país de origem após um período de permanência no Japão.

> O imigrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado e, conseqüentemente, quando ele próprio assim não mais se denomina, não mais se percebe como tal. E a extinção desta denominação apaga, a um só tempo, a questão do retorno inscrito na condição do imigrante (SAYAD, 2000, p.11).

O emigrante desloca-se no tempo, no espaço e do grupo social a qual pertence, o que implica que a sua existência como ser social modificou no ato de emigrar. "*A mudança resultante da ruptura constitutiva da emigração, bem como da ausência subsequente, não consiste somente no envelhecimento físico, que atinge todos e que seria como uma marca do tempo que passa; mas, ela é também, e principalmente, de ordem social, de natureza social, em consequência da defecção que a provocou e da qual carrega sempre a marca*" (SAYAD, 2000, p.14), ou seja, o imigrante não percorre o caminho sem que as marcas da experiência migratória o atinjam.

Se a noção de retorno está implícita ao próprio ato de emigrar, isto se deve a que os indivíduos partem (do seu lugar, do seu tempo e de seu grupo) para apenas voltar, isto se, se eles partiram conscientes do que queriam e trabalharam para realizar o que desejaram.

Quando retornam, a volta foi marcada por um processo cultural. Segundo Sayad (2000, p.19), o fenômeno migratório traz em seu bojo objetivamente a ameaça de atentado à integridade cultural, por, de um lado, constituir a dessemelhança entre os emigrantes e, por outro lado, por fabricar ou tender a fabricar a semelhança entre os imigrantes, contribuindo assim para reduzir a alteridade que eles constituem e introduzem na sociedade de imigração.

> O retorno (...) ilustra simultaneamente a relação que o emigrante estabelece com tudo aquilo de que se separou graças à sua emigração (a relação com o grupo e relação com o espaço e o tempo próprios ao grupo etc), como também a relação que o imigrante mantém simultânea e correlatamente com a sociedade de imigração e com sua condição de imigrante (SAYAD, 2000, p.19).

Trata-se neste sentido de que o "emigrante-imigrante-emigrante" será inserido num processo de construção de um "novo indivíduo", no sentido de que necessitará construir novamente as suas redes sociais familiares, de parentes e de amigos, que ficaram por um período curto ou longo sem contato físico e afetivo. Se no primeiro momento da emigração, este indivíduo teve um choque cultural e confronto de valores e de comportamentos no país de destino, em seu retorno, algo que poderia lhe parecer familiar, como a vizinhança, o centro da cidade e as pessoas, salta aos seus olhos como algo estranho e diferente do que imaginara, ocorre um sentimento de estranhamento. Não existe um retorno ao ponto inicial, isto é, não existe verdadeiramente retorno ao idêntico como afirma Sayad.

Segundo Arowolo (2000, p.63), as razões do retorno são muitas, mas estão intimamente relacionados ao conjunto de objetivos presentes no primeiro momento da migração, que pode variar desde a concretização dos objetivos iniciais, ou frustração, fracasso, idade próxima a se aposentar, não conciliação com o meio social e o modo de vida da sociedade de destino.

Arowolo (2000), ao analisar a migração de retorno e o problema de reintegração social e econômica de migrantes retornados no Sub- Sahara Africano (SSA), argumenta a necessidade de uma cuidadosa análise das características do *background* do migrante (a idade, sexo, educação, habilidades adquiridas, razões para partir, país de destino, tipo de trabalho realizado, características da família, montante de dinheiro, acesso à propriedade etc), pois estas determinam a necessidade individual e ou particular para a reinserção à sociedade de origem.

Na volta ao seu país de origem o processo de reintegração do migrante internacional pode-se dar de maneira diversa, isto é:

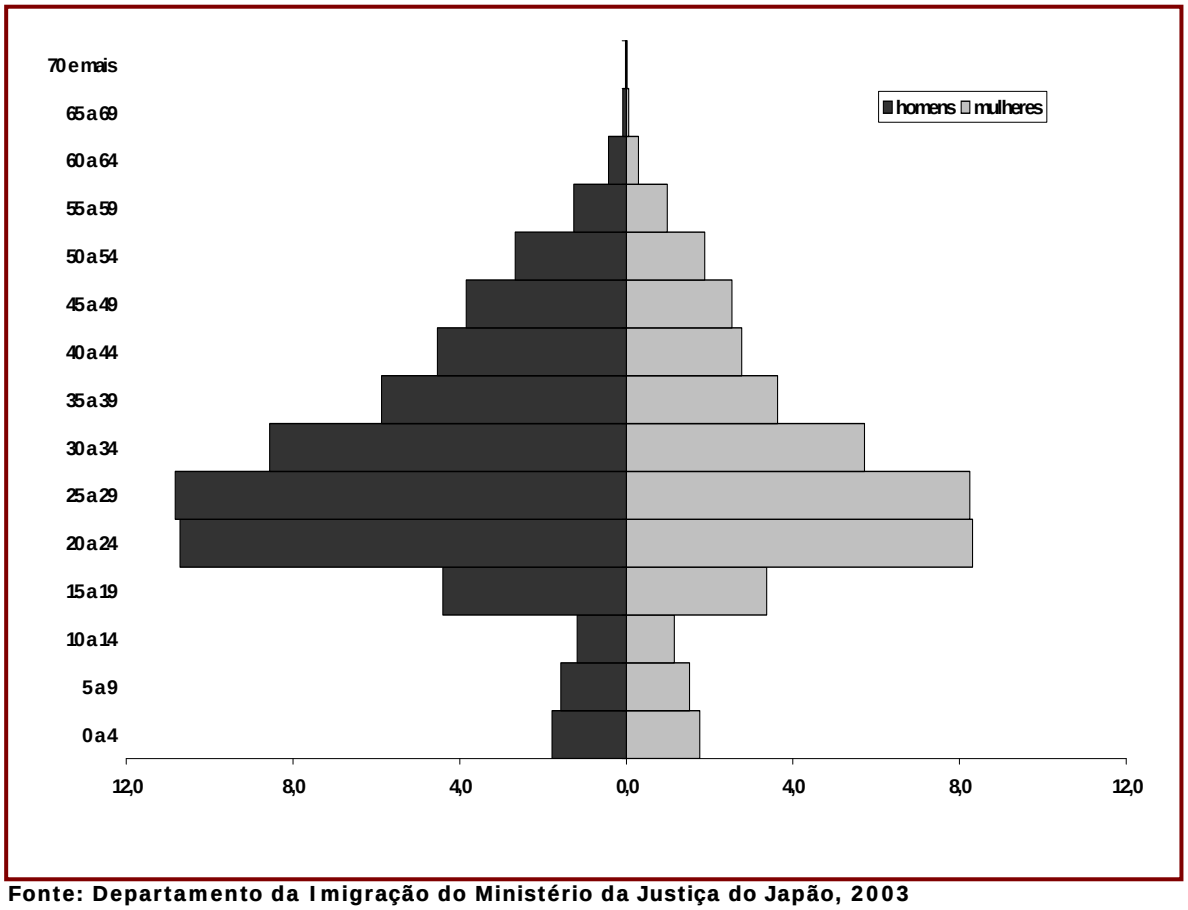
> o processo pode ser suave, sem problemas ou violento, agitado, dependendo de uma combinação de fatores: duração da permanência fora de casa, idade ao partir, grau de assimilação da cultura estrangeira e intensidade de vínculos e laços com a sua casa enquanto ausente (AROWOLO, 2000, p.70).

No estudo da migração de retorno de trabalhadores alemães, Constant e Massey (2002) analisam o fenômeno como um processo seletivo, cuja emigração tem importantes implicações para a economia, à sociedade e a população. Segundo estes autores, a migração de retorno é um processo socioeconômico muito complexo, e que seu grau ou nível e a natureza da seletividade varia de grupo para grupo, dependendo de fatores tais como, condições do país receptor e exportador, as condições dos próprios imigrantes, forte manutenção de vínculos sociais, entre outros. Para estes autores a presença ou não de Esposas e Filhos ao lado do migrante influencia na probabilidade ou não de um retorno. Os imigrantes que se encontravam retornados em Maringá, aproximadamente 68% disseram ter filhos, contra 50,7% daqueles que estavam na condição de ausentes no exterior.

Na eminência de completar quase duas décadas, o fenômeno Dekassegui sofreu grandes transformações e várias alterações ocorreram, desde o mercado de trabalho, a estrutura etária, a razão de sexo, os salários, as horas trabalhadas e a convivência social. Em algumas cidades como Hamamatsu, residem atualmente cerca de 7.000 brasileiros, uma aglomeração considerável que permitiu criar um nicho étnico de serviços e uma pequena comunidade brasileira (YAMANAKA, 1996). Em contrapartida, em outras províncias os imigrantes brasileiros são bem pequenos, tornando-se quase invisível. A estrutura etária da população migrante no Japão também modificou-se significativamente ao longo período. Em 1994 (**Gráfico 8**),

observamos que os maiores grupos estão concentrados nos grupos etários de 20 a 34 anos, sendo a presença masculina predominante no fluxo.

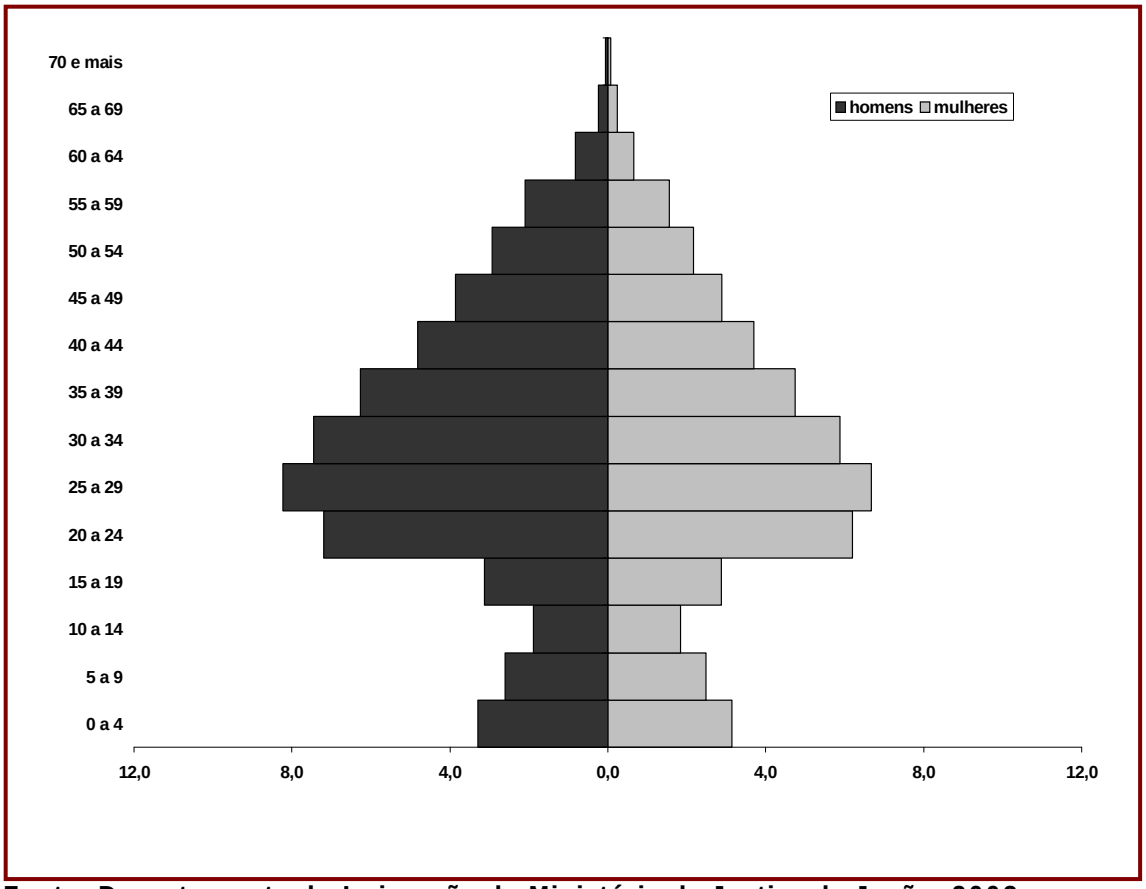
GRÁFICO 8
PIRÂMIDE ETÁRIA DE BRASILEIROS NO JAPÃO
1994



Fonte: Departamento da Imigração do Ministério da Justiça do Japão, 2003

Na pirâmide etária de 2002 **(Gráfico 9**), constatamos que houve um incremento na base da pirâmide etária e perda relativa nos grupos de 20 a 34 anos. Pressupõe-se que isto tenha ocorrido ao aumento de nascimentos ocorridos durante a permanência dos dekasseguis.

Gráfico 9
Pirâmide Etária de Brasileiros no Japão
2002



Fonte: Departamento da Imigração do Ministério da Justiça do Japão, 2003

A razão de sexo também se modificou ao longo da dinâmica do fluxo migratório, cujo início da migração foi marcada por um padrão de mão-de-obra predominantemente masculina, para uma estrutura etária mais balanceada na composição dos sexos como podemos verificar na **Tabela 6** a seguir:

Tabela 6
Razão de Sexo de Brasileiros no Japão
1994-2003

Grupos Etários	Razão de Sexo									
	1994	**1995**	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**
0 a 4	101	106	102	95	103	105	92	106	105	108
5 a 9	104	99	102	105	102	102	102	104	105	105
10 a 14	103	104	103	99	104	104	96	105	103	102
15 a 19	131	134	131	97	119	116	82	110	109	111
20 a 24	129	129	126	100	121	121	83	116	116	117
25 a 29	131	130	127	101	124	125	82	123	123	123
30 a 34	150	147	141	102	130	129	79	126	127	128
35 a 39	162	157	151	103	134	136	77	132	132	132
40 a 44	163	156	149	105	130	134	80	131	130	132
45 a 49	151	156	151	97	133	135	73	131	134	130
50 a 54	142	143	145	99	138	136	72	136	135	135
55 a 59	128	138	143	93	140	141	66	136	134	138
60 a 64	144	141	142	103	131	125	79	127	127	128
65 e mais	156	164	152	95	120	111	79	100	100	97
Total	**159.619**	**176.440**	**201.795**	**233.254**	**222.187**	**224.299**	**254.394**	**265.962**	**268.332**	**274.700**

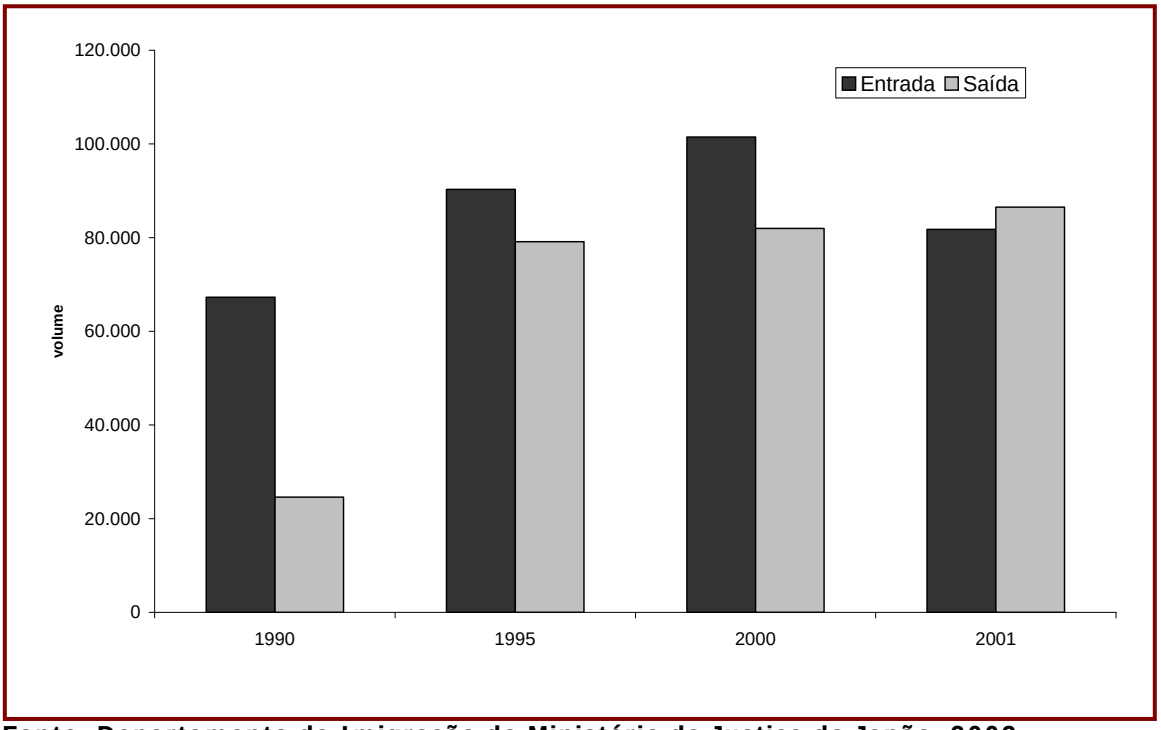
Fonte: Departamento da Imigração do Ministério da Justiça do Japão, 2003.

Segundo dados do Departamento da Imigração do Ministério da Justiça do Japão existem aproximadamente 275.000 imigrantes brasileiros registrados até dezembro de 2003. Embora os dados ainda indiquem um crescimento, mas de forma lenta e bem inferior ao verificado no início dos anos 90[6], o que se tem observado é a movimentação constante entre os dois países. Isto é, alguns dados indicam que há uma certa circularidade ou migração de retorno no movimento migratório.

De acordo com os dados do Ministério da Justiça do Japão, segundo as pessoas que entram e saem do país segundo a nacionalidade, observa-se que no ano de 2001, entraram no país 81.800 e saíram 86.523, dados completamente diferentes dos anos 90, como podemos ver no **Gráfico 10**, quando as entradas superavam as saídas.

[6] A taxa de crescimento anual de brasileiros atingiu picos no triênio 1989-1991, atingindo uma taxa de até 288%, diminuindo para 3,2% a/a. (SASAKI, 1999).

Gráfico 10
Entradas e Saídas de Brasileiros
Japão -1990/2001



Fonte: Departamento da Imigração do Ministério da Justiça do Japão, 2003.

Em recente *Survey*[7] realizado na cidade de Maringá (2001), foi verificado que 61% dos migrantes nikkeis e seus cônjuges estavam retornados e 39% estavam ausentes no momento da pesquisa. Uma realidade completamente diferente quando comparado aos resultados do *Survey* de Criciúma, realizado no mesmo período, indicando que 73,7% dos migrantes encontravam-se ausente, contra 26,3% de retornados[8]. Será que tais dados sugerem que o fenômeno Dekassegui possa estar entrando numa nova fase da migração? Migrações Circulares, Definitivas ou

[7] Os dados foram retirados do *Survey* do Projeto "Redes Sociais nas Migrações Internacionais: imigrantes brasileiros para os EUA e o Japão" realizado no Núcleo de Estudos de População, com o auxílio da Fapesp, realizado em junho de 2001, sob a coordenação da Profa. Dra. Teresa Sales. A metodologia utilizada e os questionários aplicados na cidade de Maringá estão em anexo.
[8] Fusco; Hirano e Peres (2002).

Temporárias[9]? Quais condicionantes podem ser responsáveis por tal comportamento: Políticos, Econômicos, Sociais, Culturais?

Supor, de um lado, que o movimento Dekassegui está se tornando Definitivo ou Permanente, significa dizer que os imigrantes iniciaram e estão construindo uma nova vida no país de destino, realizando investimentos locais, fazendo esforços de reintegração social e cultural. Por outro lado, pensar o fenômeno como Temporário ou Circular, leva a pensar que as pessoas emigraram com o objetivo de acumular capital para melhorar o seu padrão de vida após o seu retorno. O Retorno não é apenas uma questão econômica, é também de natureza social, cultural e política. Para definir o tipo de migração – Definitivo, Temporário, Circular - de um determinado fluxo, é necessário analisar o comportamento dos migrantes no país de destino e em relação ao seu país de origem (GLYTSOS, 1997; AROWOLO, 2000; CONSTANT; MASSEY, 2002).

O retorno com certeza traz a estas pessoas mais do que a volta a seu país de origem. Carrega consigo as dificuldades concernentes ao movimento migratório, e toda as influências culturais, sociais, políticas e econômicas entrelaçadas no ato de emigrar. É a outra face do movimento, o seu retorno, visto que se pretende estudar e aprofundar para melhor compreender o movimento Dekassegui dentro da ótica das migrações internacionais.

2.2 - Lei de Migração Japonesa

Segundo, Miyoshi[10] (1993, p.70-71), "para as autoridades japonesas os nikkeis não deixam de ser **estrangeiros**. Todos são iguais perante a lei". Do ponto de vista legal (atual Lei de Controle da Imigração) **não existem regras que beneficiem os nikkeis** em comparação com os demais estrangeiros. Aqueles que a comunidade nipo-brasileira denomina de "nissei", **juridicamente** são 'filhos legítimos de quem tenha nascido como filho de japoneses' e o que se denomina de "sansei" são 'pessoas que tenham nascido como filho de japoneses e que sejam filhos legítimos de filhos legítimos de quem tenha tido o registro civil como nacional do Japão'. Trata se de um status de permanência que leva em consideração o **relacionamento sanguíneo** com pessoas de nacionalidade japonesa.

[9] Kawamura, 1999; Sasaki, 2000; Fusco, 2002; Assis, 2002; Sales, 1999; Oliveira, 1997; Constant e Massey, 2002; Roberts, 1995; Glystos, 1997.

[10] Takefumi Miyoshi, foi Cônsul (chefe da seção de vistos) do Consulado Geral do Japão em São Paulo em 1991.

Segundo Ishigaki[11], a Reforma da Lei de Controle da Imigração tinha dois objetivos fundamentais: 1) Fazer uma revisão geral das categorias; 2) Aperfeiçoar a lei para enfrentar com mais eficiência o problema dos trabalhadores em situação irregular(ISHIGAKI, 1992, p.23-24). De acordo com o cônsul Miyoshi (1993), a questão da admissão de pessoas de origem japonesa não foi objeto de um estudo especial dentro dos trabalhos de revisão da lei.

A migração em direção ao Japão é institucionalmente legalizada[12],pois é concedido um Visto Especial aos descendentes japoneses de segunda e terceira geração (nisseis e sanseis respectivamente) e cônjuges, que varia de 6 meses, 1 a 3 anos, todos com a possibilidade de serem renováveis. Existem sete tipos de vistos segundo a Lei de Migração Japonesa: 1) Diplomático; 2) Oficial; 3) Transito; 4) Visita Temporária; 5) Trabalho; 6) Comum; 7) Especial. Segundo Miyoshi (1993), os vistos "especiais":

> "são concedidos àqueles que forem exercer atividades especificamente determinadas por portarias e outras autorizações do Ministério da Justiça" (1993, p.36).

Neste caso, as pessoas que podem obter estes vistos, adquirem um status de permanência que varia segundo a condição do migrante. Desse modo, o período de permanência do dekassegui é regulado pelo seu visto. Adquirir o visto, nem sempre consiste numa tarefa fácil, como afirma Terasawa (2000, p.222):

> In many cases, the visa is granted for only six months or one year. As a result, 75 percent of foreign workers have six month or one year contracts. Even foreign spouses of Japanese citizens with spousal visa are generally granted limited-term employment contracts of six months to one year.

O **Quadro 2** enumera os estrangeiros que são permitidos a entrar no Japão segundo o status de permanência concedido por este visto especial.

[11] Yasuji Ishigaki, foi Cônsul Geral do Japão em São Paulo em 1991.
[12] Reformulação da Lei de Imigração (1990).

Quadro 2
Status de permanência segundo Lei de Imigração Japonesa 1990

Status de Permanência	Estrangeiros permitidos a entrar no país
Atividades Designadas (Três anos, um ano ou seis meses)	Estão qualificados para este status os estrangeiros que pretendem entrar no país como empregados domésticos contratados em caráter particular pelos diplomatas, cônsules, e outros; os estrangeiros que pretendem entrar no país por meio do sistema "working holiday" (sistema que tendo por base o acordo com países estrangeiros, abre possibilidades para trabalhar, a fim de complementar as despesas de viagens e possibilita aos jovens conhecer a cultura e os modos de vida em geral do outro país), assim como estrangeiros que pretendem se empregar nas empresas a fim de atuar como atletas nos esportes amadores, etc.
Residentes em caráter permanente (não há prazo)	Estão qualificados para este status os estrangeiros que receberam autorizações de entrada no país para residência permanente
Cônjuges e filhos de japoneses e outros (Três anos, um ano ou seis meses)	Os cônjuges, os que nasceram como filhos de japoneses e as crianças que foram especialmente adotadas pelos japoneses de acordo com os preceitos do art. 817, parágrafo 2º. do Código Civil Japonês.
Cônjuges e filhos de residentes em caráter permanente (Três anos, um ano ou seis meses)	Os cônjuges e filhos de residentes em caráter permanente e residente em caráter permanente especial.
Residentes por longo período (Três anos, um ano ou seis meses)	Refugiados definidos na Convenção de Refugiados, refugiados provenientes da Indochina, nissei e sansei de ascendência japonesa residentes por longo período no Japão.

Fonte: Miyoshi (1993)

Após promulgação da Lei em 1990, houve um grande fluxo migratório nos anos seguintes à Reformulação como enfatiza Yamanaka (1996, p.65):

> Nisei and Sansei Nikkeijin into Japan after 1990, drawn by na explosive demand for labor in manufacturing industries in jobs shunned by Japanese. Legitimized as residents and workers by the new policy, they constituted the overwhelming majority of immigrants . In 1991 the annual influx of Brazilian and Peruvian nationals reached a peak of 120.000, (96.000 and 24.000 respectively).

As **Tabelas 7 e 8** abaixo demonstram a evolução do fluxo migratório, seu auge e a perda de força ao longo das décadas. Observa-se que o triênio 1989-1992, corresponde ao período de maior saída dos nikkeys em direção ao Japão, principalmente após 1990, ano da Reformulação da Lei de Imigração Japonesa.

Tabela 7
População Total de Brasileiros no Japão
1985/2003

Ano	Total de Brasileiros
1985	1.955
1986	2.135
1987	2.250
1988	4.159
1989	14.528
1990	56.429
1991	119.333
1992	147.803
1993	154.650
1994	159.619
1995	176.440
1996	201.795
1997	233.254
1998	222.217
1999	224.299
2000	254.394
2001	265.962
2002	268.332
2003	274.700

Fonte: Ministério da Justiça do Japão, 2005

Embora os dados da **Tabela 7,** indiquem o crescimento da população de brasileiros no Japão, a taxa de crescimento geométrico da população Dekasseguis diminuiu ao longo dos anos. No período 1986/1990 o movimento migratório apresentou taxas de crescimento de 92,5% a.a., reduzindo-se para 7,6% a.a. no período 1995/2000. Esta redução poderia estar indicando que o movimento Dekassegui tenha perdido a sua força? É possível pensar nesta hipótese?

Tabela 8
Taxa de Crescimento Geométrico de Brasileiros
Japão – 1986-2000

Ano	Total
1986/1990	92,5
1990/1995	25,6
1995/2000	7,6

Fonte: Ministério da Justiça do Japão, 2005

Além desta mudança, um outro mecanismo burocrático foi adicionado, que consiste no visto de "Re-enter", isto é, o migrante que queira deixar o Japão, mas ainda não teve o seu visto vencido, pode solicitar esta chancela que lhe permite entrar novamente sem a necessidade de obter o visto no consulado (SASAKI, 2000). Esta lei refere-se segundo Miyoshi (1993, p.254, grifo nosso):

> Parágrafo 1º. Do artigo 26, da Lei de Controle de Imigração e reconhecimento de refugiados do Japão diz: o Ministro da Justiça poderá, em conformidade com os procedimentos da Portaria Ministerial e mediante o requerimento do interessado, conceder permissão de reentrada ao estrangeiro que se encontrar no Japão e que deseja sair do país e nele reentrar antes do vencimento do prazo de permanência (ou o período pelo qual possa permanecer no Japão, caso não tenha se fixado o seu período de permanência). Nesse caso, mediante requerimento do interessado, o Ministro da Justiça poderá, **julgando ser conveniente, converter a permissão em questão numa permissão de múltiplas reentradas**.

Qual seria a real natureza deste visto? De um lado, seria evitar todo o tramite burocrático para aquele migrante que queira retornar depois de um descanso no seu país de destino? Ou podemos pensar que ela exerce uma função de flexibilizar o mercado de trabalho em momentos de retração e expansão econômica? No momento de retração, o desemprego aumenta e atinge principalmente aqueles empregos mais

instáveis, e no qual a imensa maioria dos trabalhadores estrangeiros estão inseridos[13]. Muitos tentam realocar-se no mercado de trabalho, outros decidem por retornar até que a economia se recupere ou retornam em caráter definitivo. Será o caráter da legalidade um fator de estímulo para esta migração de várias idas e vindas?

Entretanto é interessante prestar atenção que no mesmo artigo 26 da Lei de Controle de Imigração, parágrafo 6º, há uma outra norma que de certa forma invalida a primeira.

> Caso o Ministro da Justiça decida que não mais seja conveniente conceder a permissão de múltiplas reentradas ao estrangeiro que tenha reentrado no país com tal permissão esta poderá ser revogada enquanto o estrangeiro estiver no país (MIYOSHI, 1993, p.255).

A reforma da Lei de Imigração Japonesa em 1990, em momento algum privilegiou a entrada de descendentes de japoneses, pois na ótica do governo ainda são **considerados estrangeiros** e devem receber o mesmo tratamento que qualquer outra pessoa de outra nacionalidade (SASAKI, 2000, grifo nosso). Segundo Ishigaki (1992, p.23-25):

> A consideração dos casos de entrada e saída de pessoas de ascendência japonesa, no e do Japão, tem por fundamento a idéia de que seria apropriado conceder a essas pessoas uma qualificação para permanência que não tenha nenhuma restrição de atividades, levando em consideração a existência de vínculos anteriores, com o Japão, através de ligações com alguma localidade, laços de família ou outros fatores. Assim, surge a posição do governo japonês, que é de não promover ou restringir particularmente o ingresso ou a saída dessas pessoas, deixando isso ao alvedrio individual.

A reformulação da Lei de Imigração coincidirá com os interesses empresariais em busca de uma mão-de-obra jovem, forte, saudável, no auge de sua idade produtiva e etnicamente semelhante aos nativos (RIBAS, 1998; KAWAMURA, 1999; SASAKI, 2000). Esta última característica é de extrema importância para **manter a homogeneidade étnica e cultural na sociedade e deste modo manter a harmonia que é altamente valorizada neste país**. A seguir um trecho do discurso proferido pelo Partido Liberal Democrático:

> Admitting Nikkeijin legally will greatly help to ameliorate the present acute labor shortage. People who oppose the admission of the unskilled are afraid of racial discrimination against foreigners. Indeed, if Japan admited

[13] Imigrantes retornados comentam que perdem o emprego sem aviso prévio, sem muita explicação, apenas a notificação que não são mais necessários a partir do dia seguinte.

> many Asians witj different cultures and customs tha those of Japanese, Japan´s homogeneous ethnic composition could collapse. However, if Nikkeijin were admitted, this would not be a problem... Nikkeijin, as relatives of the Japanese, would be able to assimilate into Japanese society regardless of nationality and language (NOJIMA, p.98-99 *apud* YAMANAKA, 1996).

O princípio legislativo adotado no Japão é diferente em relação ao do Brasil. Neste último país, o princípio baseia-se na natureza *jus solis*; que trata-se da política de aquisição da nacionalidade aos que nascem em seu território; em contrapartida, a política do Japão reside no princípio *jus sanguinis,* cuja aquisição da nacionalidade dos filhos só é possível através da nacionalidade dos pais (MIYOSHI, 1993, p.174).

Observa-se que na Reformulação da Lei, os descendentes e os seus filhos, que nascem no Japão são considerados estrangeiros. O Princípio da Lei permaneceu intacta pós a reformulação, isto é, processou-se uma revisão técnica ao invés de política, como afirma Yamanaka a seguir:

> The interests of, and pressure from, small-scale employers were clearly reflectec in these measures of the Revised Immigration Law. Most importantly, the legal admission of Nikkeijin was a political compromisse on the part of the Japanese government taken, on the one hand, to accommodate labor-starved small-scale employers and, on the other, as na attempt to mantain racial ethnic and social homogeneity in the face of progressive internationalization. By constructing the new category of Nikkeijin immigrants, the incumbent government was able to avoid complaints and accusations by one of its most influential constituencies, small-scale factory owners. Simultaneously, the government could maintain the core principle of the nacionality and immigration law, jus sanguinis, ths making the revision a techinal rather than political one (2001, p.131).

Portanto, sob a Lei de Nacionalidade Japonesa, os nikkeys são considerados estrangeiros a despeito de possuir no seu sangue a descendência japonesa. Quando a criança nascia no exterior, os pais tinham um prazo de 14 dias para registrá-la no Consulado ou na Embaixada Japonesa, senão ela perdia a sua cidadania. Segundo Yamanaka:

> For many immigrants parents in Brazil living in remote áreas distant from a Japanese Consulate, this registration rule was a hardship. As a result, many second generation Japanese children (Nisei) were not registered as Japanese citizens and thus lost their Japanese citizenship permanently (1996, p.740).

Enfim, ao analisar o fenômeno Dekassegui é fundamental resgatar **cinco pontos essenciais** nesta política: 1) a legalidade do fluxo migratório; 2) seletividade por consangüinidade; 3) vistos temporariamente definidos no tempo, com a possibilidade de renovação; 4) visto de reentrada; 5) e por último, as condições jurídicas e sociais destes nikkeis, de ser Estrangeiro e Imigrante na terra de seus pais e avós. Uma outra característica importante que foi constatada e que não foi mencionada, mas que merece a sua devida atenção é que não existe um pré-requisito familiar pra emigrar, isto é, a unidade migratória pode ser tanto individual quanto familiar, ou em grupos maiores.

É interessante notar que na migração Japão-Brasil, havia uma condição básica para migrar e trabalhar, que residia no fato de que os empregadores exigiam famílias inteiras entre 3 a 10 pessoas[14] (SUSUKI, 1992, *apud* YAMANAKA, 1996; 2000). Constituía-se num mecanismo para dificultar a dispersão e fuga dos membros familiares, ao mesmo tempo, assegurava a fixação da mão-de-obra no campo. No caso do fluxo Brasil-Japão, o pré-requisito para emigração consiste basicamente na sua ascendência, deixando para os membros das famílias, a decisão de quem emigra e quem fica, ou, se todos emigram juntos.

Na pesquisa de campo em Maringá observou-se uma diferença substantiva com relação à condição do migrante na família. Entre os migrantes retornados, cerca de 34,5% eram chefes, seguido pelo cônjuge e filho/a respectivamente 30,7% e 23,7%. Em contrapartida os migrantes ausentes apresentam uma configuração bem diferente onde o maior grupo, cerca de 59,0% está na condição de filho/a, seguido pelo chefe e cônjuge respectivamente 12,0% e 9,0%.

Esta colocação é importante devido aos resultados do *Survey* de Maringá (2001), no qual, dos 370 domicílios entrevistados, onde pelo menos um membro da família teve alguma experiência migratória internacional, observou-se que em 51 domicílios todos os membros foram pelo menos uma vez trabalhar no Japão, enquanto que nos demais domicílios havia várias configurações migratórias. Para se ter uma ligeira idéia da dimensão, subdividiu-se os domicílios em várias configurações que apresentam diferentes arranjos. Por exemplo, no domicílio onde havia um casal com filho e filha (26 domicílios), observamos que ao mesmo tempo em que todos podem ir juntos (independente das idades dos filhos), há casos em que o imigrante é apenas o chefe, ou o cônjuge, ou os dois, ou os dois filhos e assim por diante. Alem desta diversidade, tem o fato de que a condição de presença (Ausente, Retornado e Presente), varia entre os membros da família onde alguns podem estar ou não no Japão.

Retornando à questão política de migração não familiar no caso do Japão, Monteiro (1994), ao estudar a migração de portugueses e a questão de retorno a

[14] Várias famílias foram "criadas" para preencher o pré-requisito para emigrar, incluindo amigos, parentes e vizinhos, e que após desembarcar no Brasil se desmembravam, convertendo-se para a unidade original de relações (MAEYAMA, 1996 *apud* YAMANAKA, 2000).

Portugal, desnuda a política migratória seletiva de Portugal (1870-1890), ao relatar a real intenção de se dispersar familiares:

> Não é o fenômeno em si que é mau; antes, de dentro da desgraça coletiva que afez multiplicar, a emigração tem ainda virtude para trazer ao organismo nacional **o alento das remessas de ouro do Brasil**"..."mas, para isto é necessário proibir, ou dificultar, a partida de famílias inteiras, porque é **quando a família do emigrante fica na pátria que ele envia mais regularmente as suas economias** (CABRAL, 1979 *apud* MONTEIRO, 1994, p.419-420, grifo nosso).

Ainda sobre o caráter seletivo da política migratória portuguesa:

> houve uma filtragem da emigração, que determinava a sua composição predominantemente masculina e jovem, por "**ser a dispersão familiar que constituía a garantia do envio de remessas de dinheiro** dos emigrantes para as famílias, residentes em Portugal, remessas que se haviam transformado num dos alicerces da política econômica e financeira portuguesa (PEREIRA, 1981 *apud* MONTEIRO, 1994, p.55-56, grifo nosso).

A interpretação acima sobre a política migratória portuguesa traz luz às reflexões no caso da migração Brasil-Japão. Dispersar a família traz como conseqüências para aquele que emigra, aquilo que Sayad (2000) analisa sobre a migração de retorno, uma dupla ausência e uma dupla presença:

> Está duas vezes presente e duas vezes ausente: aqui, ele está presente física e materialmente, de maneira corporal apenas, e ausente moral e mentalmente, em espírito; lá, ele está nos fatos, física, material e corporalmente ausente, mas está moral, mental, imaginária e espiritualmente presente (2000, p.20).

Assis (1995), ao analisar o fluxo migratório de Governador Valadares (MG), reflete para o fato, que o migrante contemporâneo está vivenciando um singular campo social, denominado de *transnacional*. Atualmente, este migrante depara-se entre duas realidades, entres duas temporalidades; que levou a autora a questionar sobre a manutenção das relações entre a sociedade de destino e a sua terra natal.

No seu trabalho de campo em Allston, Assis (1995) encontrou evidências de uma comunidade de uma forma pouco espalhada e dispersa, mas que esforça-se para se organizar:

> Pode-se sugerir que o estabelecimento de redes de sociabilidade através das Igrejas, de pequenos comércios, de agências de remessa de dinheiro, de bares, assim como as fitas de vídeo que chegam toda semana com noticias, e os telefonemas, e cartas enviadas ao Brasil, tudo isso revela a constituição de uma comunidade brasileira nos EUA. Essas redes de sociabilidade apontam para a recriação de um "lugar brasileiro nos EUA**" possibilitando aos emigrantes permanecerem nos EUA e manterem suas ligações com o Brasil** (ASSIS, 1995, p.11, grifo nosso).

Glick-Schiller; Basch e Blanc-Szaton (1992), adotam a transnacionalização como perspectiva teórica para compreender a migração. Isto ocorre devido ao fato que para as autoras, a palavra migrante sugere imagens de ruptura permanente[15]. Na atual sociedade contemporânea cada vez mais globalizada e interconectada, os indivíduos têm a condição de manter múltiplas relações. Para Assis (1995), o enfoque transnacional enfatiza a emergência de um processo social que cruza fronteiras geográficas, culturais e políticas, cujos laços sociais não se desfazem, mas se mantém mesmo após a emigração.

> os imigrantes passam a ser chamados de transmigrantes quando desenvolvem e mantêm múltiplas relações – familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas, e políticas que ampliam as fronteiras colocando em interrelaçao o global e o local (ASSIS, 1992, p.10 *apud* GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZATON, 1992).

Transmigrantes é definido em contraste à versão antiga de migrantes que estão permanentemente desenraizados de sua casa e são forçados a abandonar padrões antigos e "adaptar-se" a novas circunstâncias. Implica em múltiplas conexões e relações entre a sociedade de destino e a de origem (JONES, 1992, p.219). Um relato colhido de um nikkey retornado que deixou para trás mulher e filhos reafirma que o contato contínuo mantém vivo a terra natal:

> Mas, logo de cara, eu pedi pra minha esposa que se correspondesse comigo, pelo menos que me mandasse uma carta por semana, porque eu jamais queria ficar como aqueles que eu via lá, que perderam noção de tudo. E que se eu começasse a não telefonar, ou a telefonar só contando vantagem, alguma coisa mecânica, daquilo que eu estava treinado por eles, a ligar pra família e dizer: tudo bem, os carros daqui são bonitos, andei de trem-bala, conheci a Disneylândia..., se começasse a falar com esse papo de sempre, se ela visse que eu começasse a perder aqueles hábitos normais, por favor que ela disparasse um certo esquema que eu tinha pré-combinado, que **era mandar fotos e coisas cheirando a Brasil, porque eu vi que isso poderia me ajudar a retomar os meus hábitos porque o meu medo era perder um pouco a memória ou qualquer coisa semelhante**. E minha esposa, realmente, me ajudou muito! Muito! Muito! (SILVA; CUTTI, 1995, p.34, grifo nosso).

[15] Segundo a definição oficial da ONU, o migrante é todo aquele que muda definitivamente de residência.

Desse modo a perspectiva transnacional, contribui de certa forma na análise da migração internacional, uma vez que propõe que, devido às condições de comunicação e transporte tecnologicamente mais avançados em relação ao começo do século XX, tornou-se mais fácil e simples manter contato e relações entre pontos muito distantes.

> Estas ligações com o Brasil revelam que, na realidade, os emigrantes permanecem nos EUA com suas relações familiares e afetivas no Brasil e seus **sonhos de retorno à terra natal se traduzem em investimentos na cidade de origem**. Portanto, ao estruturar sua vida entre dois lugares os emigrantes não se tornam nem emigrantes permanentes, nem temporários, mas sim transmigrantes (ASSIS, 1995, p.13, grifo nosso).

Entretanto, no caso dos Retornados de Maringá, a perspectiva transnacional explica em parte o movimento Dekassegui, devido ao fato que a imensa maioria, aproximadamente 68,6% dos migrantes fez apenas 1 viagem ao Japão, e 18,3% realizaram duas viagens. No caso dos Ausentes, cerca de 47,2% dos migrantes fez 1 viagem, 27,2% duas viagens e 16,2% tinham realizado três viagens. Partindo-se do pressuposto que a perspectiva transnacional implica num movimento migratório de várias indas e vindas, podemos observar que uma pequena parcela insere-se nesta análise.

Estima-se que mensalmente entrem legalmente no país cerca de 300 milhões de dólares, isto só no caso desta migração, sem levar em conta os fluxos migratórios da Europa e EUA (PATARRA; BAENINGER, 1996). A transferência de divisas na realidade alcança números bem maiores, pois os imigrantes utilizam redes familiares, parentesco e de amigos para enviarem ao Brasil quando algum deles retorna.

As remessas geralmente têm objetivos específicos como: remeter para ajudar familiares que ficaram para trás, para realizar investimentos e funcionam também como uma simbologia de sua presença na sua ausência (CONNELL; CONWAY, 2000). Em Maringá (2001), os dados do *Survey* atestam para este fato, como podemos verificar na Tabela 9 que aproximadamente 60%, tanto os migrantes retornados quanto os ausentes, realizavam e realizam remessas ao Brasil.

Tabela 9
Envio de Remessas Segundo Condição de Presença

O migrante remete/ remetia dinheiro para o Brasil	Retornados	Ausentes
não remete	40,7	39,9
remete para manter a família	37,5	43,4
remete para investimento	21,3	15,7
outra finalidade	0,5	1,1
Total	**100,0**	**100,0**
Total	**408**	**281**

Fonte: Fapesp; Nepo/Unicamp (2001)

A aquisição de bens duráveis como a casa, o carro e a abertura de um comércio realizado através das remessas regulares dos imigrantes significam para estes um certo "sucesso", pois para muitos isto não seria possível no Brasil. Muitos trazem pequenas lembranças que, no plano simbólico, significam uma certa mobilidade social ascendente tanto no país de destino, quanto no país de origem (SOARES, 1995; ASSIS, 1995).

Connell e Conway (2000) ao estudar a migração das pequenas ilhas do Sul do Pacífico e da porção oriental do Caribe com destino aos países como Austrália, Nova Zelândia e EUA, observaram a nítida relação entre migração e remessas financeiras, cujo impacto e efeitos sociais, econômicos e políticos podiam ser observados.

Partem da suposição que a remessa é uma transferência privada fundamental de capital, e que os migrantes retornados representam pessoas dotadas com capital humano, capazes de enriquecer social e culturalmente suas comunidades, possibilitando às suas famílias a ter mais oportunidades e uma maior flexibilidade em suas opções de subsistência.

As remessas geralmente são utilizadas na manutenção do domicílio, no consumo básico da casa como alimentação e roupas, em capital fixo ou em melhorias na casa. No caso dos Dekasseguis Retornados e Ausentes cerca de 37,5% e 43,4% respectivamente dos migrantes remetem com o objetivo de manutenção dos domicílios[16].

Na ausência do chefe do domicílio, que geralmente é do sexo masculino, o cônjuge feminino assume novas responsabilidades de administrar não somente a casa, mas também as remessas financeiras, sejam elas para serem investidas em atividades produtivas, poupá-las para futuras oportunidades de investimentos ou gastá-las em

16 Estes "investimentos" são considerados e caracterizados invariavelmente como improdutivos (CONNELL; CONWAY, 2000).

necessidades de consumo, ou em alguma combinação destas três formas (CONNELL; CONWAY, 2000).

Por outro lado, os autores (CONNELL & CONWAY, 2000) comentam as reflexões de Brana-Shutes que estudara os impactos das remessas na região do Caribe de três formas: primeiro, as conseqüências em relação à agricultura local; segundo, as conseqüências econômicas para a sociedade como um todo e por último as conseqüências negativas nas relações sociais:

> In terms of consequences for Caribean agriculture, remittances: 1) lead to declines in agricultural activity and productivity; (2) cause land to be removed from cultivation; (3) encourage half-hearted efforts by those left behind as laborers or overseers; (4) encourage land speculation for housing rather than develop land for agricultural production; and (5) alter previous demands for local produce to preferences for purchases of imported canned goods. In terms of economic consequences for Caribean society as a whole, remittances may increase living standards for individuals and households when their material quality of life is improved, but the negative impacts appear more important for 'Caribean development': (1) overall community standards may decrease due the widening gap among the masses of the 'haves' and the 'have nots' ; (2) recipients may avoid low-status labor, such as farming; (3) part-time labor is used to supplement remittances rather than vice-versa; (4) dependency on imported food may become excessive; and (5) since the main, or a major, source of growth in the sending community is from income earned abroad, a 'boom-bust' economy develops where is experienced during the (overseas) industrial metropolis prosperity in good years, but entrenchment and hardship occurs over a long adjustment period when the metropolis regional economy experiences lean years. In terms of social relations, the negative consequences of being remittances-dependent are felt to: 91) undermine village-communal relationships, traditional gender roles and labor arrangements; (2) foster social stratification based on external sources of wealth, rather than communal merit differentiation; (3) underwrite expenses for the entire social system in some extreme cases; (4) lead to the development of a 'migration-mentality' – with is implied pejorative connotations (CONNELL; CONWAY, 2000, p.60).

O papel das remessas é dual como visto acima, alguns autores as consideram benéficas, enquanto que outros as observam como negativas. A despeito da natureza, o que está por detrás do fato, é a manutenção dos laços e das obrigações sociais com a família e com a comunidade, através de cartas, telefonemas, recados trazidos pelos novos imigrantes, que resultam numa certa pressão social (CONNELL; CONWAY, 2000; KRIEKEN, 2000).

É importante ressaltar que as remessas estão intimamente ligadas ao trabalho do migrante que, por sua vez, tem uma relação direta com a economia do país de destino. As remessas nesses casos são realizadas contra incertezas sejam elas de natureza econômicas ou pessoais.

O sistema de remessas de Russell é criticado por Connell e Conway (2000) pelo fato de que o autor dá muita atenção às categorias convencionais de consumo ou

investimentos produtivos, deixando de lado investimentos não-econômicos que são considerados igualmente importantes, como o capital humano e social e as necessidades básicas de um domicílio.

> "Recognition of the importance of non-economic utilities in household livelihood decisions gives broader meaning to consumption investments, especially where meeting basic needs is a survival priority" (CONNELL; CONWAY, 2000, p.62).

Apoiando-se neste sistema e nas várias perspectivas teóricas vista anteriormente sobre o papel das remessas, Connell e Conway (2000) constroem uma estrutura dividida em 7 categorias de estratégias que podem ser utilizadas pelos destinatários que recebem o dinheiro do exterior: 1) Necessidades básicas da Família e dos dependentes; 2) Poupanças; 3) investimentos em capital humano flexível (recursos); 4) Empreendimentos e Capitais Fixos; 5) Micro-empresas de atividade diversificadas; 6) Manutenção e Apoio à Comunidade; 7) Fomento para futura mobilidade. No caso dos Dekasseguis de Maringá, as remessas são enviadas ao Brasil com o objetivo de manutenção da família, uma outra parcela que é direcionada a investimentos e ainda há aqueles migrantes que não realizam remessas alguma[17].

Dadas estas últimas características (remessas e dispersão familiar), a questão do retorno renasce novamente. É evidente que na migração há sempre uma parcela que permanece no país de destino, uma parte que retorna definitivo e uma outra que vive entre dois países, o que resulta numa configuração migratória diversa. Estudos sobre migração de retorno têm enfatizado que algumas características sobre o migrante aumentam a probabilidade e estimulam o retorno ao seu país de destino.

No trabalho de Soares (1995), sobre o fluxo Governador Valadares-EUA, constatou-se que embora o estabelecimento das redes de sociabilidades se desenvolvam, modificando a temporalidade de alguns migrantes, ainda assim, a perspectiva de retorno ao país de origem se mantém. Os dados do autor indicam que 49,0% da população migrante valadarense foram identificados como Pendulares (6,3%), Temporários (27,7%) e Retornados (15,0%), e cerca de 30,0% foram considerados migrantes definitivos.

Os dados demonstram que devido à condição migratória de alguns, um sentimento ambíguo envolve o migrante, devido à sua identidade construída entre as fronteiras culturais, políticas, econômicas e sociais. A seguir uma fala recolhida por Assis (1995, p.11, grifo nosso):

> Estou muito deprimido não tenho vontade de ficar em dois trabalhos desde que **meus pais retornaram ao Brasil**. Sempre que vem alguém aqui a gente tem vontade de voltar. Aqui na **América é lugar para juntar dinheiro**, não para viver! Não sou feliz aqui. No final deste ano se tudo der certo vou comprar minha casinha e retornar, mas **tenho medo da**

[17] Voltaremos a discutir a questão das remessas dos dekasseguis de Maringá no último capítulo.

> **readaptação.** (...) A gente costuma com o estilo de vida aqui nos EUA, tenho dois carros, um bom salário, como vou conseguir isto no Brasil? Tenho TV, filmadora, compact disc, microwave, brinquedos para o meu filho; não teria tudo isso no Brasil**, mas lá é minha terra**, tenho saudade, eu tenho que tentar voltar se não sempre ficarei pensando como teria sido.

O Retorno torna-se um projeto almejado desde o início, mas nem sempre é concretizado. Os relatos colhidos nas cartas de imigrantes nos EUA por Assis (1995) afirmam que geralmente a volta é programada para o final de ano, principalmente no período das festas natalinas. Porém, um certo temor com relação ao retorno nasce devido a uma certa insegurança com relação à decisão tomada. A seguir trechos de cartas que demonstram o projeto de retorno, e uma certa insegurança no País:

> Eu tenho a impressão de que ano vai ser decisivo para minha volta ao Brasil, **mas como sempre vou precisar muito da ajuda de vocês aí**. Primeiro para comprar a casa que vai ser o passo mais importante para a nossa volta. Segundo arranjar emprego para mim e para minha esposa; terceiro, na nossa adaptação na volta ao Brasil. Sabe pai quando a gente deixa o Brasil a gente pensa que está fazendo a coisa mais difícil da vida, **mas pode ter certeza que a volta é muito mais difícil que a vinda e é por isso que nós vamos precisar tanto do apoio de vocês** e eu sei que sempre posso contar com vocês (ASSIS, 1995, p.12).

Esta ambigüidade que nasce do contato entre dois países de cultura e economicamente diferentes, resulta num indivíduo que quer *estar lá e aqui ao mesmo tempo*. É possível pensar que o retorno aconteça em etapas? Isto é, as idas e vindas constituem-se num período de readaptação e de reconhecimento do país, do qual se deseja integrar-se cultural, social e economicamente?

3. O CAMINHO PARA CASA: O RETORNO DOS NIPO-BRASILEIROS À MARINGÁ

3.1 – Perspectivas Teóricas: a natureza da Migração de Retorno dos Dekasseguis

A migração constitui um fato presente na história da sociedade humana desde os tempos imemoriais, persistindo até os dias atuais. No entanto, com o desenvolvimento das cidades, dos meios de comunicação e meios de transporte, somados às transformações na organização das indústrias, comércios e ao processo de urbanização, a migração foi adquirindo várias formas, aumentando a sua complexidade de compreensão e exigindo cada vez mais dos estudiosos do tema, buscar subsídios nas diversas ciências para realizar uma devida análise.

Para alguns teóricos clássicos[1] da sociologia, a migração foi tratada como uma preocupação secundária, compreendida como uma conseqüência do desenvolvimento do capitalismo, que por sua vez caminhava ao lado do processo de industrialização, urbanização e mobilidade populacional (SASAKI; ASSIS, 2000, p.3).

Durante a 2a. metade do século XIX, período de crises econômicas e de crescimento acelerado da população européia, testemunhou-se o advento de vários fluxos emigratórios da Europa em direção ao Novo Mundo, principalmente aos Estados Unidos. Neste contexto, a migração passar a ser identificada como um problema, e torna-se uma preocupação primária dos sociólogos americanos.

Segundo Sasaki e Assis (2000, p.4), as primeiras teorias cuja base origina-se da Escola de Chicago, enfatizaram o problema da (des) integração social e assimilação cultural dos imigrantes, focando as análises nos processos de adaptação, aculturação e assimilação dos grupos imigrantes dentro da sociedade americana. Passa-se a utilizar o conceito de *"melting pot"* referindo-se ao processo de assimilação e/ou americanização dos imigrantes. Contudo, esta perspectiva foi colocada em xeque quando se evidenciou que os grupos de migrantes se transformaram em grupos étnicos afirmando as suas singularidades.

As abordagens econômicas também se esforçaram para compreender o fenômeno da migração. A teoria Neoclássica baseia-se no diferencial de renda como variável determinante para os movimentos migratórios contemporâneos, tratando o mercado de trabalho semelhante ao mercado de qualquer outra mercadoria, comprada e vendida livre e regularmente no mercado (SALES, 1999, p.21). Para os teóricos neoclássicos como Borjas (1990), o migrante é visto como um indivíduo racional que calcula os custos e os benefícios da migração, sendo esta a percepção que influencia a decisão de migrar (SASAKI; ASSIS, 2002, p.6).

A segunda perspectiva teórica de natureza histórico-estrutural veio contestar os neoclássicos. Existem duas vertentes: a primeira refere-se a Piore (1979) e Portes (1995)

[1] Para maiores detalhes sobre os clássicos da sociologia e como estes tratam o tema migração ver Sasaki e Assis (2002).

que focalizam a atenção na segmentação do mercado de trabalho, enfatizando as características singulares do mercado de trabalho, como sendo distinto do mercado das coisas. Para Piore (1979), as causas explicativas devem ser buscadas antes no contexto dos países de destino do que nos de origem, como por exemplo, os programas de Guest Workers dos anos 50 e 60 na Europa ou o Bracero Program do pós-2GM nos EUA (SALES, 1999, p.23).

A segunda vertente baseia-se em Sassen (1988), que prioriza em sua análise os processos que transformam o meio social, que por fim resultam na migração. O seu principal pressuposto consiste na associação entre migrações de pessoas e de capitais. Isto é, com a reorganização da economia mundial nas ultimas duas décadas, criou-se um espaço transnacional, onde a circulação de capitais, mercadorias, serviços e informações tornaram-se visível, tanto quanto o de pessoas. A principal crítica de Sassen a Teoria Neoclássica reside no fato de que a mobilidade do capital é que tem criado novas condições para a mobilidade do trabalho, isto é, ela compreende as migrações como resultantes da internacionalização da produção por meio dos investimentos no estrangeiro. Ambas as vertentes estão relacionadas ao contexto de relações internacionais entre Estado-Nações definidos em termos de amplos conceitos de centro periferia do capitalismo (SALES, 1999; SASAKI; ASSIS, 2002).

Uma outra perspectiva teórica que vê limites na visão neoclássica, baseia-se em Massey (1997). Segundo a autora existem alguns pressupostos que devam ser considerados na compreensão da migração internacional: 1) a unidade de análise não seria o indivíduo, mas as famílias, domicílios ou outras unidades de produção e consumo; 2) o diferencial de renda não é uma condição necessária para ocorrer a migração internacional, uma vez que podem recorrer às redes sociais para minimizar os riscos; 3) as políticas governamentais ocasionam mudanças econômicas que afetam a distribuição de renda podendo influenciar a migração internacional independente de seus efeitos sobre a renda (SASAKI; ASSIS, 2002, p.7).

A complexidade do fenômeno migratório internacional exige esforços que vão além da visão econômica, como pudemos constatar nesta breve revisão das teorias. É importante observar estes migrantes numa ampla teia de redes sociais, destacando a sua importância para renovar a dinâmica e continuidade do fluxo.

Três autoras analisam a importância das redes sociais no contexto da migração internacional. Boyd (1989) enfatiza que as migrações recentes resultam não somente das crises econômicas que certos países vivenciam, mas também, devido ao desenvolvimento das redes sociais, que são portadoras de ricas informações sobre o país desconhecido e que servem de aporte para o migrante assim que este pisa os seus pés no país de destino. Segundo Constant e Massey (2002), as redes sociais desempenham um conjunto de laços interligando as comunidades de origem e de destino, e são caracterizados por relacionamentos interpessoais que são mantidos através de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados. De acordo com Tilly (1990), as redes sociais migram, isto é, as unidades de migração são conjunto de pessoas ligadas por laços de amizade, parentesco e experiência de trabalho, que incorporam o país de destino nas alternativas de mobilidade por elas consideradas (SASAKI; ASSIS, 2002, p.10-11). Estas autoras destacam

a solidariedade no contexto das migrações internacionais, contudo, é necessário ter em mente que há conflitos e ambigüidades no seio das redes sociais.

O contínuo contato entre as sociedades de origem e de destino, mantidos ao longo do processo migratório, levou alguns estudiosos da migração a observá-la dentro de uma perspectiva transnacional. Para Glick-Schiller; Basch e Blanc-Szanton (1992), a palavra migrante, significa uma ruptura permanente de sua cultura e um processo de aprendizado de uma nova língua, valores e comportamentos. A principal crítica desta perspectiva às teorias tradicionais, consiste que estas não perceberam que os migrantes ainda mantinham suas relações com a sociedade de origem, não em contradição, mas em conjunção com sua sociedade hospedeira (SASAKI; ASSIS, 2002, p.13).

> Estas conexões têm possibilitado aos imigrantes, durante sua permanência no exterior, deixarem as crianças aos cuidados dos parentes na terra natal, continuarem participando das decisões familiares, visitarem com certa freqüência seus familiares, comprarem imóveis e construírem casa e comércios nos seus países de origem, mesmo que tenham comprado casas e montado negócios no seus países de imigração (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1995, p.53).

Deste modo, a perspectiva transnacional veio também dar a sua contribuição na complexa análise da migração a partir das múltiplas relações que os migrantes estabelecem no projeto migratório entre a sociedade hospedeira e a de origem. Diante deste enorme arcabouço teórico descrito até este momento, certas categorias foram construídas com relação ao status do migrante, definindo-os como temporários, permanentes, retornados e circulares.

No presente estudo, a migração de retorno e os migrantes nikkeys retornados de Maringá serão o foco central de análise. A migração de Retorno tem sido também uma fonte de preocupação para outros países e regiões, como por exemplo a União Européia. Segundo a IOM (International Organization for Migration), a Migração de Retorno na Europa está ocorrendo de três formas conforme o status do migrante no país de destino:

> Voluntarily without compulsion (migrants deciding at any time during their sojourn to return home on their own volition and cost); Voluntarily under compulsion (persons at the end of their temporary protected status, or rejected for asylum, unable to stay and choosing to return on their own volition; also within government and other programmes providing assistance); Involuntarily, as a result of, or anticipating, no legal status in the country (the authorities deciding, usually by law, on forcing, frequently also escorting, the migrant home. The first category of returns usually occurs spontaneosly, without the organized assistance of governments or other concerned agencies such as IOM; and eludes the government statisticians. It can also occur within an organized return programme providing return and sometimes reintegration assistance. The second and third, usually involve the intervention of government or their implementing partners. The second has proven in many ways to be the more acceptable and durable solution, particularly when it takes place within an assisted voluntary return programme (IOM, 2004, p.10).

A migração de Retorno não é um tema novo, é uma questão tratada desde os clássicos da Migração como Ravenstein (1980) e Lee (1980), como veremos a seguir. As Leis de Migração de Ravenstein[2] (1980) resistem ao tempo e alguns de seus princípios, continuam sendo o ponto de referência para problemas migratórios atuais. Dentre elas, há a idéia do fluxo e refluxo. Esta consiste no pressuposto que para uma corrente migratória, existe uma corrente inversa. Posteriormente, Lee (1980), ao rever as Leis de Migração, propõe-se a avançar na compreensão da questão da migração, tendo como base para seu esquema, os volumes das migrações, o desenvolvimento das correntes e contra-correntes migratórias e as características dos migrantes.

As migrações são altamente seletivas, isto é, as pessoas respondem de forma diferente a uma série de fatores positivos e negativos presentes nos locais de origem e de destino. Segundo o autor, todo ato migratório está relacionado ao lugar de origem e lugar de destino, permeado por obstáculos intervenientes. Neste caso, os fatores positivos devem ser suficientemente fortes e maiores para romper a inércia natural que existe num migrante potencial. Os problemas de assimilação, as distâncias entre os lugares envolvidos, as políticas restritivas migratórias, e os encargos que pesam sobre os imigrantes, são obstáculos que aumentam e dificultam o ato de migrar.

Ravenstein e Lee foram os primeiros a lançar os alicerces para compreender a migração. Contudo, as transformações sociais, econômicas e políticas contemporâneas deram um novo significado à Migração Internacional.

A Migração Internacional possui diversas faces, entre elas, a Temporária, a Circular ou a Definitiva (AROWOLLO, 2000; CONSTANT; MASSEY, 2002; GLYSTOS, 1997; CONNELL; CONWAY, 2000; DUVAL, 2004; YAMANAKA, 1996; 2000). Definir um determinado fluxo migratório necessita de uma análise cuidadosa dos determinantes internos e externos, dos atores envolvidos e das conseqüências implícitas. Da mesma forma, pensar a natureza da Migração de Retorno, significa levar em conta estes elementos.

A teoria Neoclássica tem discutido a questão da migração de Retorno, definindo os migrantes retornados como "*Mistaken Migrants"*, isto é, como "fracassados", pessoas que possuem uma seletividade negativa em relação a salários, emprego e realização profissional no país de destino (CONSTANT; MASSEY, 2002). Partem do pressuposto de que, se os migrantes têm sucesso nestas dimensões, por que motivos eles retornariam para casa?

Na contramão, a New Economic Theory, enfatiza que os retornados são aqueles migrantes que atingiram ou obtiveram "sucesso" no exterior, isto é, os concebe como sendo aqueles que terminaram os seus projetos migratórios. Estas duas interpretações têm como pressuposto o lado econômico da migração, deixando de lado as causas políticas, sociais e culturais, que definitivamente também estão vinculadas à migração de Retorno. (CONSTANT; MASSEY, 2002).

Yamanaka (1996) baseia-se na teoria dos "Sistemas Migratórios" de Kritz; Lim e Zlotnik (1992) e Castles e Miller (1993) para compreender e analisar a migração

[2] Os setes princípios são: 1) a relação migração versus distância; 2) a migração por etapas; 3) fluxo e refluxo; 4) diferenças urbano-rurais na propensão a migrar; 5) predomínio das mulheres nas migrações de curta distância; 6) a relação tecnologia e migração; e por último, predomínio do motivo econômico.

internacional entre os países envolvidos, sob uma perspectiva micro e macro. A perspectiva que parte de uma análise micro-estrutural, dá atenção à participação dos migrantes no processo de construção de seu próprio sistema migratório, dando condições de sustentação do fluxo entre os dois países envolvidos. “O resultado é o desenvolvimento de uma extensa rede social e informacional ligando aqueles que partem e aqueles que ficam” (YAMANAKA, 1996, p.67). Ou seja, uma vez iniciado o fluxo, este não cessa com o passar do tempo e nem através de medidas políticas restritivas.

Sob a perspectiva sociológica, Sayad (2000), compreende o Retorno como elemento constitutivo de quem emigra a um outro lugar. O migrante num país desconhecido possui a clareza de sua condição de estrangeiro e de imigrante, e enquanto esta percepção se mantiver na mente do migrante e da sociedade receptora, a questão do retorno não se extinguirá, mantendo-se viva e latente no coração deste migrante.

A migração contemporânea ocorre segundo a segundo numa dinâmica sem fronteiras, transpondo obstáculos geográficos, culturais, políticos e econômicos, alterando as sociedades envolvidas e tornando-se um fenômeno social indubitavelmente complexo. A categorização dos fluxos migratórios como sendo temporária, permanente, circular e de retorno, necessita de uma cuidadosa análise dos protagonistas das histórias, tanto daqueles que a fazem, quanto daqueles que participam ativamente. A breve análise das perspectivas teóricas acerca da migração internacional deixa claro, a complexidade do fenômeno, a fragilidade de se adotar uma certa premissa econômica e a consciência de se adotar uma visão política, econômica, cultural e social para compreender a migração internacional contemporânea.

3.2. Quem são os migrantes retornados de Maringá?

Para compreender a natureza da migração de Retorno destes Dekasseguis é de suma importância analisar quem são estes migrantes e como se comportam durante o processo migratório. Analisando as características sócio-demográficas e o seu comportamento em relação ao seu país de destino e de origem, podemos inferir ou indicar que determinados grupos migrantes apresentam uma maior propensão a uma migração de Retorno, quer ela seja Definitiva, Temporária ou Circular (AROWOLLO, 2000; CONSTANT; MASSEY, 2002; GLYSTOS, 1997; CONNELL; CONWAY, 2000; DUVAL, 2004; YAMANAKA, 1996; 2001).

De acordo com o Survey realizado na cidade de Maringá em junho de 2001, cerca de 50% da população entrevistada, ou 774 maringaenses, tiveram experiência migratória internacional. Analisando este grupo de imigrantes segundo a variável condição de presença[3], observa-se algumas diferenças como pode ser verificado na **Tabela 10** abaixo.

Tabela 10
População migrante segundo condição de presença
Maringá, 2001[4].

Condição de Presença	N	%
Presente	766	49,7
Presente retornado	473	30,7
Ausentes no exterior	301	19,5
Total	**1540**	**100**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (1540), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: Domicílios onde pelos menos um integrante tem experiência migratória internacional.

[3] A variável condição de presença está dividida em duas categorias: retornado, isto é, aquele que já residiu em outro país, - mas estava no Brasil no momento da survey, e ausente, que refere-se àquele que residia no exterior na época do survey.
[4] Fusco; Hirano e Peres (2002).

A maior parte da população com experiência migratória internacional de Maringá, de um total de 774 migrantes, é de retornados, cerca de 61% do total, contra 39% que estavam ausentes no momento da pesquisa. Para se ter uma dimensão da importância que se coloca à variável condição de presença neste estudo, faremos brevemente uma referência a um outro survey realizado concomitantemente em Criciúma com destino aos EUA no mesmo período. Os dados revelaram uma situação inversa, cerca de 74% encontravam-se ausentes naquele momento, contra 26% de retornados[5].

A questão que se coloca diante destes dados é: qual a natureza desta nítida diferença em relação aos dois fluxos segundo a condição de presença?

Estes dois grandes fluxos migratórios têm seu pico migratório durante a década de 1990[6].O auge do fluxo migratório em direção ao Japão tem seu ápice a partir de 1991, logo após a Reformulação da Lei de Imigração, o que passou a permitir aos nisseis, sanseis e seus cônjuges um status de permanência de 6 meses e de 1 a 3 anos, segundo pré-requisitos de ascendência japonesa. No caso da migração com destino aos EUA, a maioria dos criciumenses emigrou e permaneceu de forma ilegal, pois ao contrário do Japão, não houve por parte do governo americano nenhuma modificação na sua lei de migração, que permitisse a entrada e permanência no país de maneira legal.

Segundo dados do *survey* (FAPESP; NEPO/UNICAMP, 2001), 87,1% dos migrantes criciumenses declararam que permanecem nos EUA de forma ilegal, já que o seu visto de entrada expira em poucos meses. Em contrapartida, 12,9% dos migrantes criciumenses afirmaram permanecer legalmente no país. No caso de Maringá, 95,0% declararam que entraram e permaneceram legalmente no país, e somente 5,0% estavam sem os vistos apropriados.

Dada estas singularidades com relação à natureza de entrada e permanência em ambos os países, questiona-se se a condição de legalidade do migrante influência, estimula ou determina o seu tempo de permanência, levando-o à uma migração temporária, circular ou definitiva.

Levando-se em consideração que o fluxo Brasil-EUA configura-se como um fenômeno migratório de natureza não documentada, os migrantes se deparam com vários obstáculos que provavelmente influenciam e ou contribuem para que a sua permanência no país após a sua chegada seja prolongada, que vão desde a retirada do visto, a obtenção do primeiro emprego, um lugar para morar, entre outros. A questão é que o migrante tem presente ao transpor estes obstáculos iniciais, ele tende a permanecer nos EUA o tempo necessário para realizar o seu objetivo, devido ao fato que nem sempre é possível realizar viagens de retorno de curto período para visitas, descansos ou fatores de outra natureza .

No caso do fluxo Brasil-Japão, os nikkeys vivenciam uma situação diretamente inversa à dos trabalhadores brasileiros nos EUA, pois podem trabalhar legalmente naquele país; há a possibilidade de renovação de visto; possuem o visto de reentrada; podem viajar rapidamente para visitas, para descanso e para cuidar da sua saúde ou da saúde alheia.

---

[5] No estudo recente sobre Migração Internacional em Governador Valadares (MG), cerca de 66,0% dos migrantes eram ausentes, contra 34,0% que se encontravam na cidade no momento do *Survey* (FUSCO, 2002).

[6] Para maiores detalhes sobre a migração de criciumenses ao exterior, ver Assis (2002).

Observando a natureza destes fluxos internacionais - de um lado, um movimento legal, e de outro, um fluxo ilegal – podemos constatar a presença de uma maior segurança na migração em direção ao Japão, que permite aos imigrantes uma maior circularidade devido aos mecanismos institucionais vigentes. Por outro lado, no caso dos criciumenses, pressupõe-se que devido às suas condições migratórias existentes, eles sejam mais vulneráveis às migrações mais longas ou definitivas.[7]

O elemento político e institucional constitui dimensões fundamentais para o entendimento diferenciado das questões dos dekasseguis. A caracterização da população migrante de retornados e ausentes, permite aprofundar as singularidades e semelhanças sócio-demográficas.

3.3. – População Migrante Dekassegui de Maringá

A seguir caracterizaremos a população migrante ressaltando as particularidades ou não do grupo de Retornados e dos Ausentes quanto à variável: Sexo, Grupo Etário, Condição na Família, Escolaridade, Conhecimento do Idioma Japonês, Estado Civil, presença de Filhos.

Os dekasseguis maringaenses apresentam uma população masculina predominante entre os migrantes retornados e ausentes com experiência migratória internacional. Aproximadamente 55,6% dos retornados são do sexo masculino, superior ao contingente feminino que corresponde a 44,2% da amostra. Os migrantes ausentes do sexo masculino correspondem a 60,0% dos casos e as mulheres, cerca de 40,0%.

A população de Retornados é heterogênea com relação a grupos etários. Apresenta uma concentração nos grupos de 20 a 39 anos, variando entre 10,0% e 13,0%, mas também com presença nos grupos de 50-54 e 60-64 anos em torno de 9,0%. É interessante notar que ao contrário dos migrantes ausentes, apresentam uma pequena população nos grupos acima de 70 anos (**Tabela 11**).

Em relação ao migrante Ausente trata-se de uma população jovem em plena idade reprodutiva econômica e socialmente, com uma predominância nos grupos etários de 20 a 40 anos como podemos observar na (**Tabela 11**).

[7] O presente autor não descarta a migração de curta duração com destino aos EUA, mas como foi dito anteriormente, as condições políticas e sociais antes e durante a migração, têm um peso sob a sua estadia.

Tabela 11
População Migrante Segundo Grupos Etários
Maringá, 2001

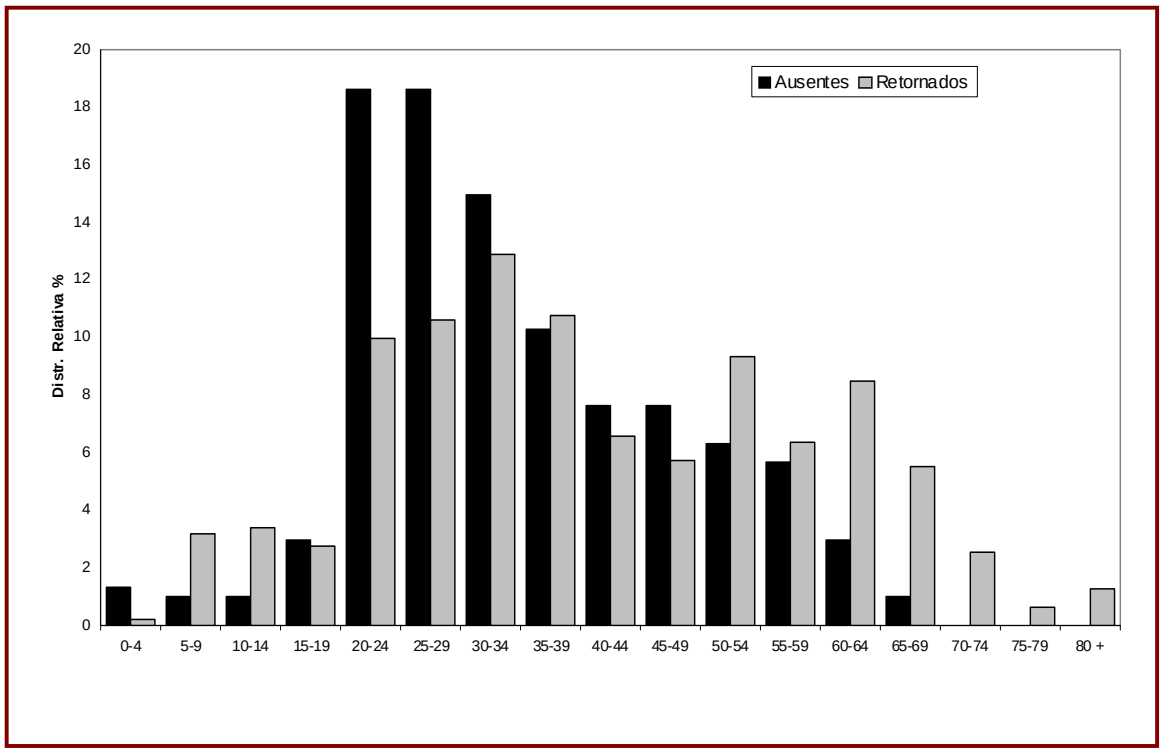
	Retornados	% acum.	Ausentes	%acum.
0-4	0,2	0,2	1,3	1,3
5-9	3,2	3,4	1,0	2,3
10-14	3,4	6,8	1,0	3,3
15-19	2,7	9,5	3,0	6,3
20-24	9,9	19,4	18,6	24,9
25-29	10,6	30,0	18,6	43,5
30-34	12,9	42,9	15,0	58,5
35-39	10,8	53,7	10,3	68,8
40-44	6,6	60,3	7,6	76,4
45-49	5,7	66,0	7,6	84,0
50-54	9,3	75,3	6,3	90,3
55-59	6,3	81,6	5,6	95,9
60-64	8,5	90,1	3,0	98,9
65-69	5,5	95,6	1,0	100,0
70-74	2,5	98,1	0,0	
75-79	0,6	98,7	0,0	
80 +	1,3	100,0	0,0	
Total	**100**		**100,0**	
Total	**473**		**301**	

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: População com experiência migratória internacional

Observando os migrantes retornados e os ausentes segundo grupos etários por sexo notam-se mais algumas características. Entre os retornados do sexo feminino constatamos que os grupos mais expressivos concentram-se entre 20 a 39 anos e no grupo de 50-54 anos enquanto que o migrante ausente feminino está mais concentrado no grupo 20 a 34 anos.

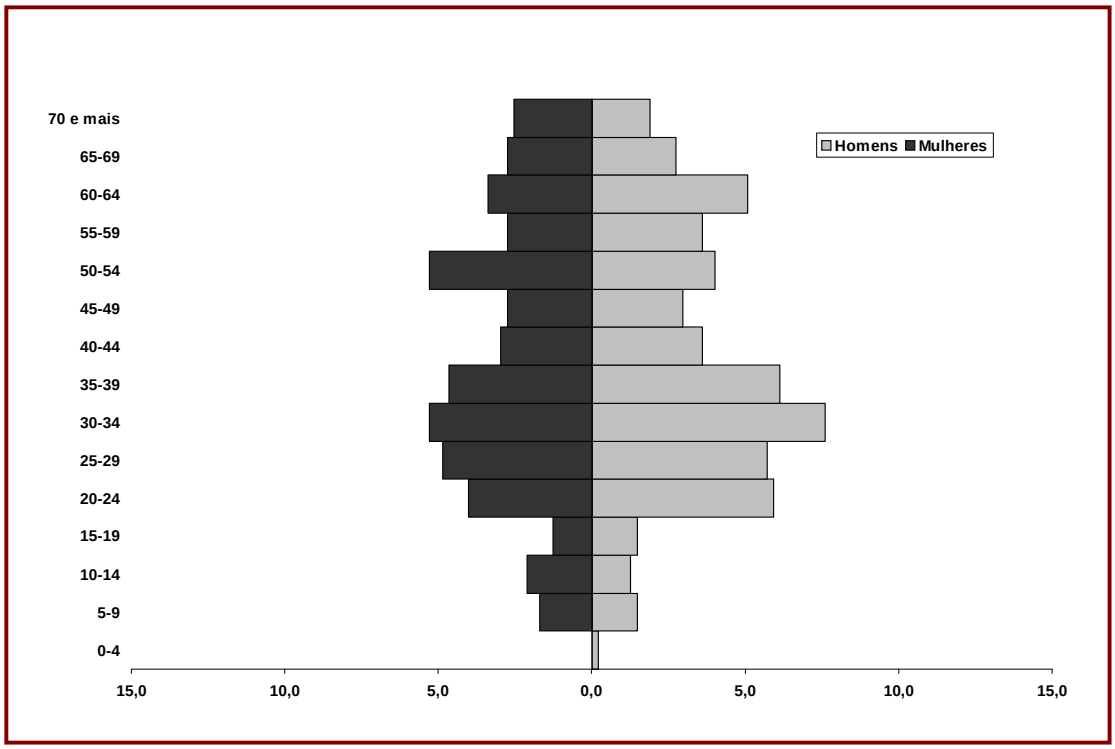
O retornado do sexo masculino está mais concentrado nas faixas etárias entre 20 a 39 anos, embora tenha uma representação no grupo de 60-64 anos. Por outro lado, o migrante ausente está presente no grupo de 20 a 59 anos, sendo que o grupo de 25 a 29 anos é o mais expressivo (**Gráfico 11**).

Gráfico 11
Migrantes Retornados e Ausentes Segundo Grupos Etários
Maringá, 2001



Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: População migrante retornada (473) e ausente (301)

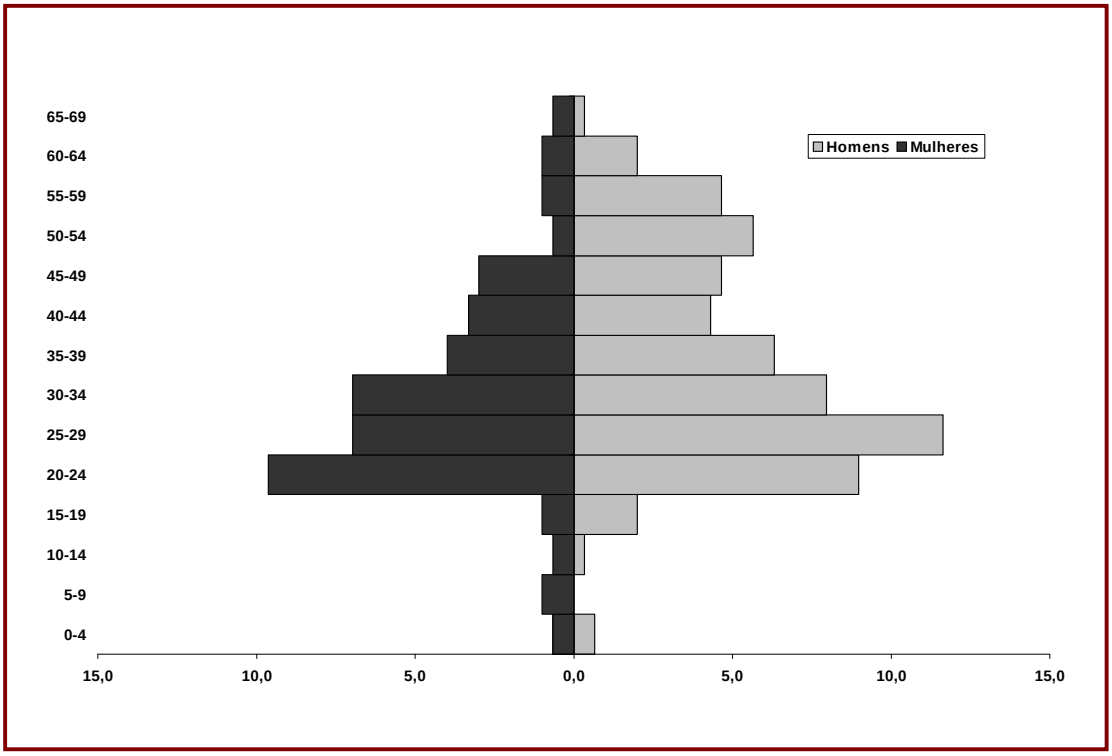
Gráfico 12
Estrutura dos Dekasseguis Retornados por Idade e Sexo
Maringá, 2001



Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (473), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: População migrante retornada

Enquanto que a estrutura etária dos retornados apresenta uma distribuição mais eqüitativa entre os sexos, observamos que entre os migrantes ausentes isso não acontece principalmente nos grupos de 50 anos e mais. Uma possível explicação pode estar relacionada a uma migração de natureza mais individual do que familiar, visto o fato que quanto maior a idade do migrante, maiores são os obstáculos a emigrar.

Gráfico 13
Estrutura dos Dekasseguis Ausentes por Idade e Sexo
Maringá, 2001



Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (301), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: População migrante ausente.

As características da população migrantes são diferenciadas segundo a sua condição na família. Os dekasseguis retornados estão divididos em três grandes grupos da seguinte forma: 34,5 % são Chefes do domicílio, 30,7% na condição de Filho/a e 23,7% são Cônjuges. Observa-se a presença de três grandes grupos migrantes, um quadro que não é encontrado no grupo dos migrantes ausentes. Neste caso, 58,8% estão na condição de Filho/a, 12,0% são Chefes e 9,0% Cônjuges (**Tabela 12**).

Pressupondo que a migração não impõe como pré-requisito a migração em unidade familiar como condição básica para migrar, estratégias no interior da família são realizadas para definir quem emigra e quem fica[8]. Os Chefes de domicílio e os Cônjuges que emigram, geralmente carregam consigo responsabilidades familiares, pois assumem a tarefa de prover a casa mesmo na sua ausência.

[8] O pré-requisito básico e essencial é ser descendente até terceira geração como foi verificado na reformulação da Lei de migração japonesa (1990). Para maiores detalhes ver Miyoshi (1993).

Tabela 12
População Migrante Segundo Condição na Família
Maringá, 2001

Condição na Família	Retornados	Ausentes
chefe	34,5	12,0
cônjuge	23,7	9,0
filho/a	30,7	58,8
avô/avó	0,2	1,3
pai/mãe	1,7	6,3
irmão/irmã	3,2	4,7
neto/a	1,9	0,7
cunhado/a	0,4	0,7
sobrinho/a	0,8	1,0
sogro/sogra	0,6	0,7
nora/genro	2,1	5,0
Total	**100,0**	**100,0**
Total	**472**	**301**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: População migrante retornada (473) e ausente (301)

Com relação à Escolaridade constatamos algumas diferenças que podem ser verificadas na **Tabela 13** abaixo. Os migrantes Retornados estão concentrados principalmente no ensino médio (ginasial completo/incompleto, colegial completo e incompleto), cerca de 70,0%, contra 47,0% dos Ausentes. Por outro lado, verifica-se que os migrantes Ausentes são os que apresentam uma maior escolaridade (Curso Superior Completo e Incompleto) cerca de 33,0% contra 23,0% dos Retornados. É possível interpretar que há uma seletividade com relação à Escolaridade na migração de retorno?

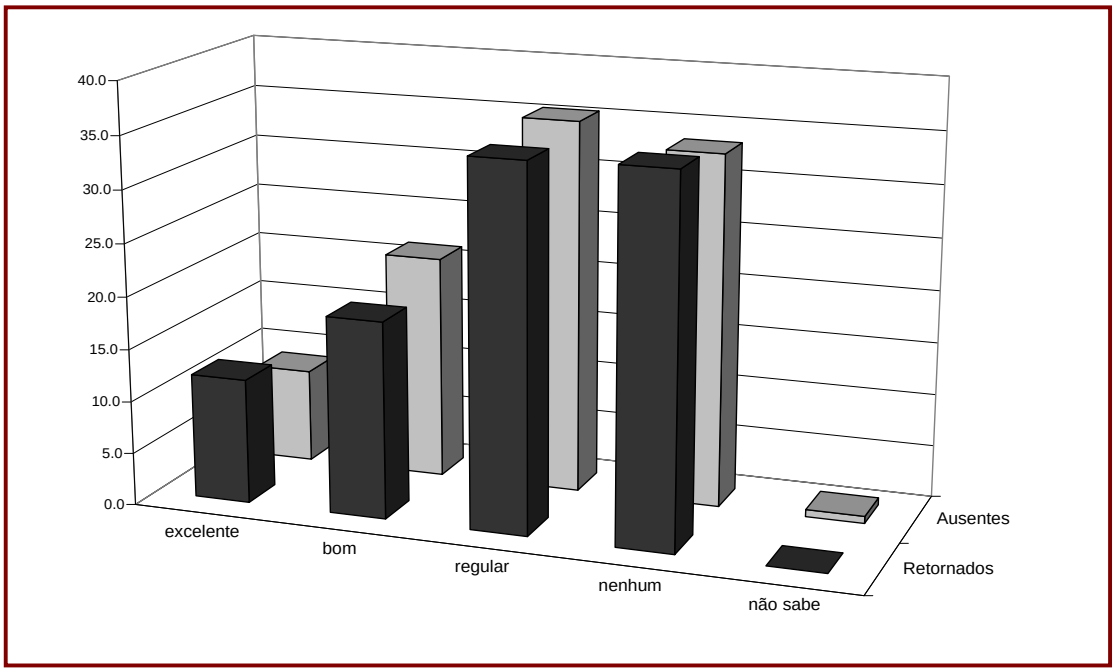
Tabela 13
Escolaridade dos Migrantes Retornados e Ausentes
Maringá, 2001

Escolaridade	Retornados	% Acum.	Ausentes	% Acum.
analfabeto	0.3	0.3	1.5	1.5
primário incompleto	1.3	1.6	8.4	9.9
primário completo	5.7	7.4	10.3	20.1
ginásio incompleto	10.1	17.5	6.6	26.8
ginásio completo	20.9	38.3	11.6	38.3
colegial incompleto	7.4	45.8	5.8	44.1
colegial completo	31.0	76.7	22.9	67.0
universitário incompleto	10.8	87.5	13.9	80.9
universitário completo	12.5	100.0	19.1	100.0
Total	**100**		**100**	
Total	**467**		**297**	

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: População migrante retornada (473) e ausente (301).

Com relação ao domínio do idioma, cerca de 70,0% dos migrantes Retornados e Ausentes declaram não ter conhecimento sobre a língua japonesa. Os 30,0% restantes afirmaram que possuíam um bom e excelente conhecimento do idioma. Embora todos sejam nikkeys, descendentes de japoneses, é bom lembrar que a grande maioria dos Dekasseguis são pessoas de segunda e terceira geração e até de quarta, que estão cada vez mais distantes da cultura japonesa, seja pelo fato da miscigenação, ou do modo de vida nos grandes centros urbanos (**Gráfico 14**).

Gráfico 14
Migrantes Retornados e Ausentes
Segundo Conhecimento da Língua do País de Destino
Maringá, 2001



Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: população migrante retornada (473) e ausente (301).

Estes migrantes, sejam eles Retornados ou Ausentes, são geralmente pessoas jovens no auge da idade produtiva e reprodutiva e muitos entrando num novo ciclo vital da vida, que é passar da vida individual (status civil solteiro) para uma vida familiar (status civil casado). Os dados da **Tabela 14** demonstram esta transformação antes e depois da migração.

Tabela 14
Estado Civil Anterior a Migração Segundo Condição de Presença
Maringá, 2001

Estado Civil antes da migração	Retornados	Ausentes
solteiro/a	43.7	54.8
casado/a / união estável	54.0	43.1
separado/a / divorciado/a / desquitado/a	1.4	1.0
viúvo/a	0.9	1.0
Total	**100.0**	**100.0**
Total	**437**	**290**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: População migrante retornada (473) e ausente (301)

Constata-se também que o grupo de separados, divorciados e viúvos aumentaram significativamente de 4,4% antes da migração entre Retornados e Ausentes para cerca de 12,2% no momento do survey. O aumento do percentual de divorciados e separados tem ocorrido devido às estadias longas e à dispersão familiar (OLIVEIRA, 1997). Com relação às uniões, observa-se que muitos migrantes estão voltando casados e casando-se no Japão, o qual os coloca numa nova fase da vida. A seguir um relato colhido sobre a desestruturação familiar, como conseqüência da migração:

> Ela e o marido foram trabalhar no Japão em 94. Permaneceram por lá durante quatro anos e voltaram ao Brasil. Grávida, ela queria ter o filho na companhia da família. A criança nasceu há cinco anos. Em 99, o marido retornou ao Japão. Ele foi porque não tinha emprego por aqui. Prometeu que voltaria em um ano. Passou um, dois, três anos e nada. Foi então que decidiu pedir o divórcio, homologado em 2002, depois de 8 anos de casamento (JORNAL NIPO BRASIL, 2002 p.5A).

Tabela 15
Estado Civil Atual do Migrante Segundo Condição de Presença
Maringá, 2001

Estado Civil atual do migrante	Retornados	Ausentes
solteiro/a	28.1	37.6
casado/a / união estável	65.9	55.9
separado/a / divorciado/a / desquitado/a	3.2	3.8
viúvo/a	2.7	2.4
Amasiada	0.0	0.3
Total	**100.0**	**100.0**
Total	**437**	**290**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: População migrante retornada (473) e ausente (301).

Observa-se que em ambos os grupos de migrantes, houve uma redução significativa entre aqueles que declaram estar solteiro no momento anterior à migração, comparando a sua atual situação no momento do *survey*. A solidão que acompanha muitas vezes o migrante solteiro, estimula a procura de parceiros para diminuir esta carência, ao mesmo tempo, que muitos ao encontrarem um par, desejam constituir famílias no país de destino, como uma forma de minimizar as saudades dos familiares que permaneçam no país de origem, que por sua vez altera objetivos iniciais da migração quando foram pensados individualmente.

Sasaki (2000, p.41), ao comentar sobre o ciclo de vida familiar dos migrantes relata a situação colhida em seus depoimentos:

> Na pesquisa de campo, tivemos 2 casais de entrevistados que se conheceram no Japão, trabalhando na mesma fábrica ou por terem amigos (brasileiros) em comum. Até se conhecerem e decidirem se casar, não tinham finalidades definidas para o dinheiro obtido no Japão. **A partir do momento que resolveram se unir, o destino desse montante ganhou novas feições: casar, comprar e montar uma casa no Brasil.** (Grifo nosso)

É importante observar que a partir do momento que a condição individual dos migrantes se modifica, novos projetos foram pensados e lançados no projeto migratório. Tal fato a priori, contribui para estender o tempo de permanência do casal de migrantes, postergando o retorno - concebido como o projeto final da migração - embora ele possa ser alterado por outros eventos inesperados como por exemplo: a demissão do emprego, a chegada de um bebê etc.

O grupo de migrantes que partira do Brasil na condição de casados ou união estável, corresponde à metade dos casos entre os retornados (54,0%) e 43,0% dos ausentes no momento anterior a migração. Uma parcela significativa destes migrantes possuía filhos que

acompanharam os pais na migração ou ficaram sob a responsabilidade de algum parente. Aproximadamente 2/3 dos retornados disseram ter filhos e a metade dos migrantes ausentes também confirmaram a presença deles, como podemos observar na **Tabela 16**.

Tabela 16
Presença de Filhos Segundo Condição de Presença
Maringá, 2001

O migrante tem filhos	Retornados	Ausentes
não	32,3	49,3
sim	67,7	50,7
Total	**100**	**100,0**
Total	**436**	**290,0**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: População migrante retornada (473) e ausente (301)

A presença de filhos é um importante fator no comportamento do migrante quando este deixa para trás aqueles, pois embora os pais estejam ausentes fisicamente, as responsabilidades familiares permanecem mesmo a longas distâncias, seja na forma de contatos diários, remessas, decisões, etc.

A manutenção de laços fortes com o seu país de origem pode estimular, contribuir e direcionar a expectativa de permanência do migrante no país de destino, bem como o número de viagens que ele faz ao longo do processo até um possível retorno definitivo. Nas **Tabelas (17 e 18)** seguintes foram coletados dados do *survey* a respeito das variáveis Total de Viagens ao Exterior e Total de Permanência no Exterior segundo os migrantes retornados e ausentes.

Tabela 17
Total de Viagens ao Exterior Segundo Condição de Presença
Maringá, 2001

Total de viagens ao exterior	Retornados	Ausentes
0	0,2	0,0
1	68,6	47,2
2	18,3	27,2
3	9,4	16,2
4	2,3	7,2
5	0,9	1,4
6	0,2	0,3
7	0,0	0,3
Total	**100,0**	**100,0**
Total	**437**	**290**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: População migrante retornada (473) e ausente (301).

Aproximadamente 87,0% dos migrantes retornados e 75,0% dos migrantes ausentes fizeram no máximo duas viagens ao Japão, sendo que em ambos os grupos, a realização de uma única viagem é a predominante. Com relação ao total de anos no exterior, constata-se que os grupos de migrantes comportam-se de maneira diferente.

Nota-se que 60,0% dos retornados permaneceram 3 anos no Japão, em contrapartida 34,6% dos ausentes já estavam no Japão há três anos. Poderíamos supor que os migrantes ausentes tenham entrando no fluxo mais tarde do que os migrantes retornados, mas os dados do *survey* contradizem como podemos observar no **Gráfico 15** do tópico seguinte.

Tabela 18
Total de Permanência no Exterior Segundo Condição de Presença
Maringá, 2001

Total de permanencia no exterior	Retornados	% acum.	Ausentes	% acum.
menos de 1 ano	5,3	5,3	5,4	5,4
1	19,3	24,6	11,9	17,3
2	17,9	42,5	7,6	24,9
3	16,7	59,2	9,7	34,6
4	11,4	70,5	9,4	44,0
5	8,8	79,4	4,3	48,4
6	7,0	86,3	7,2	55,6
7	4,9	91,2	9,4	65,0
8	4,2	95,4	5,8	70,7
9	1,4	96,8	11,2	81,9
10	1,2	97,9	7,2	89,2
11	0,7	98,6	7,6	96,7
12	0,2	98,8	2,9	99,6
14	0,2	99,1	0,4	100,0
16	0,7	99,8	0,0	
21	0,2	100,0	0,0	
Total	**100**		**100**	
Total	**431**		**277**	

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: população migrante retornada (473) e ausente (301)

O interessante a observar é a utilização das redes sociais quando os migrantes reemigram novamente para o Japão após umas "férias" no Brasil ou após um pequeno período de permanência tentando se reintegrar à sociedade brasileira, mas que não se concretiza por motivos econômicos e sociais. Sasaki (2000, p.108) relata a situação das agências de turismo, as grandes intermediadoras dos Dekasseguis no início do fluxo, reclamando do declínio do número de nipo-brasileiros que procuram os seus serviços. A explicação dada por um proprietário foi a seguinte:

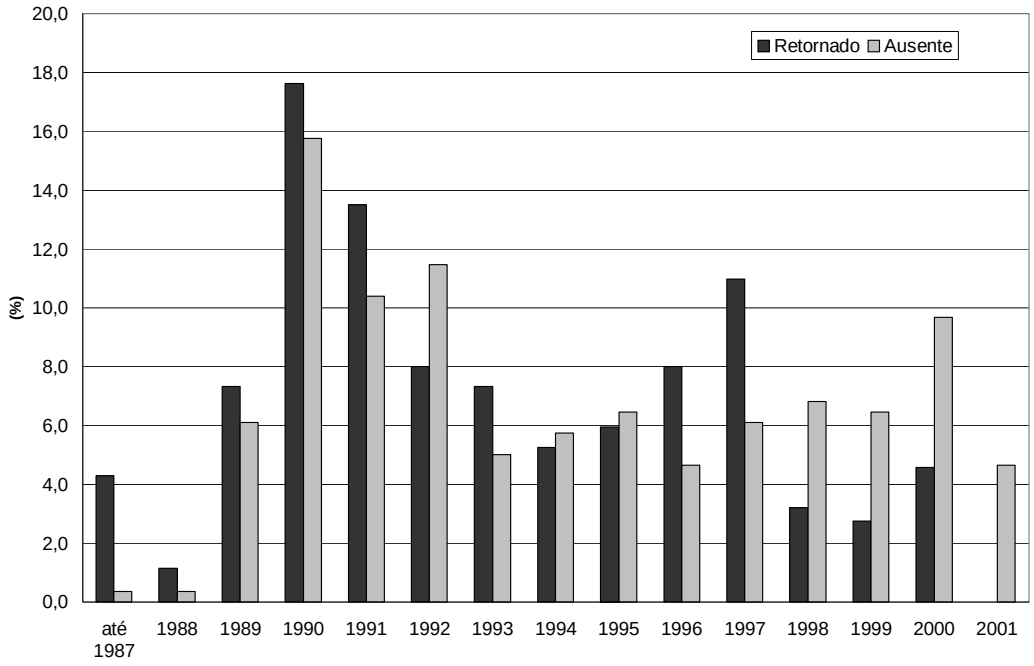
> Acredito que muitos dekasseguis estão indo diretamente sem consultar as agências, além do fato do número de ofertas de empregos no Japão ter caído, dos salários terem sofrido uma redução significativa, das exigências cada vez maiores na candidatura de uma vaga e não podemos esquecer da diminuição e até mesmo a falta de horas extras, a principal fonte de poupanças destes migrantes.

3.4. – Viagem ao exterior

Analisaremos a seguir algumas características em relação ao processo migratório destacando as seguintes variáveis: ano de viagem, motivos da migração, com quem migrou, se migrou através de agências de recrutamento, como obteve recursos financeiros para a primeira viagem, ajuda para hospedagem e para o primeiro emprego. Tal análise permitirá compreender os primeiros passos da migração, seus atores principais e secundários, bem como, outras particularidades do 'fenômeno' dekassegui.

Os Dekasseguis deixaram o Brasil principalmente no começo da década de 1990, logo após a reformulação da Lei de Imigração, cujo auge migratório ocorre a partir de 1990 como podemos confirmar no **Gráfico 15**.

GRÁFICO 15
ANO DA PRIMEIRA VIAGEM AO EXTERIOR SEGUNDO CONDIÇÃO DE PRESENÇA
MARINGÁ, 2001



Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: População migrante retornada (473) e ausente (301).

Os principais motivos responsáveis pela migração dos Nikkeys ao Japão, coletados no *survey* foram econômicos e familiares. Cerca de 85,4% do Retornados declaram terem emigrado por motivos econômicos e para trabalhar e 13,5% para unir-se e acompanhar familiares. Entre os Ausentes, aproximadamente 95,2% emigraram em busca de uma maior renda e apenas 4,8% por motivos familiares. Além destes dois fatores, existe um outro condicionante que se trata do aspecto cultural[9]. Alguns migrantes foram em busca de suas raízes para encontrar o país imaginário que cresceram ouvindo desde a tenra idade. Outros por motivos aventureiros e até aqueles que emigraram sem motivo definido.

Outros fatores além dos descritos acima foram relatados. Constatou-se que quase a metade dos migrantes Retornados e Ausentes visa adquirir bens de consumo e melhorar o seu padrão de vida, cerca de 42,3% e 46,5% respectivamente. A questão econômica do país foi outro fator que influenciou estes nikkeys a emigrarem, 18,0% entre Retornados e 28,7% do ausentes levaram este problema.

Como dito anteriormente, o grupo dos dekasseguis é bem heterogêneo com relação a quem emigra e com quem emigra. Por não se tratar de uma migração que prioriza a unidade familiar como pré-requisito, a estrutura das unidades da migração é diversa como podemos verificar na **Tabela 19**.

Tabela 19
Migrantes Retornados e Ausentes Segundo Acompanhante na Primeira Viagem ao Japão
Maringá, 2001

Com quem migrou	Retornados	Ausentes
Viajou sozinho	29,3	39,2
Viajou com parentes	70,7	60,8
Total	**100,0**	**100,0**
Total	**437**	**288**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: População migrante retornada (473) e ausente (301)

[9] Para maiores detalhes ver Oliveira (1997); Sasaki (2000).

Embora a migração seja legitimada institucionalmente há quem prefira migrar sozinho, seja pelo fato da idade ou pelo seu ciclo vital. Contudo, observamos que 2/3 dos Retornados emigraram em companhia de parentes e 3/5 dos Ausentes atravessaram o oceano na mesma condição.

Neste projeto migratório surgem alguns problemas e riscos que envolvem o migrante. Deste modo, este procura informações a respeito do país, do trabalho, do dia-a-dia e da sociedade, acionando as suas redes sociais no Brasil e no Japão. As redes sociais são um conjunto de laços interpessoais que conectam migrantes e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, através dos vínculos de parentesco, amizade e com a comunidade de origem (BOYD, 1989, p.639; TILLY, 1990, p.84).

A migração de longa distância indubitavelmente envolve riscos com relação à segurança pessoal, conforto, renda e possibilidade de socialização. A confiança existente em relação às redes de informações interpessoais exerce a função de minimizar os riscos iniciais (TILLY, 1990). Por outro lado, Sasaki (2000) nos alerta para o fato de que, impelidos pelas redes sociais, os migrantes potenciais podem se concentrar em poucas localidades, suprimindo outros destinos economicamente disponíveis. A seguir um trecho do uso de redes sociais entre os Dekasseguis:

> Eu já tenho primos, irmãos, tios que estão lá no Japão. Isso facilitou a ida ao Japão, porque inclusive os meus filhos já foram com serviço arrumado para lá... Através do meu primo casado que já está lá, foram ele, a mulher e os filhos para lá. A gente fez contato por telefone e ele arrumou serviço para o meu filho, meu sobrinho e para o colega...ela (esposa do primo dele) falou para mim: Ô Satoshi, não quer mandar o Felipe para o Japão, eu falo com o Marcos (primo) para arrumar serviço lá. Aí num prazo de uma semana, ele (Felipe) resolveu ir (SASAKI, 2000, p.59).

Se por um lado pessoas migram sozinhas, por outro lado as decisões do projeto migratório são tomadas coletivamente no seio dos domicílios. A perspectiva de Boyd (1989) sobre unidades domésticas no processo migratório é importante para nossa análise, pois inclui as famílias – pessoas ligadas pelo sangue, casamento ou adoção - e os domicílios – presença de membros não-familiares -, que são diferentes. Para a autora, a unidade doméstica representa quatro significados: 1) uma **unidade de sustento**, que tem suas próprias características estruturais que condicionam a propensão a migrar e o padrão da migração, sendo que este é influenciado pelos níveis de recursos, a estrutura etária e sexual da família e/ou domicílio e o estágio do ciclo de vida da família; 2) **agentes socializadores**, na qual as famílias transmitem as normas e os valores culturais que influenciam quem migrar e por que, mais o significado da migração e a manutenção das obrigações familiares ao longo do tempo e do espaço; 3) as famílias representam um **grupo social geograficamente disperso**, que criam redes de parentesco que existem ao longo do espaço e que são condutores de informação e assistência; 4) **unidades migratórias**, que aumentam as possibilidades de enviar outros membros para o país de destino, uma vez que alguém da família ou a família inteira migra (BOYD, 1989, p.642-643).

A presença das redes sociais no fenômeno Dekassegui é importante como afirma Sasaki:

> A atuação das redes sociais – invisíveis aos olhos, mas tão presentes – já pode ser sentida quando o individuo começa a considerar a possibilidade de migrar para o exterior. Para isso, existe uma série de fatores que levam um Dekassegui em potencial a se efetivar como tal, a começar pelas redes sociais do país de origem no caso do Brasil (2000, p.60).

Além destes mecanismos sociais utilizados através dos indivíduos, das famílias e dos amigos, Tilly (1990, p.84), evidencia a presença de outros atores envolvidos no processo migratório, que são os agentes intermediários, representados por agências de recrutamento, agências de turismo, centros de informação e orientação aos migrantes em potencial.

No caso Dekassegui a utilização de agências de recrutamento[10] foi utilizada por quase 2/3 dos migrantes Retornados e Ausentes como podemos verificar na **Tabela 20** a seguir.

[10] Para maiores detalhes sobre o desenvolvimento das agencies de recrutamento ver Higuchi (2001).

TABELA 20
UTILIZAÇÃO DE AGÊNCIA DE RECRUTAMENTO NA PRIMEIRA VIAGEM AO EXTERIOR SEGUNDO CONDIÇÃO DE PRESENÇA MARINGÁ, 2001

Migrou através de agência de recrutamento	Retornados	Ausentes
sim	67.3	76.2
não	32.7	23.8
Total	**100.0**	**100.0**
Total	**419**	**277**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: População migrante retornada (473) e ausente (301).

As agências de recrutamento tornaram-se as principais intermediárias que auxiliam e providenciam os aspectos burocráticos e empregatícios para poder embarcar ao Japão.

Segundo Sasaki (2000), muitas vezes as próprias agências de turismo que em geral, mantém fortes vínculos com a colônia nipo-brasileira, cumpriam este papel intermediário de agenciamento e recrutamento de mão-de-obra.

Constitui-se o ponto de partida do sonho de muitos migrantes, entretanto existem agências intermediárias e empreiteiras inescrupulosas, que exploram os Dekasseguis de diversas formas: passagens aéreas, documentos como Kôsseki Tôhon (Certidão de Registro da Família no Japão), moradia, visto no consulado, etc. O relato colhido por Sasaki, descreve a prática:

> Aqui [no Brasil] a proposta de serviço foi uma e o ganho também. E chegando lá [no Japão] foi outra, totalmente diferente... A promessa era muito grande. Fábricas boas, com alojamento, sendo que 80% eram tudo mentira... passagem, eu paguei o dobro do valor. Não tem como se defender (2000, p.62).

Outro fato importante e corrente entre os recém-chegados Dekassseguis era a apreensão do passaporte e documentos pessoais, uma prática utilizada pelas empreiteiras como garantia e segurança que os migrantes quitariam a dívida contraída no financiamento das passagens aéreas pelas agências intermediárias.

A prática freqüente destas atividades ilegais chamou a atenção dos estudiosos e líderes da comunidade nipo-brasileira preocupados com as condições dos seus compatriotas. Em 1991, foi realizado o Simpósio sobre o Fenômeno chamado Dekassegui, na Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa em São Paulo, onde estavam presentes membros consulares, jurídicos, governamentais, estudiosos do tema e líderes da comunidade nipo-brasileira para analisar e discutir o fluxo migratório (SASAKI, 2000). Em outubro de 1992, criou-se o

CIATE[11] (Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior"), entidade ligada ao Ministério do Trabalho Japonês, em São Paulo, junto à Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, como o objetivo de prestar serviços de informações, orientações e apoio ao candidato Dekassegui, acerca das condições de vida e de trabalho no Japão.

Ninomiya (1992, p.246), relata uma das conclusões do Simpósio que deu origem ao CIATE:

> recomenda-se a criação no Brasil de um centro de informação e orientação, sob os auspícios de pessoas e entidades representativas do segmento da sociedade brasileira conhecida por comunidade nipo-brasileira, para evitar que compatriotas sejam vitimas de aliciamentos fraudulentos e de promessas falaciosas e para possibilitar o prévio conhecimento por eles dos direitos assegurados pela legislação japonesa, das dificuldades decorrentes de djferenças culturais, sociais, de clima, de modo de viver e de pensar, e outras mais.

Estas Agências Intermediárias foram as principais protagonistas e precursoras deste fenômeno[12] migratório, estando presente também em outras esferas importantes da migração como por exemplo: de quem obteve recursos financeiros para realizar a viagem, quem auxiliou na hospedagem e quem forneceu o primeiro emprego no Japão. Na tabela 21 observamos o comportamento dos migrantes retornados e ausentes com relação a estas variáveis.

TABELA 21
FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS, HOSPEDAGEM E EMPREGO EM SUA PRIMEIRA VIAGEM AO EXTERIOR, SEGUNDO CONDIÇÃO DE PRESENÇA
MARINGÁ, 2001

Fontes	Recuros Financeiros		Hospedagem		Emprego	
	Retornado	Ausente	Retornado	Ausente	Retornado	Ausente
Próprios	25,9	18,1	4,8	7,3	3,8	6,2
Parentes	17,6	16,4	25,0	18,1	16,3	13,0
Amigo/a	-	-	1,1	2,1	3,1	3,3
Ag. Recrutamento	51,9	64,1	59,3	70,7	69,5	74,6
Outros	4,6	1,4	9,8	1,8	7,3	2,9
Total %	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Total	**437**	**287**	**440**	**287**	**392**	**276**

Fonte: Fusco; Hirano e Peres (2002)
Nota: População migrante retornada (473) e ausente (301)

[11] Maiores detalhes sobre outros centros de informações ver Sasaki (2000).

[12] Na migração de criciumenses em direção aos EUA a figura destas agências intermediárias é quase invisível, apenas 6,2% recorreram à sua ajuda na primeira viagem ao exterior. Para maiores detalhes ver Fusco; Hirano e Peres (2002).

O migrante ao declarar quem forneceu os recursos financeiros, ajuda ao primeiro emprego e a hospedagem, acaba revelando uma teia de relações que liga a sociedade de origem e de destino, que sustenta e dinamiza os fluxos migratórios, representados pelas redes sociais de parentes, amigos, agências de recrutamento ou por outras vias.

Com relação a variável utilização e disponibilizarão de recursos financeiros, a amostra não registrou a presença de amigo/a que auxiliaram o migrante tanto retornado quanto ausente. O que se constata é a o predomínio das agências de recrutamento em todas esferas de alocação do migrante no Japão, um quadro diferente quando se compara com o fluxo de migrantes brasileiros com destino aos EUA[13].

A principal explicação da maior utilização das redes familiares e de amigo na migração aos EUA reside na natureza do fluxo, que se configura em sua imensa maioria como uma migração ilegal, sem nenhum aparo da legislação americana; muito diferente do fenômeno Dekassegui que obteve um status para poder transitar "livremente" entre os dois países. Sobre a utilização das redes sociais em contrapeso à utilização das Agências de recrutamento, Fusco; Hirano e Peres (2002, p.19) dizem:

> uma outra característica das redes sociais é a forma como se dá o auxílio. Não necessariamente a ajuda para hospedagem é direta: se um parente fornece ajudar, ele pode hospedar o migrante em sua própria residência ou ainda fornecer informações ou indicação de possíveis locais. O mesmo ocorre para a ajuda na obtenção do primeiro emprego. Essa troca de preciosas informações é fundamental para aqueles que se encontram na situação de clandestino em outro país sem conhecimento prévio do idioma.

3.5. – Laços que resistem à Migração

No projeto migratório nem sempre todos os membros de uma família emigram juntos ao país de destino a não ser em casos em que exista uma explícita política migratória familiar. O caso dos Dekasseguis não se encontra neste caso, o que nos permite supor a dispersão familiar e a manutenção dos laços com aqueles que permaneceram no Brasil.

Existem três variáveis no *Survey* que indicam que o contato e as responsabilidades familiares se mantiveram mesmo na ausência dos migrantes que detinham a condição de chefe do domicílio: a principal forma de contato do migrante, a realização de remessas financeiras e por último, a pessoa responsável pela administração das mesmas.

A principal forma de contato com o Brasil acontece pela via telefônica, aproximadamente 83, 5% e 90,0% dos migrantes retornados e ausentes respectivamente. Duas outras formas de contato consistem na correspondência de cartas ou pela internet. O uso maior do telefone ocorre principalmente pela facilidade e maior disponibilidade dos meios de comunicação (**Tabela 22**). Pressupõe-se que o uso da internet se intensifique à

[13] Para maiores detalhes sobre a utilização de redes sociais na migração em direção aos EUA ver (SALES, 1999; FUSCO, 2002; ASSIS, 2002; FUSCO; HIRANO; PERES, 2000).

medida que o acesso a novos programas computacionais – cujos preços das ligações são muito baixos – que permitam falar com pessoas que estejam morando em outros países, se popularizem entre os Dekasseguis.

Tabela 22
Principal Forma de Contato Segundo Condição de Presença, Maringá, 2001

Principal forma de contato com o Brasil	Retornados	Ausentes
nenhum	2,3	0,0
correspondência	12,1	5,5
telefone	83,5	89,7
internet	0,2	4,8
outros	1,8	0,0
Total	**100,0**	**100,0**
Total	**437**	**290**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp 2001
Nota: População migrante retornada (473) e ausente (301)

A questão das remessas é relevante[14], pois exercem de um lado, um papel fundamental na economia brasileira, e de outro, em prover os familiares que permaneceram no Brasil das necessidades básicas como: moradia, alimentação, transporte, etc. Segundo Relatório Anual realizado pela The World Bank (2003), estima-se que US$72.3 bilhões foram enviados aos países em desenvolvimento em 2001. Deste montante, cerca de US$25 bilhões foram enviados à América Latina com destino ao México, Brasil, Republica Dominicana, El Salvador, Equador, Peru, Colômbia, Jamaica, Guatemala e Honduras (IOM, 2004).

Este montante poupado pelos migrantes brasileiros que vivem principalmente no Japão, EUA e Europa, tem contribuído para equilibrar as contas de pagamento do Brasil. Segundo Klagsbrunn (1997, p.14) *apud* Sasaki (2000), a emigração vai se consolidando como a mais importante fonte individual de divisas de nossa pauta de 'exportações'. Estima-se que aproximadamente 4 bilhões de dólares são **enviados** anualmente ao Brasil, transferidas pelas instituições bancárias como Banco do Brasil, Banespa e o Banco América do Sul (SASAKI, 2000, p.75).

Além das vias oficiais de transferências das poupanças destes Dekasseguis, caminhos extra-oficiais como entidades particulares, agências de turismo e o próprio Dekassegui, foram criados a fim de evitar as taxas e juros cobrados pelas instituições financeiras de fugir do imposto de renda brasileiro. Entretanto, nem todas as economias e salário são enviados ao Brasil, parte é consumida no próprio Japão na compra de bens duráveis ou investindo em pequenos negócios "*de* dekassegui *para* dekassegui no Japão (SASAKI, 2000, p.78).

[14] Apesar dos aspectos econômicos não serem suficientes para compreendermos a dinâmica migratória dos Dekasseguis, não se pode ignorá-las, pois o ganho salarial é levado em conta na decisão de migrar (SASAKI, 2000).

Ferreira (2003) realiza uma discussão acerca da questão do espaço do consumo destes dekasseguis no Japão, em sintonia com o espaço do trabalho. O espaço do consumo é aquele que atrai, molda, produz e reproduz o migrante dekassegui, e é através do trabalho que ele se materializa, se concretiza, através da aquisição de bens duráveis e não duráveis. O automóvel é o bem mais desejado entres os dekasseguis, principalmente entre os jovens que adoram os carros esportivos. Segundo o relato de um dekassegui de 23 anos, "*ficou mais difícil economizar e, às vezes, me arrependo de ter comprado um carro tão caro. Mas vejo que ele impressiona e sei que valeu a pena*" apud Ferreira (2003, p.6). Estes dekasseguis que têm gastado boa parte dos salários no próprio Japão, assumem não somente a posição de trabalhador, de migrante, mas também a de consumidor.

O migrante retornado e ausente realizava regularmente remessas ao Brasil, destacando a sua principal finalidade (**Ver Tabela 9, Parte 2**). Como dito anteriormente, sobre a dispersão familiar como principal conseqüência da migração, e a manutenção das responsabilidades familiares, registrou-se que 37,5% e 43,4% dos migrantes retornados e ausentes, respectivamente, remetiam com esse objetivo. Um dado muito importante refere-se à questão de investimentos no seu país de origem, o que nos obriga a refletir que aquele que investe no seu país de origem tem projeto de retorno.

Poderíamos supor que aquele que não remete as suas economias e ganhos para o Brasil estejam investindo no Japão? Não há como negar tal realidade, mas é preciso ter cautela ao afirmar tal conclusão, pois muitas vezes alguns migrantes guardam as suas economias nos bancos brasileiros (filiais) e japoneses por motivo de segurança. Segundo Sasaki (2000, p.78):

> Um dos destinos desse dinheiro é a aplicação em dólar ou iene no próprio Japão, sem contar os cerca de 1,5 bilhão de dólares que os dekasseguis rendem ao Japão em impostos segundo Yokota. Além disso, o consumo de bens duráveis – como carros, objetos eletrônicos e motocicletas – no próprio Japão vem drenando parte da poupança dos dekasseguis principalmente dos mais jovens.

Outra possível hipótese explicativa pode estar relacionada à condição do migrante na família e seu comportamento no processo migratório, o qual analisaremos mais adiante detalhadamente. Podemos pensar também que uma parcela destes migrantes que não remetem, guardam as suas economias e o fazem por quererem administrá-las e aplicá-las quando retornar ao Brasil. Na pesquisa de campo foi questionado àqueles que remetem sobre a pessoa responsável pela administração do dinheiro. Os dados na **Tabela 23** evidenciam a presença de parentes como os principais canais desta relação.

Tabela 23

Principal Responsável pela Administração das Remessas Financeiras Segundo Condição de Presença

Maringá, 2001

Quem administra o dinheiro no Brasil	Retornados	Ausentes
o próprio migrante	7,8	2,9
parentes	92,2	97,1
Total	**100,0**	**100,0**
Total	**244**	**170**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: População migrante retornada (473) e ausente (301).

A participação da imensa maioria de parentes - acima de 90,0% em ambos os grupos migrantes - na administração das remessas era de se esperar, visto o fato que, a ausência física e a enorme distância entre o Brasil e o Japão torna-se um enorme obstáculo para gerenciar e supervisionar. Existe o fato que após um certo período de ausência do migrante de seu país de origem, este perde relativamente a noção e a realidade do que se passa com a economia e política do seu país, bem como, onde investir e aplicar as poupanças. Por este motivo, são delegadas aos os pais, aos cônjuges e outros parentes esta tarefa, além de fornecer informações sobre possíveis nichos de investimentos e aplicações. Isso, porém, não significa que a decisão é unilateral, ela é discutida, pensada e compartilhada com migrante.

Estas três variáveis acima descritas tinham o objetivo de demonstrar que os laços rompidos fisicamente pela migração se mantém, seja através dos diversos modos de contatos, através das remessas e do compartilhamento das decisões e de administração das mesmas. Podemos conferir que não houve uma ruptura total de uma grande parte destes migrantes, o que nos leva a pensar neste caso, de uma migração não definitiva, mas de uma migração com características que possam indicar uma migração de retorno ou circular baseando-se no seu comportamento.

A seguir analisaremos os três grandes grupos (Chefe, Cônjuges e Filho/a(s) detalhadamente com o objetivo de observar os seus comportamentos durante o processo migratório, isto é, será que os maiores grupos envolvidos no processo migratório se comportam da mesma forma.

3.6. – Chefe, Cônjuges e Filho/a Dekasseguis

Quais as características sócio-demográficas do Chefe de Domicílio, do Cônjuge e do Filho/a migrante – Retornado e Ausente – Dekassegui de Maringá? Existe alguma particularidade entres estes grupos e no interior dos mesmos?

Os migrantes Dekasseguis de Maringá são em sua maioria jovens e adultos, em plena idade produtiva e reprodutiva, com suas particularidades (**Tabela 24**). Os chefes de domicílio retornados estão concentrados nos grupos etários acima de 25-29 anos, sendo que eles se distribuem até os grupos mais velhos, acima de 65 anos. Os chefes ausentes estão distribuídos a partir dos grupos etários acima de 30-34 anos, tendo uma pouca representação nos grupos mais velhos. Provavelmente as pessoas acima destes grupos emigraram para acompanhar a família e exercer funções domiciliares no país de origem, como cuidar dos netos, etc, uma vez que, a idade destes torna-se um enorme obstáculo para exercer os trabalhos de natureza 5ks[15].

Os cônjuges retornados apresentam uma distribuição etária um pouco semelhante no que diz respeito a sua distribuição pelos grupos etários, porém tendo uma presença a partir dos grupos de 15-19 anos. Observa-se também a presença de cônjuges nos grupos de idades mais avançadas, característica não visível no grupo de cônjuges ausentes. Os cônjuges ausentes concentram-se nas faixas etárias a partir de 25 anos, até a idade de 65 anos.

[15] Encontram-se em anexo as tabelas que se referem às principais atividades que os migrantes chefes, cônjuges e filho/a (s) realizavam antes da emigração e também, a primeira ocupação no exterior.

Tabela 24

Grupos de Idade Segundo Condição no Domicílio por Condição de Presença Maringá, 2001

Grupos de Idade	Chefe de Domicílio		Conjugê		Filho/a	
	Retornado	Ausente	Retornado	Ausente	Retornado	Ausente
0-4	-	-	-	-	6,2	0,6
5-9	-	-	-	-	-	-
10-14	-	-	-	-	9,7	-
15-19	-	-	0,9	-	6,2	2,3
20-24	-	-	2,7	-	27,6	25,4
25-29	7,4	-	7,1	7,4	16,6	27,1
30-34	11,1	11,1	14,3	-	13,1	19,2
35-39	9,9	8,3	10,7	14,8	13,8	9,6
40-44	9,3	11,1	4,5	7,4	4,8	6,2
45-49	7,4	16,7	9,8	25,9	2,1	4,5
50-54	16,0	19,4	14,3	11,1	-	4
55-59	9,9	22,2	9,8	14,8	-	1,1
60-64	14,8	5,6	12,5	18,5	-	-
65-69	8,0	5,6	8,9	-	-	-
70-74	3,7	-	4,5	-	-	-
75-79	1,9	-	-	-	-	-
80 +	0,6	-	-	-	-	-
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Total	**162**	**36**	**112**	**27**	**145**	**177**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177)

O último grupo, o de filho/a migrante retornado e ausente encontramos dekasseguis crianças que nasceram durante o projeto migratório de seus pais migrantes. Observarmos também a presença de adolescentes que provavelmente tenham emigrado juntos com seus pais, mas que não constituem uma mão-de-obra produtiva devido ao fato que é proibido trabalhar até os 18 anos. O principal problema com relação a este grupo jovem, é que uma parcela ao ir numa idade já "avançada", não consegue se acostumar ou acompanhar o sistema escolar que é diferente e obrigatório a todos. Muitos acabam deixando a vida escolar, e como não podem trabalhar devido a idade, acabam causando problemas aos pais e a sociedade de origem, através da formação de gangues, pequenos furtos, brigas etc. Os dados sobre os filho/a (s) indicam que a imensa maioria são provenientes da terceira e até quarta geração por estarem concentrados nos grupos até 40 anos. De uma maneira geral,

estes grupos indicam que estes migrantes vivenciam ciclos de vida diferentes como veremos a seguir.

O estado civil de um migrante antes, durante e depois da migração tem uma enorme probabilidade de sobre mudanças dependendo do grupo analisado (**Tabela 25)**. Geralmente o grupo de solteiros diminui com o tempo, visto o fato que aqueles que emigraram sozinhos, tem uma enorme probabilidade de constituir uma família no país de destino, seja para espantar a solidão, por afinidades e por ser objetivo de alguns. Se por um lado ocorreu um aumento da participação dos casados no grupo, observa-se também um aumento entre os demais grupos. A separação, o divórcio ou a perda de um dos cônjuges durante o projeto migratório foram características migratórias registradas na pesquisa de campo. A desagregação familiar, vítima da migração ao Japão tem ocupado anúncios de jornais destinados aos brasileiros, em busca de pessoas que deixaram ou largaram a sua família no Brasil (SASAKI, 2000).

Tabela 25
Estado Civil Anterior à Migração e Atual do Chefe do Domicílio Segundo Condição de Presença - Maringá, 2001

Estado civil	Retornado		Ausente	
Chefe Domicílio	Antes	Atual	Antes	Atual
solteiro/a	21,4	5,7	11,1	2,8
casado/a / união estável	73,0	84,3	80,6	86,1
separado/a / divorciado/a / desquitado/a	3,1	5,0	2,8	-
viúvo/a	2,5	5,0	5,6	11,1
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Total	**163**	**163**	**36**	**36**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36).

É interessante observar no filho/a algumas diferenças com relação ao estado civil antes e depois da migração. Nota-se que entre os retornados, houve uma pequena redução de solteiros, que se casaram durante a migração. Entre os ausentes, ocorre um decréscimo significativo de solteiros, implicando no aumento de casados e uniões estáveis. É importante lembrar que o migrante ao mudar seu status civil durante o projeto migratório, o objetivo inicial que foi pensado individualmente, passa a ter uma natureza familiar, isto é, novos objetivos e metas podem surgir, postergando um retorno já programado. Além da mudança de status que modifica objetivos iniciais, imprevisto como doença pessoal ou familiar, perda de emprego, a chegada 'inesperada' de um bebê, podem alterar todo o projeto migratório.

Tabela 26
Estado Civil Anterior à Migração e Atual do Filho/a Segundo Condição de Presença - Maringá, 2001

Estado civil	Retornado		Ausente	
Filho/a	Antes	Atual	Antes	Atual
solteiro/a	89,1	76,7	70,3	48,8
casado/a / união estável	10,9	21,7	28,5	45,3
separado/a / divorciado/a / desquitado/a	-	1,6	1,2	5,8
viúvo/a	-	-	-	-
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Total	**145**	**145**	**177**	**177**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: Chefe Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Com relação ao nível educacional será que existe alguma diferença significativa entre os grupos e entre eles mesmos? Observamos algumas diferenças nestes grupos migrantes. Observamos que aproximadamente 1/3 dos chefes retornados e ausentes chegaram ao nível superior, sendo que quase 60% destes migrantes atingiram e completaram o segundo grau.

Tabela 27
Nível Educacional Segundo Condição no Domicílio por Condição de Presença - Maringá, 2001

Escolaridade	Chefe de Domicílio		Conjugê		Filho/a	
	Retornado	Ausente	Retornado	Ausente	Retornado	Ausente
analfabeto	1,2	2,8	1,8	-	0,7	-
primário incompleto	6,7	-	9,8	-	4,2	3,4
primário completo	16,6	13,9	13,4	11,1	2,1	11,9
ginásio incompleto	3,1	-	4,5	3,7	12,0	18,2
ginásio completo	13,5	25,0	18,8	33,3	4,9	8,5
colegial incompleto	3,7	8,3	1,8	3,7	11,3	33,5
colegial completo	25,2	19,4	19,6	37,0	21,8	11,9
universitário incompleto	8,6	13,9	9,8	7,4	25,4	12,5
universitário completo	21,5	16,7	20,5	3,7	17,6	0,6
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Total	**163**	**36**	**112**	**27**	**142**	**176**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

O alto nível de escolaridade pode ser compreendido pelas palavras de Kawamura (1999, p.75):

> Uma destacada influência cultural japonesa na formação dos nisseis consiste na valorização máxima da educação escolar (a ponto de toda a família 'sacrificar' para que, pelos menos um de seus membros, conseguisse uma eleva formação escolar); valorização da família, principalmente os pais e os mais velhos; da disciplina no trabalho e do autocontrole das emoções, o que veio influenciar sobremaneira sua conduta perante o trabalho, a família, a escola e o lazer.

O Cônjuge migrante é um pouco diferente com relação à escolaridade. Nota-se que 1/3 do cônjuge retornado tem nível superior, um cenário bem diferente quando observamos o cônjuge ausente. Por outro lado, aproximadamente 50,0% de ambos os grupos alcançaram e passaram pelo segundo grau, chegando ao nível superior. A grande disparidade encontrada é a concentração do nível educacional do cônjuge migrante ausente em dois ciclos educacionais, ginásio e colegial completo, 33,3% e 37,0% respectivamente e uma diferença com relação ao nível superior. É possível pensar que a escolaridade seja elemento positivo no migrante retornado, isto é, aqueles que apresentam maior nível educacional têm uma maior probabilidade ou propensão de retorno?

O migrante na condição de filho/a também apresenta uma diferença significativa com relação ao nível superior, quando olhamos o grupo de ausentes e retornados. Cerca de 43,0% do/a filho/a retornado chegaram ou concluíram o nível superior, um quadro bem diferente e oposto ao do/a filho/a ausente que apenas 13,0% estão inseridos nesta categoria. Era de se supor que, os filhos/as apresentassem um nível educacional mais elevado que os seus pais, visto que estes conseguiram através dos esforços familiares uma mobilidade social dentro da sociedade brasileira, que por fim proporcionaria as condições para que seus filhos/as seguissem o mesmo caminho[16]. Uma hipótese que poderia ser levantada da pouca presença de filho/a migrante ausente que apresentam nível superior, seria a pouca idade deles, mas os dados da **Tabela 24** corroboram esta idéia, demonstrando que eles estão concentrados nas idades jovens e adultos. Isso nos leva a pensar que o/a filho/a tenha emigrado antes de atingir o curso superior, ou até mesmo, não ter tido condições de chegar à faculdade. Apesar destas diferenças encontradas entre os grupos, de modo um geral, os migrantes dekasseguis apresentam um bom nível educacional se comparado à sociedade brasileira.

No tocante ao conhecimento do idioma do país de destino, observamos nítidas diferenças entre os três grupos envolvidos. Perguntou-se ao chefe de domicílio qual era o nível de conhecimento que ele considerava que ele tinha do idioma japonês. Entre os retornados, aproximadamente 60,0% afirmaram não ter nenhum conhecimento, em contrapartida, o restante declarou-se ter um conhecimento excelente e bom. Entre os chefes ausentes ocorre uma inversão, pois aproximadamente 59,0% afirmaram ter um excelente/bom conhecimento do idioma.

[16] Para maiores detalhes sobre a mobilidade social dos japoneses ver Cardoso (1972).

Tabela 28
Conhecimento do Idioma Segundo Condição no Domicílio por Condição de Presença
Maringá, 2001

Conhecimento prévio do	Chefe de Domicílio		Conjugê		Filho/a	
idioma do país de destino	Retornado	Ausente	Retornado	Ausente	Retornado	Ausente
excelente	19,5	16,7	12,1	15,4	3,1	8,1
bom	22,6	41,7	29,9	23,1	6,2	16,9
regular	30,8	27,8	32,7	46,2	43,4	35,5
nenhum	27,0	13,9	25,2	15,4	47,3	39,5
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Total	**159**	**36**	**112**	**26**	**145**	**177**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Ao observarmos os demais grupos – cônjuges e filho/a – de retornados e ausentes, constata-se que muitos emigraram sem nenhum conhecimento do idioma. Os filhos/as apresentam o percentual mais elevado, aproximadamente 90,0% e 75,0% entre os retornados e ausentes respectivamente. Podemos pensar que estes números sobre o nível de conhecimento estejam subestimados, pois como foi apenas questionado e não realizado nenhum exercício de escrita, leitura, compreensão e de diálogo básicos que identificassem o nível dos dekasseguis. Era de se esperar também que o grupo de filho/a seria aquele com menor nível de conhecimento do idioma japonês, visto que, pertencem em sua maioria à terceira e quarta gerações, portanto, distantes culturalmente da língua materna de seus ancestrais, devido a sua maior inserção na sociedade brasileira.

Os Chefes de Domicílio segundo o sexo e condição de presença – Retornado e Ausente – estão representados em sua imensa maioria pelo sexo masculino como podemos observar na **Tabela 29**. Observa-se que a chefia feminina é maior entre os retornados, uma possível interpretação pode estar relacionado ao fato que os maridos permaneceram no Japão, por mais algum tempo indicando as estratégias familiares sobre a decisão de retorno.

Tabela 29
Condição no Domicílio Segundo o Sexo por Condição de Presença - Maringá, 2001

Sexo	Chefe de Domicílio		Conjugê		Filho/a	
	Retornado	Ausente	Retornado	Ausente	Retornado	Ausente
M	86,5	94,4	5,4	66,7	55,9	57,1
F	13,5	5,6	94,6	33,3	44,1	42,9
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Total	**163**	**36**	**112**	**27**	**145**	**177**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

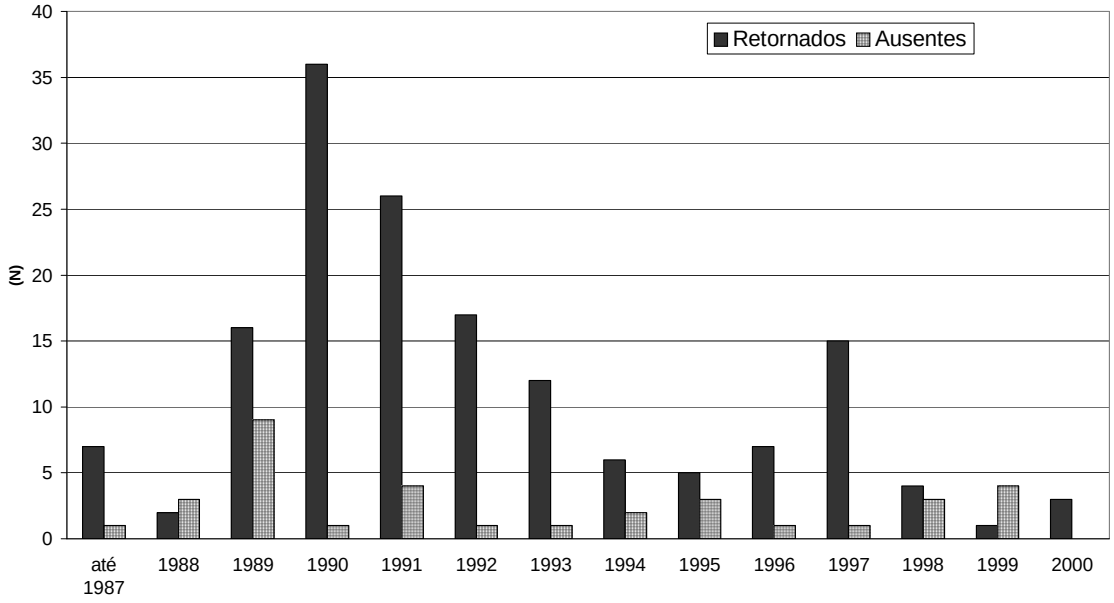
Entre os cônjuges retornados e ausentes, nota-se um contraste: quase a totalidade dos retornados é do sexo feminino, ao passo que, entre os ausentes prevalece o cônjuge do sexo masculino. Com relação ao migrante filho/a, encontramos um certo equilíbrio entre a sua condição de presença segundo o sexo.

Do total de chefes de domicílio da população migrante de Maringá (N=199), cerca de 81,9% estavam retornados no momento do *Survey,* contra 18,1% na condição de ausentes. Existe alguma razão para esta enorme diferença?

No estudo de Fusco (2002) sobre migrantes internacionais de Governador Valadares (MG) com destino aos EUA, o autor lista alguns fatores explicativos sobre a diferença proporcional entre Retornados e Ausentes, cerca de 34,0% e 66,0% respectivamente. Uma possível explicação pode estar relacionada ao ano da viagem ao exterior, isto é, o migrante que emigrou mais cedo teve tempo "suficiente" para realizar os objetivos da migração.

O **Gráfico 16** abaixo ilustra o comportamento diferenciado entre os migrantes de Maringá, indicando que a imensa maioria dos chefes retornados saiu do país no período 1989-1992, enquanto que os chefes ausentes o ano de maior pico de saída foi em 1990.

GRÁFICO 16
CHEFE DE DOMICÍLIO SEGUNDO CONDIÇÃO DE PRESENÇA POR ANO DA PRIMEIRA VIAGEM - MARINGÁ, 2001



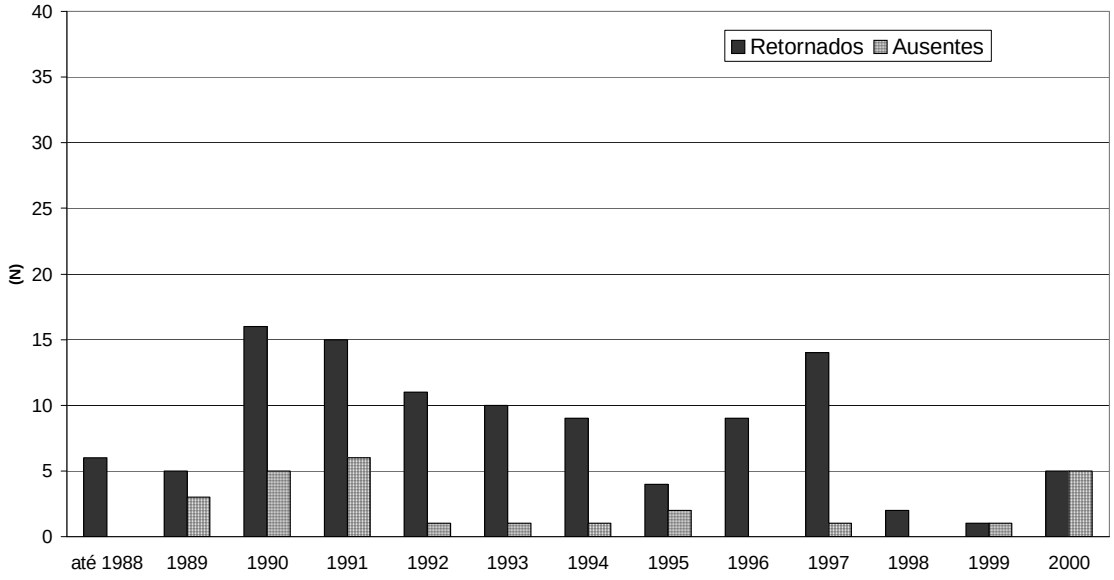
Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36).

Também existe o fato da redefinição da expectativa temporal do migrante, a qual está intimamente relacionada com o período da migração.

> Aqueles que iniciam o movimento são duplamente estimulados para concluir seu projeto de forma rápida: de um lado, os riscos de uma aventura desconhecida, e de outro, o desejo de conseguir juntar dinheiro suficiente para voltar e desfrutar de uma vida melhor na origem, próprio da maior parte dos pioneiros em qualquer tipo de migração (FUSCO, 2002, p.48).

O cônjuge apresenta um comportamento quase semelhante ao do chefe do domicílio com relação ao ano de saída. O ápice ocorreu a partir de 1991, decaindo nos anos anteriores, sendo que em 1997, tem um aumento súbito, mas que volta a cair nos anos posteriores.

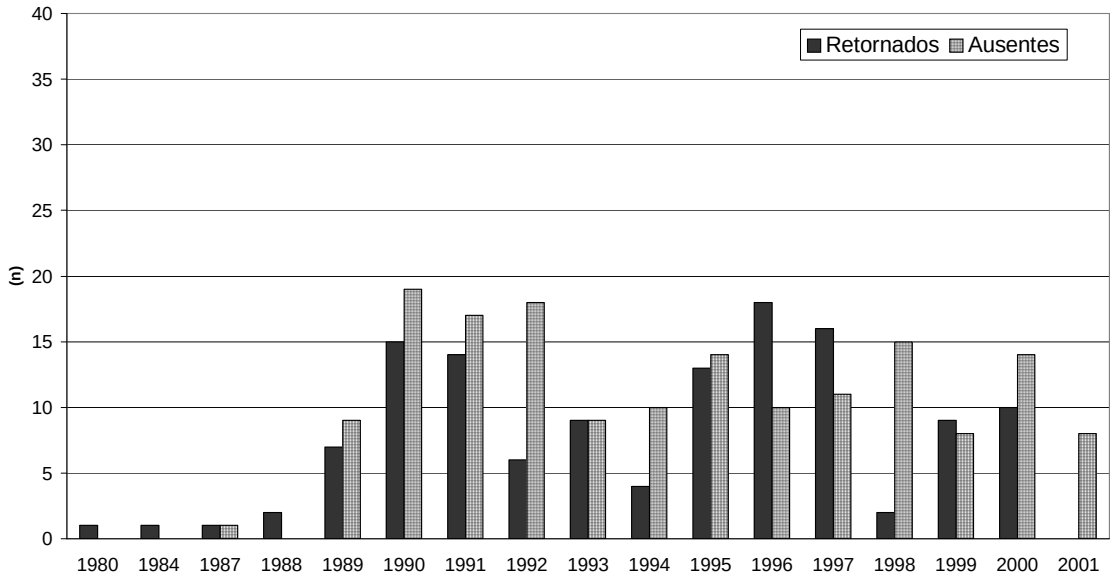
Gráfico 17
Cônjuges Segundo Condição de Presença por Ano da Primeira Viagem - Maringá, 2001



Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27).

Por outro lado o filho/a migrante seja ele retornado ou ausente, tem seu auge também a partir de 1990, sendo que a distribuição acontece de uma maneira mais suave. A maior participação deste grupo pode estar relacionada ao fato da imensa maioria não ter responsabilidades familiares, isto é, não estarem casados e com filhos; estarem em plena idade produtiva e com maior liberdade de ir e vir. No **Gráfico 18** podemos observar os principais anos de sua primeira viagem.

Gráfico 18
Filho/a Segundo Condição de Presença por Ano da Primeira Viagem - Maringá, 2001



Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Além destes dois estímulos visto acima o fator social ou familiar tem um papel fundamental no comportamento dos chefes. A dispersão familiar como produto direto da migração, produz no chefe migrante um comportamento duplo. Primeiramente diz respeito ao Cônjuge e aos Filhos/as que permaneceram no Brasil; e segundo, refere-se às remessas que são feitas aos seus familiares.

Analisando o chefe de domicílio com relação às duas variáveis acima, temos a seguinte configuração na **Tabela 30**. Observa-se que tanto os chefes retornados quantos os ausentes que disseram ter filhos, cerca de 69,5% e 71,5% respectivamente, realizavam remessas com o intuito de manter a família ou para investimento no Brasil. Mesmo os Chefes retornados que não possuem filhos, aproximadamente 56,0% faziam remessas. Tais dados permitem visualizar e indicam que os vínculos familiares e as responsabilidades se mantêm após a dispersão familiar, e que as variáveis expostas aumentam a probabilidade de retorno para este grupo específico.

Tabela 30
Remessas Financeiras Segundo Condição no Domicílio por Condição de Presença - Maringá, 2001

O Chefe remete ou remetia dinheiro para o Brasil	Retornado o migrante tem filhos (%)			Ausente o migrante tem filhos (%)		
	não	sim	Total	não	sim	Total
não remete	43,8	29,7	31,2	100,0	22,9	25,0
remete para manter a família	31,3	47,8	46,1	-	62,9	61,1
remete para investimento	25,0	21,7	22,1	-	8,6	8,3
outra finalidade	-	0,7	0,6	-	5,7	5,6
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Total	**16**	**138**	**154**	**1**	**35**	**36**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36)

O cônjuge retornado e ausente que afirmaram que tinham filhos, cerca de 50,0% e 84,0% respectivamente remetiam recursos financeiros para a manutenção da família e para investimentos (**Tabela 31**). Ao contrário do chefe ausente que não tinha filhos, mas realiza investimentos, este comportamento não é visto entre os cônjuges. É possível pensar que no caso de um casal migrante, uma parte de um salário[17] é gasto na própria manutenção destes migrantes no país de destino, ficando ao cargo do companheiro a tarefa de enviar remessas para aqueles que permaneceram no país de destino.

Tabela 31
Remessas Financeiras Segundo Condição no Domicílio por Condição de Presença - Maringá, 2001

O Conjugê remete ou remetia dinheiro para o Brasil	Retornado o migrante tem filhos (%)			Ausente o migrante tem filhos (%)		
	não	sim	Total	não	sim	Total
não remete	83,3	50,5	49,5	-	15,4	15,4
remete para manter a família	-	30,5	27,1	-	80,7	80,7
remete para investimento	-	18,9	16,8	-	3,8	3,8
outra finalidade	16,7	-	0,9	-	-	-
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**-**	**100,0**	**100,0**
Total	**6**	**95**	**101**	**-**	**26**	**26**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27).

[17] Relatos colhidos com migrantes retornados em conversas diárias.

O/A filho/a migrante apesar de não ter as responsabilidades de uma família, como a presença de filhos, pode ter por outro lado, a responsabilidade de prover a manutenção de pais que estão em idades muitos avançadas. Observa-se na **Tabela 32** abaixo que 3/5 dos filhos/as remetiam dinheiro para o Brasil, sendo que uma parcela além de enviar recursos financeiros para prover a família, direcionaram as suas economias em algum tipo de investimento. Tal comportamento de investir em bens duráveis como casa, carro ou comércio, é também verificado entre o Chefe e o Cônjuge, sendo sempre maior entre os retornados.

Tabela 32
Remessas Financeiras Segundo Condição no Domicílio por Condição de Presença - Maringá, 2001

O migrante remete ou remetia dinheiro para o Brasil	Filho/a		
	Retornado	Ausente	Total
não remete	41,0	42,0	41,6
remete para manter a família	32,5	37,3	35,3
remete para investimento	26,5	20,1	22,7
outra finalidade	0,0	0,6	0,3
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Total	**117**	**169**	286

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Com relação ao principal motivo da emigração declarado pelo chefe do domicílio foi predominantemente econômico, ou seja, ir ao Japão trabalhar arduamente durante alguns anos para economizar e constituir uma poupança financeira satisfatória. Outro motivo levantado foi juntar-se aos familiares que emigraram primeiramente, ou acompanha-los na primeira viagem ao exterior. A **Tabela 33** apresenta os dados sobre esta variável:

Tabela 33
Principal Motivo da Migração Segundo Condição no Domicílio por Condição de Presença - Maringá, 2001

Motivos da migração	Chefe de Domicílio		Conjugê		Filho/a	
ao exterior	Retornado	Ausente	Retornado	Ausente	Retornado	Ausente
motivos econômicos	94,3	100,0	80,8	100,0	79,7	98,3
acompanhar familiares	5,7	-	18,3	-	18,0	1,7
Estudar	-	-	1,0	-	2,3	-
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Total	**158**	**36**	**104**	**25**	**128**	**172**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Entre os demais grupos – Cônjuges e Filho/a – observa-se que quase a totalidade dos ausentes emigrou por motivos econômicos. Entre os retornados constata-se houve aqueles que se tornaram Dekasseguis ao acompanharem familiares. A participação daqueles que foram estudar no Japão é bem pequena e tem pouca influência sobre os grupos.

A permanência destes Dekasseguis no Japão, bem como sua 2$^{a.}$ viagens e as demais, têm variado ao longo do tempo de acordo com seus objetivos, expectativas, experiências e acontecimentos. Oliveira (1997) e Sasaki (2000), observaram em seus estudos esta heterogeneidade de comportamento migratório, cujos resultados também foram encontrados no *survey* em Maringá, o qual veremos a seguir.

A imensa maioria do chefe de domicílio retornado realizou no máximo duas viagens ao exterior, 63,0% (1 viagem) e 21,0% (2 viagens), sendo que, o tempo de permanência é que varia consideravelmente no interior deste grupo. O chefe migrante retornado que realizou apenas 1 viagem ao Japão, aproximadamente 50,0% ficou no máximo dois anos trabalhando. Aqueles que fizeram mais de uma viagem, apresentam um tempo de permanência que varia entre 2 e 7 anos. Entre o chefe ausente, também encontramos um comportamento semelhante, isto é, realizaram no máximo duas viagens, mas seu tempo de permanência varia internamente. Esta totalidade de viagens que varia ente 1 e 7 viagens indica a facilidade de novas idas ao Japão, que pode ocorrer quando a situação no Brasil 'apertar' (SASAKI, 2000).

Tabela 34

Chefe de Domicílio Retornado Segundo Total de Viagens por Total de Permanência no Japão - Maringá, 2001

Total de permanencia no exterior	Total de viagens ao exterior					
	1	2	3	4	5	Total
menos de 1 ano	6,1	-	-	16,7	-	7
1	24,2	6,1	-	16,7	-	27
2	23,2	12,1	16,7	-	-	30
3	19,2	15,2	11,1	-	-	26
4	13,1	15,2	16,7	-	-	21
5	6,1	9,1	-	16,7	100,0	11
6	1,0	15,2	16,7	16,7	-	10
7	3,0	12,1	11,1	-	-	9
8	1,0	6,1	22,2	33,3	-	9
9	1,0	6,1	-	-	-	3
10	-	-	5,6	-	-	1
11	1,0	-	-	-	-	1
12	1,0	-	-	-	-	1
16	-	3,0	-	-	-	1
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**157**
Total	**99**	**33**	**18**	**6**	**1**	**157**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36)

Tabela 35

Chefe de Domicílio Ausente Segundo Total de Viagens por Total de Permanência no Japão - Maringá, 2001

Total de permanencia no exterior	Total de viagens ao exterior					
	1	2	3	4	7	Total
menos de 1 ano	-	-	12,5	-	-	1
1	30,8	-	-	-	-	4
2	23,1	-	-	-	-	3
3	7,7	25,0	12,5	-	-	4
4	7,7	25,0	12,5	-	-	4
5	7,7	12,5	-	-	-	2
6	15,4	-	-	-	-	2
7	-	12,5	37,5	33,3	-	5
8	-	-	-	66,7	-	2
9	-	-	12,5	-	100,0	2
11	-	12,5	12,5	-	-	2
12	7,7	-	-	-	-	2
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**33**
Total	**13**	**8**	**8**	**3**	**1**	**33**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36).

Observamos também que o comportamento do cônjuge migrante retornado e ausente não apresenta diferenças significativas, mas semelhanças de comportamento migratório com relação a variável tempo de permanência e total de viagens ao exterior. Na Tabela 36, aproximadamente 53,0% dos cônjuges retornados ficaram 2 anos no exterior, realizando apenas uma viagem. Aqueles que fizeram duas viagens apresentam um tempo de permanência diferenciado, como também foi constatado entre o chefe migrante.

Tabela 36
Cônjuge Retornado Segundo Total de Viagens por Total de Permanência no Japão - Maringá, 2001

Total de permanencia no exterior	Total de viagens ao exterior				
	1	2	3	5	Total
menos de 1 ano	7,2	6,3	-	-	7
1	26,5	6,3	-	100,0	24
2	19,3	31,3	-	-	21
3	14,5	-	-	-	12
4	20,5	6,3	20,0	-	19
5	3,6	18,8	-	-	6
6	4,8	12,5	40,0	-	8
7	3,6	6,3	-	-	4
8	-	6,3	40,0	-	3
16	-	6,3	-	-	1
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**105**
Total	**83**	**16**	**5**	**1**	**105**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27)

O cônjuge ausente também tem realizado várias viagens, o que implica, que no final do seu projeto migratório o seu tempo de permanência seja muito superior àqueles que emigraram uma ou duas vezes.

Tabela 37

Cônjuge ausente segundo total de viagens por Total de permanência no Japão - Maringá, 2001

Total de permanencia	Total de viagens ao exterior					
no exterior	1	2	3	4	5	Total
1	55,6	-	-	-	-	5
2	11,1	-	-	-	-	1
3	-	-	20,0	-	-	1
4	11,1	-	20,0	-	-	2
5	-	50,0	-	16,7	-	2
6	-	-	-	33,3	50,0	3
7	-	-	20,0	16,7	-	2
8	11,1	-	-	16,7	50,0	3
9	-	-	20,0	16,7	-	2
10	11,1	-	-	-	-	1
11	-	50,0	20,0	-	-	2
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**24**
Total	**9**	**2**	**5**	**6**	**2**	**24**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001
Nota: Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27)

O filho/a migrante tanto retornado como ausente tem realizado no máximo duas viagens ao Japão como pode ser verificado nas **Tabelas 38 e 39** abaixo. A diferença constatada foi o tempo de permanência entre eles, aumentado à medida que os migrantes realizavam novas viagens.

Tabela 38
Filho/a Retornado Segundo Total de Viagens por Total de Permanência no Japão - Maringá, 2001

Total de permanencia no exterior	Total de viagens ao exterior					
	1	2	3	4	5	Total
menos de 1 ano	4,5	-	-	-	-	4
1	30,7	-	-	-	-	27
2	19,3	22,7	-	-	-	22
3	21,6	27,3	-	-	-	25
4	5,7	9,1	-	-	-	7
5	8,0	9,1	38,5	-	-	14
6	2,3	13,6	15,4	33,3	-	8
7	3,4	9,1	15,4	-	-	7
8	2,3	4,5	0,0	-	-	3
9	1,1	4,5	7,7	-	-	3
10	-	-	23,1	-	-	3
11	1,1	-	-	33,3	-	2
14	-	-	-	-	50,0	1
16	-	-	-	-	50,0	1
21	-	-	-	33,3	0,0	1
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**128**
Total	**88**	**22**	**13**	**3**	**2**	**128**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Embora alguns destes migrantes realizem mais de uma viagem ao Japão, seja qual for a sua condição no domicílio e a sua condição de presença, os dados demonstraram que a imensa maioria destes migrantes realizou poucas viagens, que variam de uma a duas no máximo. O diferencial é o tempo de permanência no Japão. Uma possível explicação pode ser que o migrante só terá conhecimento das reais condições de trabalho e de salário ao longo do tempo, quando estiver realmente no país de destino. O objetivo de ficar um ou dois anos, como projeto inicial de permanência geralmente altera-se à medida que imprevistos acontecem modificando todo o plano idealizado inicialmente.

Tabela 39
Filho/a Ausente Segundo Total de Viagens por Total de Permanência no Japão - Maringá, 2001

Total de permanencia	Total de viagens ao exterior						
no exterior	1	2	3	4	5	6	Total
menos de 1 ano	9,3	2,0	-	-	-	-	9
1	18,6	3,9	-	-	-	-	18
2	8,1	5,9	-	12,5	-	-	11
3	12,8	9,8	5,6	-	-	-	17
4	7,0	21,6	-	12,5	-	-	18
5	2,3	9,8	-	-	-	-	7
6	4,7	11,8	11,1	-	-	-	12
7	9,3	11,8	16,7	-	-	-	17
8	1,2	5,9	-	12,5	-	-	5
9	14,0	3,9	22,2	12,5	-	-	19
10	5,8	9,8	27,8	12,5	-	-	16
11	1,2	2,0	16,7	37,5	-	100,0	9
12	5,8	-	-	-	100,0	-	6
14	-	2,0	-	-	-	-	1
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**165**
Total	**86**	**51**	**18**	**8**	**1**	**1**	**165**

Fonte: Pesquisa Amostral: casos válidos: Maringá (774), Fapesp; Nepo/Unicamp, 2001.
Nota: Filho Retornado (145) e Ausente (177).

A caracterização sócio-demográfica dos principais grupos de migrantes Dekasseguis (Chefe, Cônjuge e Filho/a) visou desnudar esta população, buscando particularidades e semelhanças, que contribuíssem para a compreensão de seu comportamento durante a experiência migratória. A partir da análise dos dados destes três grupos migrantes podemos fazer as seguintes constatações:

- conseguimos visualizar um grupo de imigrantes heterogêneos com relação aos grupos etários, identificando a presença de crianças que nasceram durante o processo migratório e ainda, uma pequena presença de pessoas em idades avançadas que provavelmente emigraram para exercer atividades familiares e não trabalhos denominados 5ks (**Tabela 24**);
- o status civil do migrante retornado e ausente modificou-se durante o projeto migratório (**Tabelas 25 e 26**);
- o migrante retornado apresenta um nível educacional superior a do migrante ausente (**Tabela 27**);
- o migrante ausente apresentou uma maior familiaridade com o idioma japonês (**Tabela 28**);
- o migrante do sexo masculino foi predominante entre o Chefe e o Filho/a retornado e entre todos os migrantes ausentes (**Tabela 29**);
- o ano de maior saída para os migrantes ocorre a partir de 1990, ano da Reformulação da Lei de Imigração Japonesa (**Gráficos 14, 15 e 16**);
- as remessas realizadas pelos migrantes eram destinadas principalmente à manutenção da família que permaneceu no Brasil e para investimentos,

variando segundo a sua condição na família e condição de presença (**Tabelas 30, 31 e 32**);
- o principal motivo declarado pelos Dekasseguis foi de cunho econômico (**Tabela 33**);
- o migrante realiza no máximo duas viagens ao exterior. A principal diferença entre os grupos migrantes é o total de permanência no Japão (**Tabelas 34 a 39**).

Esta análise mais detalhada da população migrante segundo os três grandes grupos Dekasseguis de Maringá nos possibilitou uma visão minuciosa das principais características sócio-demográficas, um aprofundamento sobre o sujeito migrante que não pode ser observado quando se analisou num primeiro momento a população migrante como um todo. Neste caso, os principais resultados encontrados e aqueles que se diferenciam da análise micro foram as seguintes:

- no *survey* feito em Maringá, a maior parte dos migrantes é de retornados (**Tabela 10)**;
- a presença de uma estrutura etária diferenciada entre a população migrante retornada e ausente segundo o sexo (**Tabela 11** e **Gráficos 10** e **11**);
- a população migrante retornada está dividida em três grandes grupos: chefe de domicílio, cônjuges e filho/a(s), enquanto que entre a população ausente, o migrante filho/a corresponde à metade de todos os casos deste grupo (**Tabela 12**);
- imigrantes ausentes com nível superior educacional maior que os migrantes retornados (**Tabela 13**);
- a maior parcela da população migrante de retornados e ausentes não tem domínio do idioma japonês (**Gráfico 12**);
- o status civil modifica-se no projeto migratório, mas não se pode visualizar quais os grupos mais afetados (**Tabela 14 e 15**);
- a presença de filhos entre os migrantes retornados e ausentes (**Tabela 16**);
- a população migrante realiza no máximo duas viagens ao exterior (**Tabela 17**);
- o período de permanência no exterior varia entre menos de 1 ano até mais de dez anos entre a população migrante retornada e ausente (**Tabela 18**);
- o fluxo se intensifica a partir de 1990 (**Gráfico 13**);
- a maior parte dos migrantes emigrou em companhia de parentes (**Tabela 19**);
- a agência de recrutamento foi o elo intermediário mais utilizado na primeira viagem ao exterior, na obtenção do primeiro emprego, na hospedagem e no auxílio de recursos financeiros para o projeto migratório dos dekasseguis (**Tabelas 20 e 21**);

- os migrantes mantêm regularmente contato com o Brasil principalmente através do telefone, de correspondências e internet (**Tabela 22**);
- mais da metade da população migrante retornada e ausente remete ou remetia dinheiro para o Brasil, direcionada para a manutenção da família e para investimentos (**Tabela 9, Capítulo 2**);
- as remessas enviadas ao Brasil são administradas principalmente pelos parentes que permaneceram no país (**Tabela 23**).

Pudemos constatar que ao analisar a população migrante sem o foco nos grandes grupos migrantes, deixamos de notar certas particularidades no fluxo migratório como a questão do nível educacional, tempo de permanência e outros. Esta maneira de observar nos possibilitou conhecer quem são os migrantes retornados e como se comportam em relação àqueles familiares que permaneceram no Brasil e também durante o projeto migratório.

A partir destas variáveis analisadas e cujos resultados foram detalhados, o survey de Maringá nos indica que a migração dos nikkeys maringaenses apresenta uma natureza mais temporária do que definitiva, o que implica que a migração de retorno definitiva, como a fase final do projeto migratório se concretiza para muitos migrantes.

Nos estudo de Glystos (1997), o autor chama a atenção para a necessidade de se analisar o comportamento dos migrantes no país de destino e em relação ao país de origem. Constatamos que não há ruptura total dos laços, ao contrário, o contato entre aqueles que partem e aqueles que permanecem se mantém através dos meios de comunicação e até mesmo por meio de visitas rápidas[18].

As remessas financeiras que cruzam o oceano são um sinal de que as responsabilidades familiares se mantiveram. No caso dos dekasseguis, elas são realizadas em sua maioria com o intuito de manutenção da família, concebidos segundo Connell & Conway (2000) como um "investimento improdutivo". No entanto, é possível pensar também que parte destas remessas é aplicada em investimentos não-econômicos, isto é, investimento em capital humano e social. As remessas também exercem uma simbologia para o migrante, isto é, investimentos feitos em imóveis, carros e pequenos comércios, indicam a presença destes dekasseguis na sua comunidade e meio social, durante a sua ausência física.

A presença de filhos e cônjuges que permanecem no país de origem é também um fator que aumenta a probabilidade de retorno dos migrantes (CONSTANT; MASSEY, 2002). Constatou-se que os migrantes dekasseguis retornados na condição de chefe de domicílio e cônjuge declararam em sua maioria, a presença de filhos, e conseqüentemente o cumprimento de suas responsabilidades familiares.

Os migrantes retornados e ausentes não têm feito muitas viagens como foi observado, mas sim permanecendo um tempo superior ao que imaginavam ou que

[18]Em seus estudos Duval (2004), analisa as viagens rápidas de visita como um exercício de preparação para facilitar o retorno definitivo.

supunham que fosse o ideal para fazer a poupança desejada. Isto pode ter ocorrido devido a vários fatores que, provavelmente não foram levados em conta no projeto migratório como: perda de emprego, problemas de saúde pessoal e familiar, decréscimo de horas trabalhadas e de salários, casamentos, separações e a chegada de bebês.

O fato que não podemos negar é que os dekasseguis estão retornando e estão tentando se reintegrar novamente à sociedade brasileira. É um caminho difícil, muitos deles querem e não sabem mais como voltar para casa e por este motivo necessitam de apoio. Em relação àqueles que permanecem ainda no Japão resta questionar se eles não retornam porque não querem, ou porque não tem mais condições econômicas e sociais para fazer?

Segundo Arowolo (2000), são as características do *background* migratório que determinam as necessidades individuais e particulares do migrante para a sua reintegração em seu país de origem. Trazer de volta o migrante à sociedade na qual ele estava aculturado por meio de programas institucionais, necessita de uma cuidadosa análise de sua experiência migratória.

O Retorno como a fase final do projeto migratório ainda permeia as idéias, os sonhos e metas dos dekasseguis. O processo de reintegração social e econômica do migrante não consiste num caminho suave, sem conflitos e sem decepções. Trata-se de um período de readaptação e de aprendizagem do meio social, econômico e cultural, do qual o migrante estava familiarizado e rompera momentaneamente por alguns anos. Mas antes de tentar implementar qualquer programa ou projeto, é importante conhecer quem são estes migrantes retornados e seus principais desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fenômeno Dekassegui está na iminência de completar duas décadas e desde a reformulação da Lei de Migração em 1990, de natureza altamente seletiva, que permitiu somente a entrada de 2ª. e 3ª geração de descendentes de japoneses e seus cônjuges, o fluxo migratório vem passando por transformações, na sua composição sócio-demográfica e na sua natureza migratória. O mercado de trabalho japonês não é o mesmo do início da década de 1990, atualmente as horas extras tornaram-se escassas, houve decréscimo no valor da hora paga de trabalho, além de exigir certas qualidades e competências na hora de contratar, como domínio do idioma ou posse da carteira de motorista.

Enquanto alguns Dekasseguis permanecem no Japão com o intuito de fixar residência, há uma outra parcela que luta para retornar e permanecer no Brasil. Neste retorno ao seu país de origem, o migrante depara-se como uma nova realidade com a qual não está mais familiarizado e sente as dificuldades de readaptação e de reintegração.

Segundo Sasaki (2000), o migrante dekassegui retornado se depara com várias dificuldades como: 1) atender às exigências do mercado de trabalho; 2) conseguir um emprego satisfatório e bem pago; 3) retornar ao emprego anterior; 4) medo de abrir um pequeno negócio e perder todo o capital poupado; 5) não ter capital suficiente para abrir um negócio. O migrante retorna ao Brasil com várias expectativas, mais muitas delas não se concretizam. Primeiro, ele não encontra o país como havia imaginado ou pensado, é como se as coisas estivessem fora do lugar; segundo, é que as 'habilidades' adquiridas enquanto dekasseguis, na sua imensa maioria não é aproveitada e utilizável aqui no Brasil, em virtude de exercerem trabalhos altamente desqualificados; terceiro, a ausência do mercado de trabalho em virtude da migração tornou o migrante "desqualificado" e atrasado profissionalmente. Segundo Arowolo (2000, p.69),

> "the single most important impediment to the full reintegration of returnees is perhaps their inability to secure wage employment."

Desta forma, a reintegração destes dekasseguis torna-se um processo difícil e que em muitos casos estimula as várias idas e vindas para o Japão. Nesse momento, a ajuda torna-se necessária, e deve vir não somente de familiares, mas também da comunidade nipo-brasileira e de programas institucionais como ocorre em alguns países da Europa conduzida pela IOM (2002). Não são poucos os casos relatados na literatura ou em conversas com ex-dekasseguis sobre o problema de readaptação e reintegração social e econômica.

Em um momento não muito longínquo, a sociedade e o governo brasileiro não podiam mais ignorar o fato de milhares e milhares de brasileiros haverem emigrado para os EUA, Japão e Europa em busca de melhores condições de vida. Neste momento, acho oportuno dizer também que não se pode fazer o mesmo com os migrantes que estão

retornando e estão tendo e enfrentando dificuldades de adaptação cultural e reintegração socioeconômica.

Arowolo (2000); Constant e Massey (2002); Glystos (1997); Yamanaka (1996; 2000) enfatizam a necessidade de se conhecer demográfica, cultural e socialmente os migrantes. Quando a finalidade é compreender por quais motivos e condições a migração de retorno de trabalhadores internacionais se concretizam, o contexto social, econômico e político devem ser acompanhados em ambos os países envolvidos. Isto nos leva a pensar que: se a economia brasileira passar a ter um crescimento econômico satisfatório durante esta década, é possível que aumente o número de retornados, visto que, a economia japonesa não é a mesma da década de 1990[1]?

As mudanças que ocorreram no estilo e consumo de vida e nas condições de trabalho destes migrantes terão grandes implicações quando retornarem ao seu país de origem. Ao iniciar a jornada de reintegração à sociedade, ao seu grupo e à sua família, o migrante se sentirá um estranho no ninho devido a sua ausência temporal e espacial. Neste sentido é necessário e de extrema importância, como afirmam os autores acima, que o "processo de reintegração deveria começar com um compreensivo estudo das condições sociais, econômicas e demográficas dos retornados e o meio para o qual eles retornaram (AROWOLO, 2000, p.71).

[1] Tal fato foi verificado com migrantes gregos que retornaram da Alemanha para Grécia, quando a economia alemã vivenciava fraco desempenho econômico (GLYSTOS, 1997).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROWOLO, O. O. Return migration and the problem of reintegration. **International Migration,** USA, v.38, n.5, 2000.

ASSIS, G. O. Estar Aqui, Estar Lá ... Uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos. **Textos NEPO 41,** Campinas, Nepo/Unicamp, 2002. 245p.

_____. Estar aqui, Estar Lá ... O retorno dos emigrantes valadarenses ou a construção de uma identidade transnacional? **Travessia,** São Paulo, Ano VIII, n.21, maio/ago.1995.

BASSANEZI, M. S. B. Migrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (Org.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo.** Campinas: FNUAP, 1995.

BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda. **International Migration Review,** USA, v.23, n.3, 1989.

BORJAS, G. J. **Friends or strangers:** the impact of immigrants on the U. S. economy. New York: Basic Books, 1990.

CARDOSO, R. C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social:** estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo, 1972. 199f. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CONSTANT, A.; MASSEY, D. S. Return migration y german guestworkers: neoclassical versus new economics theories. **International Migration,** USA, v.40, n.4, 2002.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização do Norte do Paraná.** Paraná, 1975.

CONNELL, J.; CONWAY, D. Migration and remittances in Island Microstates: a comparative perspective on the South Pacific and the Caribbean. **International Journal of Urban and Regional Research,** Oxford, v.24, n.1, mar.2000.

COSTA, A. G. da. **Os conjuntos habitacionais e a sua distribuição espacial para o processo de apropriação e de construção do espaço urbano maringaense.** Maringá, 1991. Monografia (Especialização) - Universidade Estadual de Maringá.

DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná:** estudos de história regional. Maringá: Editora UEM, 2001.

D'ANDRÉA, L. H. Choque cultural e cotidiano. In: CHIGUSA, C. T. (Org.). **A quebra dos mitos:** o fenômeno dekassegui através de relatos pessoais. Atsugui-Shi: IPC Produção & Consultoria, 1994.

DOUGLAS, M.; ROBERTS, G. S. **Japan and global migration:** foreign workers and the advent of a multicultural society. New York: Routledge, 2000.

FAJARDO, S.; MORO, D. A. O complexo agroindustrial e a atuação das cooperativas agrícolas. **Boletim de Geografia,** Maringá, Ano 18, n.1, jun.2000.

FUSCO, W. **Redes sociais na migração internacional:** o caso de Governador Valadares. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

FERREIRA, R. H. Brasil ou Japão: o espaço do consumo e a (re) inserção do dekassegui. In: ENCONTRO DE NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 3., 2003, Campinas, **Anais...** Campinas, 2003.

GAMA, E. N. **A evolução da urbanização e a qualidade ambiental na cidade de Maringá.** Maringá, 1987. Monografia (Especialização) - Universidade Estadual de Maringá.

GLYSTSOS, N. P. Remitting behavior of "Temporary" and "Permanent" migrants: the case of greeks in Germany and Australia. **Labour,** USA, v.11, n.3, 1997.

GUZMÁN, J. J. B.; MAGALHAES, M. V. A fecundidade no Paraná e na Região Sul, nos anos 70 e 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, Águas de São Pedro. **Anais...** São Paulo: ABEP, v.1, 1984.

_____. O Paraná e a reversão do crescimento populacional: o papel da migração. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, Águas de São Pedro. **Anais...** São Paulo: ABEP, v.4, 1984.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 5.ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.

HIGUCHI, N. **Migration process of nikkei brazilians.** Osaka, Japan: National Museum of Ethnology, 2001. (Paper apresentado no VII International Symposium: "Latin American Emigration: Interregional Comparison among North America, Europe and Japan).

HINATA, N. **Além das palavras.** Japão: Associação Internacional de Intercâmbio Cultural, 1995.

IANNI, O. Globalização e diversidade. In: PATARRA, N. L. (Org.). **Migrações internacionais:** herança XX, agenda XXI. Campinas, 1996.

IKEDA, S. N. Linguagem, educação e família: a comunicação entre o Oriente e o Ocidente. CHIGUSA, C. T. (Org.). **A quebra dos mitos:** o fenômeno de Kassegui através de relatos pessoais. Atsugui-Shi: IPC Produção & Consultoria, 1994.

INOUE, N. E. Saúde física e mental: desmitificando os problemas psicológicos. In: CHIGUSA, C. T. (Org.). **A quebra dos mitos:** o fenômeno dekassegui através de relatos pessoais. Atsugui-Shi: IPC Produção & Consultoria, 1994.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION- IOM. **Return migration:** policies & practices in Europe. 2004.

ISHI, C. T. O preconceito: quem é quem no tribunal da discriminação. In: CHIGUSA, C. T. (Org.). **A quebra dos mitos:** o fenômeno dekassegui através de relatos pessoais. Atsugui-Shi: IPC Produção & Consultoria, 1994.

_____. Momentos de reflexão: estas nossas canções de "exílio". In: CHIGUSA, C. T. (Org.). **A quebra dos mitos:** o fenômeno dekassegui através de relatos pessoais. Atsugui-Shi: IPC Produção & Consultoria, 1994.

JONES, D. Which Migrants? Temporary or Permanent? **Annals of the New York Academy of Sciences**, New York, v.645, 1992.

LEE.E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1980.

LUZ, F. Maringá: a fase de implantação. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná:** estudos de história regional. Maringá: Editora UEM, 2001.

_____. **O fenômeno urbano numa zona pioneira:** Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal, 1997.

KAWAMURA, L. K. **Para onde vão os brasileiros.** Campinas: Editora Unicamp, 1999.

_____. Trabalho: quem são os brasileiros que trabalham no Japão? In: CHIGUSA, C. T. (Org.). **A quebra dos mitos:** o fenômeno dekassegui através de relatos pessoais. Atsugui-Shi: IPC Produção & Consultoria, 1994.

_____. O processo seletivo dos brasileiros no Japão. **Revista Pró-Posicões,** Campinas, v.6, n.2 (17), jun.1995.

_____. Qualificação de trabalhadores brasileiros no processo de trabalho do Japão. **Revista Quadrimestral de Ciência da Educação – Educação & Sociedade,** Campinas, Ano XV, n.49, 1994.

KRIEKEN, P. V. Return and responsability. **International Migration,** USA, v.38, n.4, 2000.

MAGALHÃES, V. B. **Educação, Trabalho e Migrações Internacionais**: O caso dos Dekasseguis paulistas. Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – FE/UNICAMP.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes:** as migrações que também migram. Belo Horizonte, 2003. Dissertação (Doutorado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. **O Paraná e as migrações:** 1940 a 1991. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. A migração no Paraná nas duas últimas décadas: um balanço preliminar. **Análise Conjuntural,** Curitiba, v.14, n.11/12, nov./dez.1992.

MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: Fundação SEADE. **História e população:** estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

_____. Migração e metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v.1, n.2, jul./set.1987.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais,** São Paulo, v.1, n.1/2, jan./dez.1984.

MASSEY, D. et al. Migration, ethnic mobilizationa and globalization: causs of migration. In: GUIBERNAU, M.; REX, J. (Ed.). **The ethnicity reader:** nationalism, multiculturalism and migration. Cambridge: Polity Press, 1997.

MIYOSHI, T. **Manual da lei de imigração japonesa:** conhecimentos básicos sobre a entrada e a permanência no Japão. São Paulo: Primos/Estação Liberdade, 1993.

MONTEIRO, P. F. **Emigração:** o eterno mito do retorno. Celta: Oeiras, 1994.

MORO, D. A. Aspectos geográficos da modernização agrícola no norte do Paraná. **Boletim de Geografia,** Maringá, Ano 13, n.13, out.1995.

_____. O êxodo rural e o crescimento populacional da cidade de Maringá no período de 1970 a 1980. **Boletim de Geografia,** Maringá, Ano 06, n.1, jun.1988.

OCADA, F. K. Migração e trabalho no mundo contemporâneo: uma experiência acerca da migração dekassegui. **Travessia – Revista do Migrante,** São Paulo, Ano XVI, n.45, jan./abr.2003.

OLIVEIRA, A. C. **Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão:** a trajetória de uma identidade em um contexto migratório. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Migração internacional recente: o caso do Brasil. In: PATARRA, N. L. (Org.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo.** Campinas, 1996.

PIORE, M. J. **Birds of passage:** migrant labor and industrial societes. Cambridge: University Press, 1979.

RAGGIO, N. Z. **Norte Novo do Paraná:** transformações no campo e a questão do acesso à terra. Campinas, 1985. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

RIBAS, C. C. **Os "Dekasseguis":** uma outra face do Toyotismo. Campinas, 1998. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

ROBERTS, B. R. Socially expected durations and the economic adjustment of immigrants. In: PORTES, A. (Ed.). **The economic sociology of immnigration.** New York: Russel Sage Foundation, 1995.

ROSSINI, R. E. O novo enraizamento: a conquista do espaço pelos nikkeis do Brasil no Japão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Campinas: ABEP, 2002.

_____. O retorno às origens ou o sonho do encontro com o "Eldorado" japonês: o exemplo dos dekasseguis do Brasil em direção ao Japão. In: PATARRA, N. L. (Org). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo.** Campinas, 1996.

RUBIUNO, C.; Moro, D. O território do capital especializado na cidade de Maringá. **Revista GeoNotas**, Maringá, v.5, n.2, abr./maio/jun.2001.

SALES, T. **Brasileiros longe de casa.** São Paulo. Editora Cortez, 1999.

_____. O trabalhador brasileiro no contexto das migrações internacionais. In: PATARRA, N. L. (Org.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo.** Campinas, 1996.

SASAKI, E. M. **Dekasseguis:** trabalhadores migrantes Nipo-Brasileiros no Japão. Campinas: Nepo/Unicamp, 2000.

_____; ASSIS, G. O. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2000.

_____. Dekasseguis: trabalhadores Nipo-Brasileiros no Japão. **Travessia – Revista do Migrante,** São Paulo, Ano VIII, n.21, jan./abr.1995.

SASSEN, S. **The mobility of labor and capital:** a study in international investment and labo flow. New York: Cambridge University Press, 1988.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia - Revista do Migrante,** São Paulo, Ano XIII, n. especial, jan./2000.

SILVA, S.; CUTTI, D. Eu morria de saudade de ver as quaresmeiras. **Travessia - Revista do Migrante,** São Paulo, Ano VIII, n.22, maio/ago.1995.

SORENSEN, N. N. The development dimension of migrant remittances. **Working Paper Series,** n.1, jun.2004.

STADNIKY, H. P.; PINTO, M. E. B. Contribuição ao estudo da presença Nipo-Brasileira no Norte Novo de Maringá. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná:** estudos de história regional. Maringá: Editora UEM, 2001.

RAVENSTEIN. E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1980.

TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS, M. V. **Immigration reconsidered:** history, sociology, and politics. New York: Oxford University Press, 1990.

TOMAZI, N. D. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da Região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. (Org.). **Maringá e o Norte do Paraná:** estudos de história regional. Maringá: Editora UEM, 2001.

_____. **Norte do Paraná:** histórias e fantasmagorias. Curitiba, 1997. Dissertação (Doutorado em História) – CPDH, Universidade Federal do Paraná.

YAMANAKA, K. I will go home, but when?. In: DOUGLAS, M.; ROBERTS, G. S. (Org.). **Japan and global migration:** foreign workers and the advent of a multicultural society. New York: Routledge, 2000.

_____. Return migration of Japanese-Brazilians to Japan: the nikkeijinas ethnic minority and political construct. **Diáspora,** v.5, n.1, spr.1996.

ANEXOS

1. Tabelas 40 a 51 **138**

2. Metodologia **150**

3. Questionário do Survey 1 **153**

4. Questionário do Survey 2 **155**

Tabela 40 – Ocupação do Chefe Retornado antes da migração – Maringá, 2001.

Ocupação que o chefe migrante retornado exercia no Brasil	N	%
empregador – comércio	20	12,6
EStudante	15	9,4
agricultor conta própria	15	9,4
Do lar	7	4,4
feirante	7	4,4
bancário	6	3,8
ajustador mecânico	5	3,1
balconistas atendentes	5	3,1
costureiro alfaiate	4	2,5
serviços conta própria	4	2,5
representante comercial	4	2,5
trabalhador rural	3	1,9
não sabe	2	1,3
dirigente agricultura	2	1,3
dirigente comércio	2	1,3
dirigente instituição financeira	2	1,3
chefias e assistentes	2	1,3
assistentes administrativos	2	1,3
engenheiro	2	1,3
auxiliar contabilidade	2	1,3
agropecuarista	2	1,3
tapeceiro	2	1,3
eletrotécnico montador	2	1,3
vendedor autônomo	2	1,3
jornaleiro	2	1,3
caminhoneiro	2	1,3
motorista / taxista	2	1,3
boleeiro	2	1,3
Aposentado	1	0,6
Desempregado	1	0,6
promotor de vendas	1	0,6
empregador indústria	1	0,6
comerciário	1	0,6
dirigente instituição de ensino	1	0,6
supervisor	1	0,6
agentes fiscais	1	0,6
secretário taquígrafo	1	0,6
ajudante administrativo	1	0,6
digitador	1	0,6
funcionário público	1	0,6
desenhista	1	0,6
ótico	1	0,6
protético	1	0,6
analista econômico	1	0,6
técnico administrativo	1	0,6
programador computador	1	0,6
professor pesquisador ensino superior	1	0,6
outros professores	1	0,6
técnico agrícola	1	0,6
operário (sem especificação)	1	0,6
operário indústria eletrônica	1	0,6
torneador mecânico	1	0,6
ajudante mec veículos	1	0,6
caldereiro	1	0,6
funileiro	1	0,6
técnico em eletrônica	1	0,6
eletrotécnico reparador	1	0,6
carniceiro charqueador	1	0,6
conserto de relógios	1	0,6
corretor de imóveis	1	0,6
Total	**159**	**100,0**

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Tabela 41
Ocupação do Chefe Ausente antes da migração
Maringá - 2001

Ocupação que o chefe migrante ausente exercia no Brasil	N	%
empregador – comércio	8	23,5
agricultor conta própria	5	14,7
Do lar	2	5,9
trabalhador rural	2	5,9
vendedor autônomo	2	5,9
comerciário	1	2,9
dirigente indústria	1	2,9
bancário	1	2,9
escriturário	1	2,9
dentista	1	2,9
analista contábil	1	2,9
fotógrafo	1	2,9
prensador de metal	1	2,9
tapeceiro	1	2,9
eletricista	1	2,9
balconistas atendentes	1	2,9
representante comercial	1	2,9
corretor de imóveis	1	2,9
caminhoneiro	1	2,9
Total	**34**	**100,0**

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Tabela 42
Ocupação do Cônjuge Retornado antes da migração
Maringá - 2001

Ocupação que o conjugê migrante retornado exercia no Brasil	N	%
Do lar	40	37,4
Estudante	12	11,2
empregador – comércio	4	3,7
costureiro alfaiate	4	3,7
feirante	4	3,7
ajudante administrativo	3	2,8
Aposentado	2	1,9
Desempregado	2	1,9
bioquímico	2	1,9
analista contábil	2	1,9
professor segundo grau	2	1,9
professor primeiro grau	2	1,9
auxiliar de cartório	2	1,9
balconistas atendentes	2	1,9
vendedor ambulante	1	0,9
dirigente agricultura	1	0,9
secretário taquígrafo	1	0,9
auxiliar de escritório	1	0,9
bancário	1	0,9
desenhista	1	0,9
médico	1	0,9
protético	1	0,9
auxiliar contabilidade	1	0,9
técnico contabilidade	1	0,9
programador computador	1	0,9
economista	1	0,9
docente ensino superior	1	0,9
artesão	1	0,9
agricultor conta própria	1	0,9
trabalhador rural – animais	1	0,9
caseiro	1	0,9
figurinista cortador	1	0,9
serviços conta própria	1	0,9
caixa recebedor	1	0,9
vendedor autônomo	1	0,9
agente de viagem	1	0,9
cabeleireiro	1	0,9
ajudante diversos	1	0,9
Total	**107**	**100,0**

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27);

Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Tabela 43
Ocupação do Cônjuge Ausente antes da migração
Maringá - 2001

Ocupação que o conjugê migrante ausente exercia no Brasil	N	%
Do lar	3	11,5
empregador – comércio	3	11,5
empregador indústria	2	7,7
agricultor conta própria	2	7,7
EStudante	1	3,8
almoxarifes	1	3,8
bancário	1	3,8
engenheiro	1	3,8
auxiliar enfermagem	1	3,8
agente social	1	3,8
professor primeiro grau	1	3,8
fotógrafo	1	3,8
torneador mecânico	1	3,8
ajustador mecânico	1	3,8
soldador	1	3,8
eletricista	1	3,8
vendedor autônomo	1	3,8
feirante	1	3,8
motorista / taxista	1	3,8
guarda vigia	1	3,8
Total	**26**	**100,0**

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Tabela 44
Ocupação do Filho/a Retornado antes da migração
Maringá - 2001

Ocupação que o filho/a migrante retornado exercia no Brasil	N	%
EStudante	61	47,3
balconistas atendentes	8	6,2
não se aplica	5	3,9
auxiliar de escritório	4	3,1
professor primeiro grau	3	2,3
empregador – comércio	3	2,3
vendedor autônomo	2	1,6
telefonista	2	1,6
secretário taquígrafo	2	1,6
não sabe	2	1,6
enfermeiro diplomado	2	1,6
eletrotécnico reparador	2	1,6
digitador	2	1,6
Desempregado	2	1,6
bancário	2	1,6
assistentes administrativos	2	1,6
ajustador mecânico	2	1,6
ajudante administrativo	2	1,6
agricultor conta própria	2	1,6
trabalhador rural	1	0,8
proprietário restaurante / lanchonete	1	0,8
operador de máquina	1	0,8
médico	1	0,8
marceneiro	1	0,8
Inativo	1	0,8
feirante	1	0,8
escriturário	1	0,8
eletricista	1	0,8
Do lar	1	0,8
diversos	1	0,8
despachante	1	0,8
comerciário	1	0,8
caixa recebedor	1	0,8
auxiliar de cartório	1	0,8
analista contábil	1	0,8
ajudante pedreiro	1	0,8
agrônomo	1	0,8
agentes fiscais	1	0,8
Total	**129**	**100,0**

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Tabela 45 – Ocupação do Filho/a Ausente antes da migração - Maringá, 2001

Ocupação que o filho/a migrante ausente exercia no Brasil	N	%
EStudante	61	35,5
balconistas atendentes	16	9,3
Desempregado	5	2,9
Do lar	5	2,9
caixa recebedor	5	2,9
não sabe	4	2,3
auxiliar de escritório	4	2,3
bancário	4	2,3
vendedor autônomo	4	2,3
representante comercial	4	2,3
outros professores	3	1,7
eletricista	3	1,7
secretário taquígrafo	2	1,2
funcionário público	2	1,2
agricultor conta própria	2	1,2
trabalhador rural	2	1,2
ajustador mecânico	2	1,2
funileiro	2	1,2
costureiro alfaiate	2	1,2
leiteiro	2	1,2
carniceiro charqueador	2	1,2
feirante	2	1,2
arrumadeira	2	1,2
empregador – comércio	1	0,6
vendedor ambulante	1	0,6
empregador indústria	1	0,6
comerciário	1	0,6
proprietário restaurante / lanchonete	1	0,6
ajudante administrativo	1	0,6
engenheiro	1	0,6
desenhista	1	0,6
enfermeiro diplomado	1	0,6
massagista	1	0,6
auxiliar serviço médico	1	0,6
ótico	1	0,6
analista computador	1	0,6
analista contábil	1	0,6
auxiliar contabilidade	1	0,6
processamento de dados	1	0,6
professor primeiro grau	1	0,6
auxiliar de cartório	1	0,6
paisagista	1	0,6
trabalhador rural – borracha	1	0,6
ajudante mec veículos	1	0,6
embalador (não especificado)	1	0,6
joalheiro	1	0,6
serviços conta própria	1	0,6
arrumador de prateleiras	1	0,6
boleeiro	1	0,6
telefonista	1	0,6
carteiro	1	0,6
diarista doméstica	1	0,6
cozinheiro (não doméstico)	1	0,6
cabeleireiro	1	0,6
ajudante diversos	1	0,6
Total	**172**	**100,0**

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Tabela 46
Ocupação do Chefe migrante retornado no Japão
Maringá - 2001

Primeiro emprego / ocupação do chefe migrante retornado no exterior	N	%
operário auto-peças	35	23,5
operário (sem especificação)	16	10,7
operário ind alimentos	10	6,7
montagem carros	8	5,4
operador de máquina	6	4,0
operário indústria eletrônica	6	4,0
soldador	6	4,0
embalador (não especificado)	4	2,7
operário indústria automobilística	4	2,7
ajudante pedreiro	4	2,7
pintor industrial	4	2,7
ajudante de cozinha	4	2,7
padeiro (empregado)	3	2,0
operário indústria de comunicações	2	1,3
metalúrgico	2	1,3
prensador de metal	2	1,3
montador est metálicas	2	1,3
encadernador	2	1,3
carregador (caddy)	2	1,3
limpeza	2	1,3
lavadeira (não doméstica)	2	1,3
arrumadeira (hotel)	2	1,3
servente faxineiro	2	1,3
estudante	1	0,7
dirigente comércio	1	0,7
auxiliar enfermagem	1	0,7
operador indústria siderúrgica	1	0,7
ajudante mec veículos	1	0,7
classificador de peças	1	0,7
serrador de madeira	1	0,7
montador eletricista	1	0,7
operador cent elétrica	1	0,7
pedreiro	1	0,7
vidraceiro fabricação	1	0,7
analista de qualidade	1	0,7
arrumadeira	1	0,7
cozinheiro (não doméstico)	1	0,7
copeiro balconista	1	0,7
guarda civil	1	0,7
operador de ab água	1	0,7
ajudante diversos	1	0,7
diversos	1	0,7
Total	**149**	**100,0**

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Tabela 47
Ocupação do Chefe migrante ausente no Japão
Maringá - 2001

Primeiro emprego / ocupação do chefe migrante ausente no exterior	N	%
operário (sem especificação)	6	19,4
operário auto-peças	5	16,1
operário indústria eletrônica	3	9,7
montagem carros	3	9,7
operário ind alimentos	3	9,7
operário indústria de comunicações	2	6,5
auxiliar enfermagem	1	3,2
montador est metálicas	1	3,2
pedreiro	1	3,2
ajudante pedreiro	1	3,2
analista de qualidade	1	3,2
pintor industrial	1	3,2
empilheirista	1	3,2
limpeza	1	3,2
servente faxineiro	1	3,2
Total	**31**	**100,0**

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Tabela 48
Ocupação do Cônjuge migrante retornado no Japão
Maringá - 2001

Primeiro emprego / ocupação do conjugê migrante retornado no exterior	N	%
operário auto-peças	17	18,68
operário ind alimentos	8	8,79
acompanhante idosos / doentes / deficientes	5	5,49
operário (sem especificação)	5	5,49
operário indústria eletrônica	5	5,49
montador est metálicas	4	4,40
montagem carros	4	4,40
embalador (não especificado)	4	4,40
operador de máquina	3	3,30
servente faxineiro	3	3,30
ajudante ind têxtil	2	2,20
classificador de peças	2	2,20
operário indústria automobilística	2	2,20
arrumadeira	2	2,20
arrumadeira (hotel)	2	2,20
cozinheiro (não doméstico)	2	2,20
ajudante de cozinha	2	2,20
Do lar	1	1,10
inspetores	1	1,10
almoxarifes	1	1,10
médico	1	1,10
auxiliar enfermagem	1	1,10
operário indústria de comunicações	1	1,10
trefilador – ind arames	1	1,10
auxiliar costureiro	1	1,10
marceneiro	1	1,10
eletrotécnico montador	1	1,10
analista de qualidade	1	1,10
pintor industrial	1	1,10
carregador (caddy)	1	1,10
balconistas atendentes	1	1,10
limpeza	1	1,10
ajudante geral (hotel)	1	1,10
garçon	1	1,10
cabeleireiro	1	1,10
lavador de carros	1	1,10
Total	**91**	**100,00**

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Tabela 49
Ocupação do Cônjuge migrante ausente no Japão
Maringá - 2001

Primeiro emprego / ocupação do conjugê migrante ausente no exterior	N	%
operário auto-peças	8	33,3
operário (sem especificação)	3	12,5
montagem carros	2	8,3
auxiliar enfermagem	1	4,2
operário indústria de comunicações	1	4,2
operário indústria eletrônica	1	4,2
torneador mecânico	1	4,2
soldador	1	4,2
classificador de peças	1	4,2
operário indústria automobilística	1	4,2
eletricista	1	4,2
operário construção civil	1	4,2
operário ind alimentos	1	4,2
despachante de mercadoria	1	4,2
Total	**24**	**100,0**

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Tabela 50
Ocupação do Filho/a migrante retornado no Japão
Maringá - 2001

Primeiro emprego / ocupação do filho/a migrante retornado no exterior	N	%
operário auto-peças	19	14,7
operário (sem especificação)	15	11,6
embalador (não especificado)	8	6,2
eletrotécnico montador	8	6,2
operário indústria eletrônica	7	5,4
operário ind alimentos	7	5,4
operador de máquina	6	4,7
montador est metálicas	3	2,3
montagem carros	3	2,3
carregador (caddy)	3	2,3
ajudante de cozinha	3	2,3
operário indústria de comunicações	2	1,6
classificador de peças	2	1,6
operário construção civil	2	1,6
estudante	1	0,8
operador de copiadora	1	0,8
tradutor	1	0,8
borracheiro	1	0,8
costureiro alfaiate	1	0,8
bordadeira	1	0,8
marceneiro	1	0,8
serrador de madeira	1	0,8
eletricista	1	0,8
pedreiro	1	0,8
doceiro	1	0,8
padeiro (empregado)	1	0,8
ceramista	1	0,8
operador ind cimento	1	0,8
balconistas atendentes	1	0,8
motorista / taxista	1	0,8
lubrificador	1	0,8
ajudante diversos	1	0,8
Total	**129**	**100,0**

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

Tabela 51
Ocupação do Filho/a migrante ausente no Japão
Maringá - 2001

Primeiro emprego / ocupação do filho/a migrante ausente no exterior	N	%
operário auto-peças	31	18,0
operário (sem especificação)	26	15,1
operário ind alimentos	16	9,3
eletrotécnico montador	9	5,2
operário indústria eletrônica	8	4,7
classificador de peças	7	4,1
analista de qualidade	4	2,3
operador de máquina	3	1,7
soldador	3	1,7
montagem carros	3	1,7
carregador (caddy)	3	1,7
acompanhante idosos / doentes / deficientes	2	1,2
embalador (não especificado)	2	1,2
operário construção civil	2	1,2
pintor industrial	2	1,2
balconistas atendentes	2	1,2
arrumadeira (hotel)	2	1,2
garçon	2	1,2
Do lar	1	0,6
processamento de dados	1	0,6
agente social	1	0,6
operário indústria de comunicações	1	0,6
ajustador mecânico	1	0,6
montador est metálicas	1	0,6
marceneiro	1	0,6
carpinteiro	1	0,6
lixador torneiro	1	0,6
eletricista	1	0,6
carniceiro charqueador	1	0,6
patisseiro	1	0,6
encadernador	1	0,6
vidraceiro fabricação	1	0,6
operador ind cimento	1	0,6
despachante de mercadoria	1	0,6
vendedor autônomo	1	0,6
ajudante de cozinha	1	0,6
operador de ab água	1	0,6
ajudante diversos	1	0,6
Total	**172**	**100,0**

Fonte: Pesquisa Amostral : casos válidos: Maringá (774), Fapesp/NEPO, 2001.
Nota: Chefe Retornado (163) e Ausente (36); Cônjuge Retornado (112) e Ausente (27); Filho Retornado (145) e Ausente (177).

2. METODOLOGIA

Os estudos sobre migração internacional de brasileiros carecem sistematicamente de números representativos em suas análises, tanto em relação à origem quanto ao destino dos migrantes. Os principais motivos para a lacuna de informações são dois: a ausência de quesitos satisfatórios na cobertura oficial das estatísticas nacionais e o caráter indocumentado de grande parte dos movimentos migratórios com origem no Brasil. O primeiro motivo resulta na falta de dados sobre migração internacional por parte das instituições governamentais, principalmente do IBGE, que, apesar da crítica, é o maior provedor das parcas informações de que dispomos. O segundo motivo, o caráter indocumentado desta migração, principalmente a que tem como destino os Estados Unidos, faz com que os países de destino não consigam coletar dados em seus censos, pois o medo inerente à situação de indocumentado (ilegal) impede a declaração voluntária por parte dos migrantes.

Por esta razão, a realização de *surveys* como este é de extrema importância para a produção de fontes de dados sobre o tema. Mesmo a migração de descendentes de japoneses para o Japão, que ocorre predominantemente de forma documentada (legal), fica prejudicada em sua análise pela falta de informações acerca do movimento em sua origem. Desta forma, os resultados deste *survey* devem ajudar a conhecermos melhor algumas das características de fluxos internacionais de brasileiros, a partir de Maringá – PR.

Para que o alcance do *survey* correspondesse aos objetivos propostos, foi necessária a utilização de uma metodologia que permitisse, em primeiro lugar, a localização de domicílios nos quais pelo menos um integrante tivesse experiência migratória internacional. Uma vez localizados os domicílios de interesse, o passo seguinte seria a realização das entrevistas nos locais selecionados.

A amostra necessária da população de Maringá, atendendo o critério acima, foi obtida em função do objetivo desejado para cada local. Em Maringá, foi buscada uma amostra da população de descendentes de japoneses. A seguir, descrevemos detalhadamente a metodologia utilizada nesta cidade.

Maringá

Em Maringá, o universo alvo era a população de descendentes de japoneses. Dessa forma, era necessário localizarmos, inicialmente, os domicílios onde pelo menos um integrante tivesse ascendência japonesa. Para chegarmos a esses domicílios, o critério utilizado foi buscar na lista telefônica municipal os assinantes com sobrenome tipicamente japonês, através uma pessoa qualificada, e selecionados para visita posterior.

Foram selecionados e visitados 3.391 domicílios em Maringá, dos quais somente 1.093 atenderam aos entrevistadores e estavam qualificados para a entrevista. Dentre os domicílios entrevistados, 516 tinham pelo menos um migrante internacional. Da mesma forma que no levantamento realizado em Criciúma, muitas residências tinham mais de um migrante internacional, de forma que contabilizamos 1.068 indivíduos com experiência migratória internacional.

De acordo com esse levantamento, 47,2% dos domicílios, com pelo menos um integrante com ascendência japonesa, contam com migrantes internacionais. Também podemos dizer que **25,6%** da população nipo-brasileria de Maringá são **migrantes internacionais**. Essas porcentagens não foram obtidas através de uma amostragem completamente aleatória, pois o universo compõe-se somente de indivíduos descendentes de japoneses e possuidores de linhas telefônicas. Acreditamos, no entanto, que os números obtidos por uma amostragem aleatória não seriam muito diferentes dos apresentados, os quais indicam o altíssimo índice de migração encontrado na população estudada.

Coleta de Dados

O instrumento de coleta de dados, aplicado na segunda fase da pesquisa nas duas cidades, foi estruturado com base em análises comparativas de questionários empregados em pesquisas semelhantes, e ainda a partir de questões levantadas em pesquisas qualitativas sobre a migração internacional de brasileiros.

Foi construído inicialmente um questionário provisório, a fim de ser ajustado durante a fase de pré-teste. No pré-teste foram entrevistadas 40 residências de migrantes internacionais indicadas propositalmente. Esse procedimento permitiu a adequação de questões formuladas previamente, tornando-as mais claras e objetivas para o informante.

O questionário definitivo foi estruturado em 5 partes. A primeira correspondeu à identificação do domicílio, informante e entrevistador. A segunda parte reuniu informações sobre todos os integrantes do domicílio, tais como idade, sexo, escolaridade e condição de presença. As partes 3, 4 e 5 foram direcionadas exclusivamente à coleta de informações sobre os indivíduos com experiência migratória internacional, e correspondem ao histórico

migratório, às características da primeira viagem e à experiência migratória como um todo, respectivamente.

O mesmo modelo de questionário foi aplicado nas duas cidades, o que torna a comparação entre as duas amostras um processo simples e direto. A aplicação do questionário demorou em média 25 minutos, facilitando a cooperação do respondente e evitando a inutilização de entrevistas por desistências.

Equipe de Campo

A equipe de campo reuniu um coordenador geral, dois supervisores e uma média de 20 entrevistadores em cada cidade. Os entrevistadores foram selecionados em universidades locais, entre estudantes de graduação. Eles receberam e estudaram detalhadamente o manual de instruções, elaborado especificamente para o *survey*. Realizamos reuniões sistemáticas para o treinamento da equipe, visando esclarecer todas as dúvidas quanto aos itens do instrumento e objetivos da pesquisa. Várias situações foram simuladas em exercício para facilitar a compreensão da organização interna do questionário.

O trabalho da equipe foi facilitado por uma divulgação anterior sobre a pesquisa, tanto pela imprensa escrita como pelas emissoras de TV locais. O efeito da divulgação por parte da imprensa foi positivo, diminuindo a resistência à abordagem dos entrevistadores. A receptividade variou entre os domicílios, sendo melhor nos bairros de classe mais baixa.

Codificação e Construção da Base de Dados

A codificação dos questionários foi realizada por pessoal qualificado e familiarizado com o instrumento. Essa etapa exigiu novas reflexões sobre a organização das questões, pois respostas inesperadas surgiram em casos esporádicos. Depois de reconfigurado, o novo padrão de respostas possíveis recebeu os códigos finais.

A inserção dos dados foi realizada através de dupla digitação, que reduz a incidência de erros. A base de dados foi montada por pessoal especializado e está armazenada em arquivo *sav*, próprio do programa SPSS – *Statistic Packet for Social Sciences*. Este programa é de fácil manuseio e permite a utilização de uma grande variedade de recursos. Este banco está instalado no NEPO – Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, disponível para quaisquer consultas. Desta forma, pudemos obter as freqüências e cruzamentos apresentados neste relatório.

3. QUESTIONÁRIO DO SURVEY I
NOVOS MIGRANTES BRASILEIROS PARA OS EUA, EUROPA E O JAPÃO
1º SEMESTRE 2001

( ) Criciúma (SC) ( ) Maringá (PR)

ATENÇÃO

→ Escreva à caneta com letra legível
→ Caso ocorra algum erro, circular e marcar o dado com uma seta

→ **EVITE RASURAS!**

Número do questionário : _____

1. IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE

1.1. Bairro: _____ 1.2. Região: _____

1.3. Data: ____ / ____ / ____

1.4. Endereço: _____

1.5. Entrevistado: _____

1.6. Entrevistador: _____

OBSERVAÇÕES

1. Quantas pessoas moram neste domicílio? _____
2 – Há pessoas deste domicílio que já residiram, ou estão residindo atualmente no exterior? ( ) sim ( ) não
3 – Caso a resposta a pergunta anterior tenha sido afirmativa. Quantas pessoas deste domicílio já residiram, ou estão residindo atualmente no exterior? _____

4. QUESTIONÁRIO DO SURVEY 2
NOVOS MIGRANTES BRASILEIROS PARA OS EUA, EUROPA E O JAPÃO - 1º SEMESTRE 2001

( ) Criciúma (SC) ( ) Maringá (PR)

ATENÇÃO

→ Escreva à caneta com letra legível
→ Caso ocorra algum erro, circular e marcar o dado com uma seta

→ **EVITE RASURAS**

Número do questionário : _____

1. IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE

1.1. Bairro: _____ 1.2. Região: _____

1.3. Data: ____ / ____ / ____

1.4. Endereço: _____

1.5. Entrevistado: _____

1.6. Entrevistador: _____

OBSERVAÇÕES

2. INFORMAÇÕES SOBRE O DOMICÍLIO

Número de moradores do domicílio, inclusive os que estão fora, total: _____;
(pessoa de referência é o/a chefe de família)

Nº	Nome	Idade	Sexo	Condição		Escolaridade (***)	Situação ocupacional (****)	Renda (*****)	Cidade de Nascimento	UF
				Família (*)	Presença (**)					
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										
12										
13										

(*) Condição na Família Relação com o chefe	(*) Presença	(***) Escolaridade	(****) Situação Ocupacional	(*****) Renda
1. Chefe	1. Presente	1. Analfabeto (A)	Trabalha: especificar	Colocar o valor Declarado e citar a moeda corrente em extenso (reais, dólar, ienes, etc)
2. Cônjuge		2.1. Primário Incompleto (PI)		
3. Filho	2. Presente retornado	2.2. Primário Completo (PC)		
4. Avó		3.1. Ginásio Incompleto (GI)	1. Aposentado	
5. Pais				
6. Irmão		3.2. Ginásio Completo (GC)		
7. Neto	3. Ausente no exterior	4.1. Colegial Incompleto (CI)	2. Estudante	
8. Cunhado		4.2. Colegial Completo (CC)		7. NSA
9. Primo		5.1. Universitário Incompleto (UI)	3. Desempregado	

(*) Condição na Família Relação com o chefe	**(*) Presença**	**(***) Escolaridade**	**(****) Situação Ocupacional**	**(*****) Renda**
10. Sobrinho	8. NS	5.2. Universitário Completo (UC)		8. NS
11. Padrinho / Madrinha			4. Do lar	
12. Sogro / Sogra	9. NR	7. NSA		9. NR
13. Nora / Genro		8. NS	5. Vive de renda	
14. Agregado		9. NR		
15. Pensionista			6. Inativo	
16. Empregado doméstico				
17. Parente do empregado			7. NSA	
77. NSA 88. NS 99. NR			8. NS 9. NR	

3. HISTÓRICO MIGRATÓRIO

(todas as viagens internacionais de cada migrante)

Nome do Entrevistado : _____ N° de ordem: _____

Nome do Migrante : _____ N° de ordem: _____

Seqüência Migratória	**Período**				**Cidade**	**Estado / Província**	**País**
	Mês	Ano	Mês	Ano			
Primeira viagem							
Última viagem							

4. PERFIL MIGRATÓRIO - Na <u>primeira</u> viagem do migrante ao exterior (Para migrantes internacionais)

4.1 O migrante é descendente de: (marque no máximo duas alternativas)
1 ( ) italiano 2 ( ) alemão 3 ( ) português 4 ( ) polonês 5 ( ) negros
6 ( ) japonês 7 ( ) brasileiros 8 ( ) outros. Qual? _____

4.2. Qual o estado civil do migrante?

1 Solteiro ( )
2 Casado / união estável ( ) Data do casamento : _____ / _____ / _____
3 Separado / Divorciado / Desquitado ( ) Data da separação : _____ / _____ / _____
4 Viúvo ( )

4.3 Que ocupação exercia no Brasil?
_____
( ) NSA (se for criança ou estudante)

4.4. Com quem migrou?
1 ( ) parentes – especifique abaixo

( ) Pai	( ) Mãe
( ) Irmão	( ) Irmã
( ) Filho	( ) Filha
( ) Marido	( ) Mulher
( ) Neto	( ) Neta
( ) Tio	( ) Tia
( ) Primo	( ) Prima
( ) Sobrinho	( ) Sobrinha

( ) Avô	( ) Avó
( ) Cunhado	( ) Cunhada
( ) Padrinho	( ) Madrinha

2 ( ) Amigo 3 ( ) Amiga 4 ( ) sozinho/a
5 ( ) outros – especificar : _____

4.5. Qual o motivo da emigração ao exterior?
1 ( ) motivos econômicos – para trabalhar 2 ( ) juntar-se aos familiares

4.6. Outros fatores que influenciaram a decisão de migrar:
(enumere até três em ordem de importância)

(1) Decepção com a política do país ( )
(2) Decepção com a economia do país ( )
(3) Conhecer a terra dos ancestrais ( )
(4) Adquirir bens de consumo – Melhorar padrão de consumo ( )
(5) Comprar imóvel ( )
(6) Aprender o idioma do país ( )
(7) Saudades da família ( )
(8) Problemas familiares ( )
(9) Outros ( ) Especificar:
_____

4.7. Como era o conhecimento prévio da língua de destino?
(1) Excelente (2) Bom (3) Regular (4) Nenhum (8) NS (9) NR

4.8. Como obteve recursos financeiros para fazer a primeira viagem?
(1) próprio
(2) parentes – especifique abaixo

( ) Pai	( ) Mãe
( ) Irmão	( ) irmã
( ) Filho	( ) Filha
( ) Marido	( ) Mulher
( ) Neto	( ) Neta
( ) Tio	( ) Tia
( ) Primo	( ) Prima
( ) Sobrinho	( ) Sobrinha
( ) Avô	( ) Avó
( ) Cunhado	( ) Cunhada
( ) Padrinho	( ) Madrinha

(3) amigo ( ) ( ) amiga
(4) agência de viagem / recrutamento
(5) outros – especificar _____
(8) NS
(9) NR

4.9. Quem forneceu ajuda para hospedagem no destino?

(1) parentes – especifique abaixo

( ) Pai	( ) Mãe
( ) Irmão	( ) Irmã
( ) Filho	( ) Filha
( ) Marido	( ) Mulher
( ) Neto	( ) Neta
( ) Tio	( ) Tia
( ) Primo	( ) Prima
( ) Sobrinho	( ) Sobrinha
( ) Avô	( ) Avó
( ) Cunhado	( ) Cunhada
( ) Padrinho	( ) Madrinha

(2) amigo ( ) ( ) amiga
(3) agência de viagem/recrutamento
(4) conterrâneo
(5) outros – especificar : _____
(8) NS
(9) NR

4.10. Quem forneceu ajuda para o primeiro emprego no destino?
(1) parentes – especifique abaixo

( ) Pai	( ) Mãe
( ) Irmão	( ) Irmã
( ) Filho	( ) Filha
( ) Marido	( ) Mulher
( ) Neto	( ) Neta
( ) Tio	( ) Tia
( ) Primo	( ) Prima
( ) Sobrinho	( ) Sobrinha
( ) Avô	( ) Avó
( ) Cunhado	( ) Cunhada
( ) Padrinho	( ) Madrinha

(2) amigo ( ) ( ) amiga
(3) conterrâneo (da mesma cidade)
(4) Agência de viagem / recrutamento
(5) outros – especificar: _____
(8) NS
(9) NR

4.11. Na primeira viagem, migrou através de agência de recrutamento?
(1) Sim (2) Não (7) NSA (8) NS (9) NR

4.12. Na primeira viagem, o migrante permaneceu no país de destino:
(1) Legal (2) Ilegal (8) NS (9) NR

Sugestão
Caso seja Legal, marque como: passaporte ( ) italiano ( ) japonês ( ) green-card

4.13. Qual o primeiro emprego / ocupação do migrante no exterior?
_____ (7) NSA

5. Na sua experiência migratória como um todo:

5.1 Tentou legalizar a situação no destino?
(1) não, já migrou legalmente
(2) não tinha intenção de se legalizar
(3) sim. Como? _____ Conseguiu? sim ( ) não ( )
(8) NS
(9) NR

5.2. De quem o migrante sentiu maior concorrência no mercado de trabalho?
(1) nativos (2) brasileiros (3) outros :
_____

5.3. Antes de migrar, qual a religião do migrante?
(caso não saiba, colocar o nome da igreja)

5.4 No local de destino, mudou de religião? ( ) Não ( ) Sim. Qual?
_____

5.5 Qual o estado civil atual do migrante?
1 Solteiro ( )
2 Casado / união estável ( ) Data do casamento : ____ / ____ / ____
3 Separado / divorciado / desquitado ( ) Data da separação: ____ / ____ / ____
4 Viúvo ( )

5.6 O migrante tem filhos?
(1) Não (2) Sim. Quantos? _____ Idade do mais velho _____
Idade do mais novo _____

5.7 Remete / Remetia dinheiro para o Brasil?
(1) para manter a família (2) para investimento (3) não remete
(4) pagar dívidas (7) NSA (8) NS (9) NR

5.8. Quem administra o dinheiro no Brasil? (1) parentes – especifique abaixo

( ) Pai	( ) Mãe
( ) Filho	( ) Filha
( ) Cônjuge	( ) Cônjuge
( ) Neto	( ) Neta
( ) Tio	( ) Tia
( ) Primo	( ) Prima
( ) Sobrinho	( ) Sobrinha
( ) Avô	( ) Avó
( ) Cunhado	( ) Cunhada
( ) Padrinho	( ) Madrinha

(2) amigo ( ) ( ) amiga
(7) NSA
(8) NS
(9) NR

5.10. Qual a sua principal forma de contato com o Brasil? (marque apenas uma)

(1) nenhum ( )
(2) correspondência ( )
(3) telefone ( )
(4) visitas ( )
(5) internet ( )
(6) recados por outros migrantes ( )
(7) outros : _____